

VOLUME **61** Nº 2 2018

PSYCHOLOGICA



IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS
DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

(Página deixada propositadamente em branco)



EDIÇÃO / EDITION:

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

PROPRIETÁRIO / OWNER:

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Rua do Colégio Novo, s/n, 3000-115 Coimbra

NIPC.: 501617582

Sede de Redação: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra,

Rua do Colégio Novo, s/n, 3000-115 Coimbra

ASSINATURAS / SUBSCRIPTIONS:

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Rua do Colégio Novo, s/n, 3000-115 Coimbra

Tel.: 239 851 450 - Fax: 239 851 468

URL: <http://www.uc.pt/fpce/publicacoes/psychologica/>

DISTRIBUIÇÃO / DISTRIBUTION:

Imprensa da Universidade de Coimbra

e-mail: psychologica@fpce.uc.pt

Depósito legal / Legal deposit: 260686/07

Estatuto Editorial / Editorial Statute: <http://www.uc.pt/fpce/psychologica/estatutoeditorial>

Impressão / Printing: Sersilito, Empresa Gráfica, Lda.

Travessa Sá e Melo, 209, Apartado 1208, Gueifães 4471 Maia

Grafismo / Graphics: Imprensa da Universidade de Coimbra

Periodicidade / Regularity: Semestral

Preço deste número / Price - this issue: 13.50 Euros (Inc. IVA)

ISSN: 0871-4657

DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8606_61-2

A *PSYCHOLOGICA* é uma revista com revisão por pares e uma publicação oficial da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A *PSYCHOLOGICA* existe desde 1988 e em 2012 foi re-fundada, passando a publicar artigos científicos, em Inglês e Português, avaliados entre pares. Esta revista visa divulgar o trabalho científico nacional e estrangeiro realizado nas diversas áreas da Psicologia, seguindo os mais altos padrões científicos. Pretende, igualmente, ser um espaço para a troca de ideias, problemas e experiências, decorrentes da teoria e da prática do desenvolvimento humano, social e cultural.

A *PSYCHOLOGICA* é publicada duas vezes por ano, em papel e *on-line*, e está indexada em várias bases de dados: PsycINFO, Latindex e Psycodoc. Publicação anotada na ERC.

PSYCHOLOGICA is a peer-reviewed journal and an official publication of the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Coimbra. *PSYCHOLOGICA* exists since 1988 and in 2012 was re-founded, publishing, since then, peer-reviewed papers in English and Portuguese. This journal aims to disseminate national and international scientific work carried out in various areas of Psychology, following the highest scientific standards. It intends also to be a place for the exchange of ideas, problems, and experiences, stemming from the theory and practice of human, social and cultural development.

PSYCHOLOGICA is published twice a year, in paper and online, and is indexed in several databases: PsycINFO, Latindex and Psycodoc. Annotated publication in ERC.

Tiragem: 170 exemplares

SOLICITA-SE PERMUTA/EXCHANGE REQUESTED

Psychologica constitui um espaço de partilha de ideias, problemas e experiências, nos diversos domínios da Psicologia.

A difusão do conhecimento produzido e refletido por investigadores nacionais e estrangeiros é nesta revista assumida como um importante estímulo para novas investigações, bem como para a configuração e problematização de diferentes intervenções psicológicas.

Psychologica aims to disseminate national and international scientific work carried out in the various areas of Psychology. It equally intends to be a place for the exchange of ideas, problems, and experiences, stemming from the theory and practice of human, social and cultural development.

VOLUME **61** Nº 2 2018

PSYCHOLOGICA



IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS
DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PSYCHOLOGICA

FUNDADORES/FOUNDING TEAM

José Pires Ferreira da Silva
Aura Montenegro Ferrão
Manuel Amâncio Viegas Abreu

Nicolau de Almeida Vasconcelos Raposo
Luísa Maria de Almeida Morgado

DIRETOR / DIRECTOR

Rui Paixão

EDITOR / EDITOR

Rui Paixão

psychologica@fpce.uc.pt

Rua do Colégio Novo, s/n, 3000-115 Coimbra
Universidade de Coimbra, Portugal

EDITORES ASSOCIADOS / ASSOCIATE EDITORS

Paula Paixão
mppaixao@fpce.uc.pt

Joaquim Pires Valentim
jpvalentim@fpce.uc.pt

Margarida Pedroso
de Lima
mplima@fpce.uc.pt

Leonor Pais
leonorpais@fpce.uc.pt

Salomé Pinho
salome@fpce.uc.pt

José Tomás da Silva
jtsilva@fpce.uc.pt

Maria do Céu Teixeira
Salvador

Universidade de
Coimbra, Portugal

ceu@fpce.uc.pt
Universidade de
Coimbra, Portugal

CONSELHO EDITORIAL / EDITORIAL BOARD

Alcyr Oliveira Jr. | alcyr.oliveirajr@gmail.com
Universidade Federal de Ciências da Saúde, Porto Alegre, Brasil

Ángel Fernández | angelfr@usa.es
Universidad de Salamanca, Espanha

António Damásio | damasio@dornsife.usc.edu
University of Southern California, Los Angeles, EUA

António Roazzi | roazzi@ufpe.br
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Caroline Howarth | c.s.howarth@lse.ac.uk
London School of Economics and Political Science, Reino Unido

Dario Spini | dario.spini@unil.ch
Universidade de Lausanne, Suíça

David Blustein | blusteid@bc.edu
Boston College, EUA

Douglas L. Medin | medin@northwestern.edu
Northwestern University, EUA

Edwiges Silveiras | edmsilv@usp.br
Universidade de São Paulo, Brasil

Eiríkur Örn Arnarson | eirikur@landspitali.is
University of Iceland, Islândia

Eliane C. Miotto | ecmiotto@usp.br
Universidade de São Paulo, Brasil

Emily K. Sandoz | emilysandoz@louisiana.edu
University of Louisiana, Lafayette, EUA

Francisco Javier Moreno-Martínez | fmoreno@psi.uned.es
Universidad Nacional de Educación a Distancia, Espanha

Fred Vondracek | fvw@psu.edu
Penn State University, EUA

Gerardo Prieto | gprieto@usa.es
Universidad de Salamanca, Espanha

Joaquim Armando Ferreira | jferreira@fpce.uc.pt
Universidade de Coimbra, Portugal

John T. Wixted | jwixted@ucsd.edu
University of California, San Diego, EUA

Jonathan Passmore | jonathanpassmore@yahoo.co.uk
Universidade de Évora, Portugal

José Maria Peiró | Jose.M.Peiro@uv.es
Universidad de València, Espanha

José M. Marques | marques@fpce.up.pt
Universidade do Porto, Portugal

Keith Dobson | ksdobson@ucalgary.ca
University of Calgary, Canadá

Larry R. Squire | lsquire@ucsd.edu
University of California, San Diego, EUA

Leandro da Silva Almeida | leandro@ie.uminho.pt
Universidade do Minho, Portugal

Leonel Garcia-Marques | lgarcia-marques@fp.ul.pt
Universidade de Lisboa, Portugal

Leslie Hammer | hammerl@pdx.edu
Portland State University, EUA

Luiz Pasquali | luiz.pasquali@gmail.com
Universidade de Brasília, Brasil

Marco Depolo | marco.depolo@unibo.it
Alma Mater Studiorum - Universidad de Bolonia, Itália

Mark Savickas | ms@neomed.edu
Northeastern Ohio University College of Medicine, EUA

Miguel Gonçalves | mgoncalves@psi.uminho.pt
Universidade do Minho, Portugal

Orlando Lourenço | om12105@psicologia.ulisboa.pt
Universidade de Lisboa, Portugal

Óscar F. Gonçalves | goncalves@psi.uminho.pt
Universidade do Minho, Portugal

Paul Gilbert | p.gilbert@derby.ac.uk
Mental Health Research Unit, University of Derby, Reino Unido

Ricardo Primi | rprimi@mac.com
Universidade de S. Francisco, Itatiba, S. P., Brasil

Richard Haase | rfh64@albany.edu
State University, New York, EUA

Richard Young | richard.young@ubc.ca
University of British Columbia, Canadá

Roy Martin | rpmartin@uga.edu
Georgia University, EUA

Ruth Baer | rbaer@email.uky.edu
University of Kentucky, EUA

Steven Hayes | stevenhayes@gmail.com
University of Nevada, EUA

Willem Doise | willem.doise@unige.ch
Universidade de Geneve, Suíça

Xenia Chrysochoou | xeniachr@panteion.gr
Universidade Panteion de Atenas, Grécia

ANTIGOS EDITORES/ PAST EDITORS

Maria João Seabra Santos
Margarida Pedroso de Lima
Eduardo Santos
José Pinto-Gouveia

ÍNDICE / INDEX

Modelo de Liderança Autêntica: concepção teórica e evidências de validade do <i>Authentic Leadership Questionnaire</i> (ALQ) para o Brasil..... 7 <i>Clarissa Socal Cervo, Jean Carlos Natividade, Lisete dos Santos Mendes Mónico, Leonor Pais, Nuno Rebelo dos Santos e Claudio Simon Hurtz</i>	
A liderança em contexto educativo: validação da escala ética, transformacional e moral 31 <i>Lurdes Neves e Joaquim Luís Coimbra</i>	
Avaliação de adolescentes sobre a importância de valores para a sociedade: relações com classe econômica e escolaridade dos pais..... 47 <i>João Wachelke</i>	
Ser ou não ser praxado? A teoria da ação planeada como modelo para compreender a participação dos caloiros na praxe académica 69 <i>Isabel Correia, Diogo Alves, Margarida Jarego, Katherine Lopes, Diana Rodrigues, Lídia Abrantes, Ania Boloca, Bruno Carvalho, Marta Diogo, Catarina Grosso, Marília Ferreira Massa, Rita Mateus, Rafaela Fonseca Pereira, Sana Pina, Guilherme Galhardo Pinheiro, regina Pinto, Alexandre Rilho e Maria Beatriz Timóteo</i>	
Impact of lifestyle habits on individual and relational adaptation and on the obstetric outcomes of adult women after birth 93 <i>Daniela Centenaro Levandowsk, Marco Pereira, Mariana Moura-Ramos e Maria Cristina Canavarro</i>	
<i>Resumos – PsihD I - Resumos da 1ª Mostra de Doutoramento em Psicologia – PsihD I</i> 121 <i>Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra</i>	
Normas de Colaboração / Authors Guidelines..... 143	

(Página deixada propositadamente em branco)

Modelo de Liderança Autêntica: concepção teórica e evidências de validade do *Authentic Leadership Questionnaire* (ALQ) para o Brasil

Clarissa Socal Cervo¹, Jean Carlos Natividade², Lisete dos Santos
Mendes Mónico³, Leonor Pais⁴, Nuno Rebelo dos Santos⁵ e
Claudio Simon Hutz⁶

**Authentic Leadership Model: Theoretical conception and validity evidences of the
Authentic Leadership Questionnaire (ALQ) for Brazil**

Abstract

The Authentic Leadership Model stands out among positive theories of leadership. The most frequently used instrument to determine the leader's authenticity is the Authentic Leadership Questionnaire (ALQ). Brazil lacks studies about the validity of this measure. The aim of this research is to present evidence of validity (ALQ) for the Brazilian work context. Leaders ($N = 437$) and followers ($N = 1329$) belonging to organizations in the South of the country participated in this research. The ALQ was applied in its self and hetero-assessment versions. Confirmatory Factor Analysis indicates the presence of the four factors of the Authentic Leadership model, and the

1 Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Brasil. Email: clacervo@gmail.com

2 Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil. Email: jeannatividade@gmail.com

3 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. Email: lisete.monico@fpce.uc.pt

4 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. Email: leonorpais13@gmail.com

5 Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Portugal. Email: nunorebelodossantos@gmail.com

6 Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. Email: claudio.hutz@gmail.com

ALQ shows reliability and validity for the Brazilian samples studied. The private nature influences the perception of leadership authenticity, but the results do not confirm the influence of socio-demographic variables (age, gender, education and salary) or the organization's size. The limitations of the study are discussed together with suggestions for future research.

Keywords: authentic leadership; authentic leadership questionnaire; evidence of validity; reliability of measure

Resumo

O modelo de Liderança Autêntica destaca-se entre as teorias positivas de liderança. O instrumento mais utilizado para aferir a autenticidade do líder é o *Authentic Leadership Questionnaire* (ALQ). No Brasil, esta medida encontra-se validada, contudo, é ainda necessário reforçar as suas evidências de validade para este país. O objetivo desta investigação é apresentar evidências adicionais de validade do ALQ para o contexto brasileiro de trabalho. Participaram no estudo profissionais líderes ($N = 437$) e liderados ($N = 1329$), de organizações da região sul do país. O ALQ foi aplicado nas versões de auto e heteroavaliação. Análises Fatoriais Confirmatórias indicam a presença dos quatro fatores do modelo de Liderança Autêntica, e há confiabilidade e validade do ALQ para as amostras brasileiras estudadas. A natureza privada das organizações impacta na percepção de autenticidade na liderança, contudo os resultados não confirmam a importância das variáveis sociodemográficas (idade, sexo, escolaridade e renda pessoal) e da dimensão da organização. Discutem-se as limitações do estudo e apresentam-se sugestões para futuras investigações.

Palavras-chave: liderança autêntica; questionário de liderança autêntica; evidências de validade; confiabilidade da medida

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem por objetivo apresentar o estudo de adaptação e validação do *Authentic Leadership Questionnaire* (ALQ) para o Brasil, nas versões de auto e heteroavaliação. Esse instrumento foi desenvolvido por Walumbwa, Avolio, Gardner, Wernsing e Peterson (2008) para aferir a Liderança Autêntica (LA). O modelo teórico da LA enquadra-se nas abordagens emergentes na produção científica dos últimos anos sobre a temática da liderança (Fonseca, Porto,

& Borges-Andrade, 2015) e apresenta uma discussão avançada no que respeita aos aspectos conceituais. As investigações internacionais destacam o ALQ e o *Authentic Leadership Inventory* (Neider & Schriesheim, 2011) como instrumentos de medida da LA. Gardner, Cogliser, Davis e Dickens (2011) sinalizam que o uso do ALQ é predominante nas investigações internacionais, podendo o mesmo ser referido quanto aos estudos brasileiros (Cavazotte, Duarte, & Gobbo, 2013; Cervo, Mónico, dos Santos, Hutz, & Pais, 2016; Rego, Reis, & Cunha, 2015; Sobral & Gimba, 2012).

Considerando o interesse de expandir o seu modelo teórico, Walumbwa et al. (2008) fornecem uma versão do ALQ traduzida para o português do Brasil. Contudo, a simples utilização de uma versão traduzida (mesmo que fornecida pelos autores) não garante a confiabilidade da medida e dos resultados com ela alcançados (Nunes & Primi, 2010). Consideramos, assim, tal como Fonseca et al. (2015), que as novas concepções sobre liderança apresentam relevância teórica, porém carecem de medidas confiáveis e de mais evidências empíricas que as sustentem. Segundo Rego et al. (2015), o ALQ, apresenta uma estrutura de quatro fatores também para o Brasil, o que sugere evidências de validade baseadas na conceptualização do construto. Outra investigação que importa aqui referir é a de Cervo et al. (2016). Com uma amostra distinta da do presente estudo, os autores sustentaram empiricamente a invariância do instrumento entre amostras brasileiras e portuguesas, sendo o mesmo válido para a identificação intra e intergrupos da autenticidade de liderança percebida pelos liderados. Contudo, mesmo considerando as mencionadas investigações, novas evidências de validade para o instrumento podem contribuir para o fortalecimento da teoria que o fundamenta, e, além disso, seria desejável que essas evidências de validade fossem contextualizadas e direcionadas para as populações a que se destinam os instrumentos.

Segundo *Standards for Educational and Psychological Testing* (American Educational Research Association [AERA], American Psychological Association [APA], & National Council on Measurement in Education [NCME], 2014), o processo de validação é um *continuum* e não tem finitude. Informações adicionais podem contribuir para uma melhor compreensão das inferências extraídas por meio de uma determinada medida. Considerando-se as supracitadas recomendações da APA/AERA/NCME (2014); considerando-se as recomendações da *International Test Commission* (2000) sobre a importância da análise das diferenças culturais; considerando-se que o Brasil é um país continental, composto por regiões com diferenças culturais importantes, o presente estudo justifica-se pela busca de evidências adicionais de validade que corroborem um processo de acúmulo de evidências da ALQ (Nunes & Primi, 2010).

MODELO DE LIDERANÇA AUTÊNTICA

O modelo de liderança autêntica pressupõe que a autenticidade é praticada pela liderança e reconhecida pelos liderados e pela organização (Gardner et al., 2011). De acordo com Luthans e Avolio (2003), o líder autêntico desenvolve os seus liderados, promovendo emoções positivas e relações caracterizadas pela transparência no contexto de trabalho. As raízes teóricas do constructo de LA integram o trabalho de Kernis (2003) que aprofunda a dimensão da autenticidade; o modelo de autenticidade concebido por Ilies, Morgeson e Nahrgang (2005); os contributos de Deci, Connell e Ryan (1989) sobre autodeterminação; a concepção de psicologia positiva (Seligman, 1999) e os trabalhos sobre comportamento organizacional positivo (Cameron, Dutton, & Quinn, 2003).

A psicologia positiva, promovendo os estudos sobre os estados e os traços psicológicos positivos, permitiu o florescimento da abordagem da LA no ambiente laboral (Seligman, 1999). Para Peterson e Seligman (2003), as organizações são, naturalmente, espaços para expressão das virtudes e forças humanas. De entre outras características, a LA traduz um elevado padrão moral de comportamento, promovendo capacidades psicológicas positivas e um clima de trabalho ético (Luthans & Avolio, 2003).

Walumbwa et al. (2008) concebem um modelo tetradimensional de liderança autêntica. Sintetizando as quatro dimensões, compreende-se a *autoconsciência* como a consciência sobre a própria identidade, o grau de autopercepção internalizado e a congruência na maneira como o líder é percebido pelos demais. Abarca a compreensão das forças e fraquezas do indivíduo e a natureza multifacetada do *self* (Klenke, 2007). A dimensão *transparência relacional* diz respeito à apresentação do *self* aos outros. De acordo com Walumbwa et al. (2008), o líder autêntico exhibe elevados níveis de abertura e sente-se confortável em mostrar-se como é. Conforme partilha pensamentos, opiniões e sentimentos verdadeiros, cria uma atmosfera de confiança e fomenta relações de proximidade (Rego et al., 2015).

Na LA a tomada de decisão passa por um *processamento equilibrado* das informações, terceira dimensão do modelo (Walumbwa et al., 2008). Esta ilustra a atenção do líder em analisar dados relevantes antes de assumir um posicionamento definitivo, estimulando os seus liderados a expressar as suas opiniões, ainda que contrárias à sua própria. Mostra-se aberto e disposto a equilibrar as distintas visões face a uma situação, por compreender que este processo é o melhor caminho para chegar a um posicionamento coerente (Rego et al., 2015). Por fim, a dimensão *moral internalizada* é orientada por elevados padrões éticos e morais expressos pelo líder e também por uma autorregulação interna que lhe permite não ceder às pressões externas seja de um grupo, da

organização ou da sociedade (Walumbwa et al., 2008). Assim, o líder autêntico tem um comportamento moral congruente com seus valores mais arraigados (Walumbwa et al., 2008).

A Liderança Autêntica e a relação com outras variáveis

Investigações realizadas vêm encontrando sustentação empírica para a relação existente entre a LA e outras variáveis relativas ao comportamento individual e organizacional. É o caso da cultura organizacional (Azanza, Moriano, & Molero, 2013), do engajamento no trabalho (Penger & Černe, 2014), do comportamento moral, ético e pró-social (Hannah, Avolio, & Walumbwa, 2011), das influências no grupo de trabalho (Gill & Caza, 2015; Lyubovnikova, Legood, Turner, & Mamakouka, 2015), da espiritualidade organizacional (Vilaça, Mónico, & Castro, 2012), e do *Burnout*, satisfação e saúde mental no trabalho (Laschinger & Fida, 2014).

A inovação e a criatividade e a influência que sobre as mesmas é exercida pela LA suscitaram igualmente o interesse dos investigadores. De acordo com Müceldili, Turan e Erdil (2013), a LA consegue estimular o potencial criativo dos liderados ao desenvolver o seu capital psicológico. Evidências empíricas permitem afirmar que a percepção de uma liderança como autêntica influencia o comportamento e as atitudes dos profissionais no ambiente de trabalho, bem como o seu sentimento de bem-estar (Gardner et al., 2011). Influi igualmente, ainda que indiretamente, os resultados organizacionais, através do desempenho dos liderados (Clapp-Smith, Vogelgesang, & Avey, 2009).

Os resultados destes estudos têm vindo a ser replicados em diversos países e culturas. A título de exemplo a LA tem sido estudada na China e nos Estados Unidos (Walumbwa et al., 2008), no Quênia (Clapp-Smith et al., 2009), na Nova Zelândia e no Ghana (Caza, Bagozzi, Wooley, Levy, & Caza, 2010), em Portugal (Rego, Sousa, Marques, & Cunha, 2014) e em Espanha (Moriano, Molero, & Mangin, 2011). Finalmente, a validade do ALQ tem sido empiricamente sustentada em diversos países (Moriano et al., 2011; Walumba et al., 2008), dando força ao carácter transcultural do conceito e da sua medida. É nesta linha que o presente trabalho se integra. Tendo em consideração o objetivo já anteriormente apresentado, reportamos seguidamente os estudos realizados para adaptar e procurar evidências de validade do ALQ para o contexto de trabalho em organizações brasileiras. Procurar-se-á confirmar a estrutura tetrafatorial integrante do modelo teórico adotado (Walumbwa et al., 2008), nas versões de auto e heteroavaliação do instrumento.

MÉTODO

São apresentados dois estudos complementares. O primeiro consiste na adaptação do ALQ nas suas duas versões para o português do Brasil. Nesse estudo são analisadas as primeiras evidências de validade do ALQ, para auto e heteroavaliação. O segundo estudo discute a validade do instrumento tendo por base uma ampliação da amostra. Os resultados obtidos nas duas investigações são comparados e discutidos, consolidando assim as propriedades psicométricas do ALQ.

Estudo 1

Participantes

Participaram do estudo 587 profissionais provenientes de organizações da região sul do Brasil, de diversas dimensões e segmentos. Destes, 47.2% ($n = 277$) ocupavam posições de liderança (chefias intermediárias) e 52.8% ($n = 310$) eram liderados. No grupo dos líderes, 47.3% eram homens, a média de idade foi de 34.5 anos ($DP = 7.4$), 55.6% eram casados, 55.6% não possuíam filhos e a renda mensal de 61.4% estava acima de 5.000,00 reais. Quanto ao nível de escolaridade dos líderes, 55.6% referiram ter um curso de pós-graduação em andamento. Entre os liderados, 62.6% eram mulheres, a média de idade foi de 46.9 anos ($DP = 33.9$), 60.3% eram solteiros e 80.3% não possuíam filhos. Em relação à renda mensal, 23.5% declararam receber entre 2.000 a 3.000 reais. Quanto à escolaridade, 47.1% desses participantes frequentavam uma pós-graduação. Além desses dois grupos, outros 42 profissionais (12 líderes e 30 liderados) participaram do estudo piloto para procura de evidências de validade relacionadas com o conteúdo do ALQ na sua versão brasileira. A idade desses participantes variou entre 18 a 67 anos ($M = 34.7$; $DP = 11.9$).

Instrumentos

Questionário sociodemográfico. Foi aplicado um questionário sociodemográfico a fim de coletar dados dos participantes referentes à idade, gênero, estado civil, número de filhos, grau de escolaridade e renda pessoal. Foram ainda recolhidos dados relativamente à dimensão e segmento das organizações a que pertenciam os participantes.

Liderança Autêntica. Recorreu-se ao *Authentic Leadership Questionnaire* (ALQ) para mensurar a percepção de LA. A versão original em inglês foi cedida aos

autores, após apresentação do projeto de investigação ao Instituto Mind Garden, nos Estados Unidos (Copyright © 2007 *Authentic Leadership Questionnaire* - ALQ - by Avolio, Gardner, & Walumbwa). O questionário avalia quatro dimensões da liderança correspondentes às concebidas no modelo teórico dos autores: autoconsciência (e.g., *Sei quando é o momento de reavaliar minhas posições sobre assuntos importantes*), transparência relacional (e.g., *Digo exatamente o que penso*), processamento balanceado de informações (e.g., *Analiso dados relevantes antes de tomar uma decisão*) e perspectiva moral internalizada (e.g., *Demonstro crenças que são coerentes com minhas ações*). É composto por 16 itens seguidos de uma escala de 5 pontos para que os respondentes informem da frequência com que cada um ocorre com eles (ou com a sua liderança, na versão hetero-avaliação). A escala varia de 0 a 4, sendo que 0 significa ‘nunca’; 1 significa ‘uma vez ou outra’; 2 significa ‘por vezes’; 3 remete para ‘com alguma frequência’; e 4 significa ‘frequentemente, se não sempre’. O *score* final é calculado tendo por base a soma total dos itens. O estudo inicial de validação do instrumento foi efetuado com amostras dos Estados Unidos, da China e do Quênia (Walumba et al., 2008). O instrumento possui duas versões, uma para os líderes responderem sobre si (autoavaliação) e outra para os liderados responderem sobre os seus líderes (heteroavaliação).

Lista de Comportamentos da Liderança. Foi elaborada uma lista de 16 descritores de comportamentos autênticos de uma liderança, observando os preceitos de Cohen, Swerdlik e Sturman (2014). A elaboração da referida lista resultou de uma revisão sistemática a 121 artigos sobre LA, publicados nos últimos 15 anos. Esse levantamento permitiu o mapeamento de atitudes que foram categorizadas considerando a tetradimensionalidade do modelo da LA (Walumbwa et al., 2008). Assim, para cada dimensão, um conjunto de comportamentos autênticos foi identificado. Na dimensão *Transparência Relacional* foram elaborados 5 itens que retratam a postura autêntica do líder ao expor-se, promovendo relações de confiança pela expressão de sentimentos e pensamentos verdadeiros (Ilies et al., 2005) (e.g., *Promovi(eu) uma reunião em que foi possível dar opiniões e participar*). A *Moral Internalizada*, segunda dimensão, integra 4 itens que retratam comportamento de padrão e valor moral internalizado, não submissos a pressões externas (Moriani et al., 2011) (e.g., *Defendi(eu) para um profissional de outro setor minhas(suas) regras e normas para conduzir um processo*). A terceira dimensão, *Processamento Balanceado*, composta por três itens de comportamento que procuram realçar a objetividade do líder em obter informações relevantes referentes a uma situação, ainda que contrárias às suas próprias percepções (Hannah et al., 2011) (e.g., *Resolvi(eu) um problema de forma diferente da que costumo orientar minha equipe*). A quarta e última dimensão, *Autoconsciência*, formada por 4 itens, retrata a capacidade do líder para se expor aos demais, reconhecendo o impacto

que gera noutras pessoas (Gill & Caza, 2015) (e.g., *Ouvi(u) e mudei(ou) meu(seu) posicionamento a partir da opinião de um de meus(seus) liderados*).

Procedimento

Tradução e Retroversão do ALQ

Quatro académicos bilíngues traduziram os 16 itens das duas versões do questionário original, a versão para o líder responder e a versão para o liderado responder. Os tradutores foram instruídos a manter a similaridade conceptual de cada item. As traduções foram revistas por três juízes, também fluentes em inglês, experientes nas áreas de psicologia organizacional e administração, conforme orientações da *International Test Commission* (2000). Cada item foi discutido e os que apresentaram divergências (14, 15 e 16) foram submetidos a uma nova tradução por um quinto profissional. Esta etapa permitiu elaborar uma versão em português do questionário que foi submetida à avaliação de três grupos focais: um com líderes e dois com liderados. Todos trabalhavam em organizações diferentes e participaram de forma voluntária e este procedimento permitiu a livre expressão de ideias e opiniões. O grupo focal dos líderes sugeriu que no item 5 (*Demonstro emoções exatamente como meus sentimentos*) o termo mais apropriado para o contexto brasileiro seria ‘*correspondentes*’, discussão também validada pelos grupos focais dos liderados. Resultante desta fase, uma versão adaptada do instrumento foi sujeita a retroversão por dois académicos fluentes na língua inglesa, que não participaram dos procedimentos iniciais. Novamente, os três juízes avaliaram as traduções feitas da escala em português para o inglês, comparando essas versões com o instrumento original. A partir dessa análise, nenhuma mudança significativa foi feita, apenas algumas expressões nos itens foram ajustadas ao contexto brasileiro. Por fim, para avaliar a compreensibilidade das instruções e dos 16 itens de cada versão, realizou-se uma aplicação piloto. Participaram 42 profissionais, 12 líderes e 30 liderados, com características semelhantes à amostra que participou do estudo de validação do ALQ para o Brasil. Obteve-se então a versão final brasileira do ALQ.

Recolha de Dados

A recolha de dados ocorreu de junho a agosto de 2014. Os líderes responderam ao ALQ na primeira pessoa. Os liderados responderam reportando-se ao seu

líder. O instrumento foi aplicado numa versão impressa em turmas de cursos de pós-graduação e MBAs na área da saúde e administração de duas universidades privadas da região sul do Brasil. O tempo médio de resposta foi de 15 minutos.

Considerações Éticas

No procedimento de recolha de dados dos estudos 1 e 2, os participantes e organizações foram informados sobre os objetivos da investigação, o carácter voluntário da participação, sendo-lhes garantida a confidencialidade e assegurado o anonimato das informações disponibilizadas. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Informado e o contacto da equipe de investigação foi disponibilizado para eventuais esclarecimentos. O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil), tendo sido aprovado pelo Parecer de número 859.504.

Estudo 2

Participantes

Participaram 1179 profissionais provenientes de organizações de distintos segmentos e dimensões da região sul do Brasil. Deste total, 13.6% ($n = 160$) ocupavam uma posição de liderança intermediária e 86.4% ($n = 1019$) eram liderados. De entre os líderes, 65.4% eram homens, a idade da amostra concentrou-se entre os 41 e os 50 anos (29.2%) e 42.2% dos profissionais haviam já concluído uma pós-graduação. Quanto aos rendimentos pessoais, 65.9% auferiam mensalmente de 5.000 a 6.000 reais. Em relação aos anos de trabalho na empresa, 64% estavam há mais de 10 anos nos seus empregos. Eram líderes em empresas do setor económico dos Serviços 92.5% dos participantes e 97.3% pertenciam a organizações de grande dimensão.

Entre os liderados, 53.8% eram mulheres e as suas idades concentraram-se entre os 21 e os 30 anos (35%). Quanto à escolaridade, 37.5% possuíam ensino superior concluído, seguido de 22.8% que frequentavam um curso superior. Em relação ao rendimento pessoal, 31.5% auferiam de 1.500 a 2.000 reais mensais, e 26.4% referiram receber mensalmente entre 2.001 a 3.000 reais. No que respeita aos anos de trabalho na organização, 27.3% estavam há 1 ano e 3 meses em seus trabalhos. Eram profissionais do sector dos Serviços 85.5%, e 85.9% pertenciam a organizações de grande dimensão.

Instrumentos

Questionário sociodemográfico. Foi aplicado aos participantes um questionário sociodemográfico para obter informações sobre idade, género, escolaridade, posição e anos de trabalho. Foram ainda solicitadas informações relativas à dimensão e segmento das organizações onde intervinham.

Authentic Leadership. Foi aplicado o *Authentic Leadership Questionnaire* (ALQ), nas versões de autoavaliação para líderes e heteroavaliação aos liderados. A descrição completa do ALQ encontra-se no Estudo 1.

Procedimento

Recolha de Dados

Os sujeitos puderam escolher entre participar no estudo respondendo ao inquérito presencialmente ou *online*, procurando-se assim uma solução capaz de otimizar a eficácia do processo de recolha de dados, como propõem Wachelke, Natividade, Andrade, Wolter e Camargo (2014). Nas circunstâncias em que a recolha ocorreu presencialmente, esta foi previamente agendada com os participantes, ocorreu no ambiente de trabalho, e o inquérito foi aplicado separadamente aos líderes e seus liderados. Aos profissionais das organizações que optaram pela recolha *online* foi disponibilizado um *link* da investigação por email (através do *SurveyMonkey*). Uma semana após o envio, foi enviado um lembrete relativo à participação no estudo. Esta recolha de dados ocorreu no período de agosto a dezembro de 2014.

RESULTADOS

Foram realizadas Análises Fatoriais Confirmatórias partindo-se da matriz de covariância dos dados para a estimação dos parâmetros. Optou-se pelo algoritmo *Maximum Likelihood*. Conforme tem sido sugerido pela literatura especializada (Byrne, 2009; Walumbwa et al., 2008), consideraram-se os seguintes índices para avaliar o ajustamento dos dados aos modelos testados: razão entre qui-quadrado e graus de liberdade (χ^2/df); *Goodness-of-Fit Index* (GFI); *Comparative Fit Index* (CFI); *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA); e *Consistent Akaike Information Criterion* (CAIC). Os *missing-values* inferiores a 3% foram substituí-

dos pelo método *Expectation Maximization* (Ibrahim, Chen, Lipsitz, & Herring, 2005; Kline, 2011). Replicaram-se os procedimentos adotados por Walumbwa et al. (2008) aquando da validação da versão original do instrumento. Estas análises realizaram-se por recurso ao software AMOS 22.0.

Testaram-se os ajustes dos dados a quatro modelos para as amostras de líderes e liderados dos Estudos 1 e 2. O primeiro modelo testado foi especificado como de fator único explicando os 16 itens do ALQ. O segundo modelo consistiu numa estrutura de quatro fatores correlacionados, replicando a estrutura tetradimensional de Walumbwa et al. (2008): Fator I – itens 1, 2, 3, 4 e 5 explicando a Transparência Relacional; Fator II – itens 6, 7, 8 e 9 explicando a Moral Internalizada; Fator III – itens 10, 11 e 12 explicando o Processamento Balanceado; Fator IV – itens 13, 14, 15 e 16 explicando a Autoconsciência. O terceiro modelo manteve a estrutura de quatro fatores, como no modelo anterior, mas adicionou-se um fator de segunda ordem explicando os quatro fatores. O quarto modelo foi idêntico ao terceiro (quatro fatores e um de segunda ordem), mas correlacionaram-se erros de alguns itens, baseando-se em índices de modificação. Os índices encontrados para os modelos testados encontram-se nas Tabelas 1 e 2. Observam-se melhores índices de ajustamento no quarto modelo testado para as duas amostras dos dois estudos. Calcularam-se as médias e desvios-padrão dos fatores do ALQ, respectivos coeficientes de consistência interna para líderes e liderados e os coeficientes de correlação entre os fatores do ALQ (Tabelas 3 e 4).

Tabela 1
Índices de Ajustamento dos Modelos Testados: Análise Fatorial Confirmatória para os Líderes

	Fator único		Quatro fatores correlacionados		Quatro fatores explicados por um de segunda ordem		Quatro fatores explicados por um de segunda ordem com correlação entre erros	
	Estudo 1	Estudo 2	Estudo 1	Estudo 2	Estudo 1	Estudo 2	Estudo 1 ^a	Estudo 2 ^b
χ^2	403.2	21.9	267.9	174.8	279.0	185.1	236.1	165.7
GI	104	104	98	98	100	100	98	98
P	< .001	< .001	< .001	< .001	< .001	< .001	< .001	< .001
χ^2/gl	3.88	2.04	2.73	1.78	2.79	1.85	2.41	1.69
GFI	.64	.86	.89	.89	.88	.88	.91	.89
CFI	.64	.79	.79	.85	.78	.84	.83	.87
RMESA	.10	.081	.079	.070	.081	.073	.071	.066
IC 90% RMESA	.092-.113	.065-.096	.068-.091	.053-.087	.069-.092	.056-.089	.060-.083	.048-.083
CAIC	615.2	406.3	519.6	405.7	524.1	409.8	494.5	402.6

Nota. a. Foram correlacionados os erros dos itens 1 e 4; 6 e 7. b. Foram correlacionados os erros dos itens 1 e 14; 9 e 10.

χ^2 – qui-quadrado; *gl* – graus de liberdade; χ^2/gl – razão qui-quadrado por graus de liberdade; GFI – *Goodness-of-Fit Index*; CFI – *Comparative Fit Index*; RMSEA – *Root Mean Square Error of Approximation*; IC 90% RMESA – Intervalo de confiança de 90%; CAIC – *Consistent Akaike Information Criterion*. Estudo 1, N = 277; Estudo 2, N = 160.

Tabela 2
Índices de Ajustamento dos Modelos Testados: Análise Fatorial Confirmatória para os Liderados

	Fator único		Quatro fatores correlacionados		Quatro fatores explicados por um fator de segunda ordem		Quatro fatores explicados por um fator de segunda ordem com correlação entre erros	
	Estudo 1	Estudo 2	Estudo 1	Estudo 2	Estudo 1	Estudo 2	Estudo 1 ^a	Estudo 2 ^b
χ^2	559.2	1380.8	395.2	872.1	415.5	939.2	276.6	755.2
Gl	104	104	98	98	100	100	98	98
P	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001
χ^2/gl	5.38	13.3	4.03	8.90	4.15	9.39	2.82	7.71
GFI	.81	.83	.85	.89	.84	.88	.90	.91
CFI	.83	.90	.89	.94	.88	.93	.93	.95
RMESA	.119	.110	.099	.088	.101	.091	.077	.081
IC 90% RMESA	.109-.129	.105-.115	.089-.109	.083-.094	.091-.111	.086-.096	.066-.088	.076-.087
CAIC	774.8	1634.5	651.2	1173.3	664.8	1232.5	539.3	1064.3

Nota. a. Foram correlacionados os erros dos itens 1 e 4; e 6 e 7. b. Foram correlacionados os erros dos itens 1 e 4; e 5 e 6.

χ^2 – qui-quadrado; gl – graus de liberdade; χ^2/gl – razão qui-quadrado por graus de liberdade; GFI – Goodness-of-Fit Index; CFI – Comparative Fit Index; RMSEA – Root Mean Square Error of Approximation; IC 90% RMESA – Intervalo de confiança de 90%; CAIC – Consistent Akaike Information Criterion. Estudo 1, N = 310; Estudo 2, N = 1019.

Tabela 3

Médias, Desvios-Padrão, Coeficientes Alfa e Correlações entre os Fatores da Escala de Liderança Autêntica e as variáveis idade, escolaridade, renda pessoal e dimensão organizacional, para os Líderes

	M		α	1(r)	2(r)	3(r)	4(r)	5(r)	6(r)	7(r)	8(r)	9(rho)
	(Estudo 1)	(Estudo 1)										
1. F1 - Transparência Relacional	3.13	.41	.40	.42**	.27**	.39**	--	.14	.99	.99	-.01	--
2. F2 - Moral Internalizada	3.32	.54	.73	.50**	.33**	.39**	--	.12	.69	.69	.05	--
3. F3 - Processamento Balanceado	3.11	.50	.51	.31**	.42**	.42**	--	.11	.74	.74	.05	--
4. F4 - Autoconsciência	2.84	.50	.64	.45**	.46**	.59**	--	.13	.13*	.13*	.03	--
5. ALQ - Fator Geral	3.10	.35	.78	--	--	--	--	.18*	.13*	.13*	.04	--
6. Idade	--	--	--	.07	.11	.06	.05	0.09	--	--	--	--
7. Escolaridade	--	--	--	.16	.17*	-.01	-.01	0.06	--	--	--	--
8. Renda Pessoal	--	--	--	.06	.16	.06	.10	0.12	--	--	--	--
9. Dimensão Organizacional	--	--	--	.09	.23	.38	.21	0.26	--	--	--	--
M (Estudo 2)	--	--	--	3.14	3.32	3.28	2.88	3.15	--	--	--	--
DP (Estudo 2)	--	--	--	.45	.49	.52	.55	0.38	--	--	--	--
α (Estudo 2)	--	--	--	.93	.83	.94	.93	0.98	--	--	--	--

Nota. Acima da diagonal principal estão os coeficientes de correlação entre os fatores da escala e variáveis sociodemográficas para o Estudo 1, N = 277. Abaixo da diagonal principal estão os coeficientes de correlação entre os fatores da escala e variáveis sociodemográficas para o Estudo 2, N = 160. Utilizou-se correlação de Spearman nos testes com a variável dimensão da organização. * $p < .05$; ** $p < .01$

Procurando evidências adicionais de validade para o ALQ adaptado para o Brasil, testou-se o poder discriminativo do instrumento relativamente a comportamentos autênticos de liderança, entre os participantes do Estudo 1. Na Tabela 5 estão indicados os comportamentos mais significativos para líderes e liderados. No conjunto dos resultados obtidos para o grupo dos líderes destaca-se, por exemplo, a diferença significativa encontrada entre os líderes que responderam sim e aqueles que responderam não relativamente ao facto deles próprios terem assumido uma decisão contrária aos seus valores pessoais. Aqueles que assinalaram negativamente esta questão apresentaram pontuações médias superiores em todas as dimensões do ALQ e na sua globalidade, comparados com os que responderam sim ao comportamento referido (Tabela 5). Em relação aos liderados, encontraram-se diferenças nas pontuações médias entre aqueles que observaram e os que não observaram a frequência de determinado comportamento no seu líder nas dimensões do ALQ. Ilustra-se este resultado com o comportamento de promoção de reuniões estimulando a participação. Os participantes que verificaram este comportamento nos seus líderes apresentaram pontuações médias significativamente superiores no ALQ (global e nas 4 dimensões) por comparação com os que o não verificaram (ver Tabela 5).

Por fim, testaram-se as relações da LA com as variáveis sociodemográficas consideradas no estudo, a fim de fornecer dados descritivos sobre a LA. Foram realizados testes de correlação de Pearson entre a idade, escolaridade, rendimento pessoal e os quatro fatores do ALQ; foi, ainda, realizada uma MANOVA para testar diferenças entre os quatro fatores do ALQ entre homens e mulheres. Repetiram-se estas análises nos dois estudos. Tanto para os líderes quanto para os liderados, as correlações significativas encontradas para idade, escolaridade e rendimento pessoal foram de baixa magnitude (Tabelas 3 e 4). Também não foram verificadas diferenças no ALQ (global e fatores constituintes) entre líderes homens e mulheres (estudo 1: Wilks $\Lambda = 0.99$, $F(4,244) = 0.47$, $\eta^2 = .008$, $p = .76$; estudo 2: Wilks $\Lambda = 0.96$, $F(4,152) = 1.57$, $\eta^2 = .040$, $p = .18$).

No estudo 2 analisaram-se ainda diferenças nos fatores do ALQ em função da natureza (pública e privada) das organizações e as relações com a dimensão das organizações. Correlações de Spearman foram utilizadas para testar as relações com a dimensão organizacional, não tendo sido encontrados resultados significativos para líderes e liderados (Tabelas 3 e 4). Realizou-se uma MANOVA para analisar o efeito diferencial da natureza da organização ao nível do ALQ, não tendo sido encontradas quaisquer diferenças para os líderes (Wilks $\Lambda = 0.953$, $F(4,35) = 0.423$, $\eta^2 = .046$, $p = .791$); relativamente aos liderados, verificaram-se diferenças de baixa magnitude em função da natureza privada das organizações (Wilks $\Lambda = 0.93$, $F(4,992) = 17.3$, $\eta^2 = .065$, $p < .001$), que obtiveram uma maior pontuação média em Liderança Autêntica.

Tabela 5
Resultados do teste t – Student entre Participantes que Responderam Sim ou Não aos Comportamentos Relacionados à Liderança Autêntica

	Líderes				Liderados				Teste estatístico	DP	M	N
	N	M	DP	Teste estatístico	N	M	DP	Teste estatístico				
<i>Pedi(u) desculpas por ter cometido um engano relacionado ao trabalho.</i>												
TR	Sim	175	3.18	.40	$t(266) = 3.04; p = .003; d = 0.39$	104	2.90	.64	$t(299) = 3.56; p < .001; d = 0.44$			
	Não	93	3.02	.41								
PB	Sim	175	3.16	.49	$t(266) = 2.34; p = .020; d = 0.30$	104	2.72	.78	$t(244) = 3.23; p < .001; d = 0.38$			
	Não	93	3.01	.51								
LA Total	Sim	175	3.15	.33	$t(266) = 2.99; p = .003; d = .38$	104	2.85	.63	$t(248) = 4.05; p < .001; d = 0.48$			
	Não	93	3.01	.37								
<i>Tomei(ou) uma decisão sobre um processo que contrariou meus(seus) valores pessoais.</i>												
TR	Sim	33	2.95	.40	$t(265) = -2.71; p = .007; d = -0.51$	59	2.39	.70	$t(298) = -3.91; p < .001; d = -0.56$			
	Não	234	3.16	.41								
MI	Sim	33	3.10	.53	$t(265) = -2.48; p = .014; d = -0.46$	59	2.40	.86	$t(298) = -4.79; p < .001; d = -0.67$			
	Não	234	3.35	.54								
LA Total	Sim	33	2.95	.40	$t(265) = -2.65; p = .009; d = -0.46$	59	2.25	.78	$t(298) = -4.66; p < .001; d = -0.65$			
	Não	234	3.12	.34								
<i>Promovi(eu) uma reunião em que foi possível dar opiniões e participar.</i>												
TR	Sim	213	3.15	.41	$t(265) = 2.22; p = .028; d = 0.34$	205	2.83	.61	$t(146) = 4.26; p < .001; d = 0.56$			
	Não	54	3.01	.40								
MI	Sim	213	3.36	.55	$t(265) = 2.46; p = .015; d = 0.38$	205	2.98	.72	$t(151) = 3.97; p < .001; d = 0.52$			
	Não	54	3.15	.51								
AC	Sim	213	2.88	.49	$t(265) = 3.22; p = .001; d = 0.50$	205	2.63	.81	$t(148) = 6.09; p < .001; d = 0.80$			
	Não	54	2.64	.46								
LA Total	Sim	213	3.14	.34	$t(265) = 3.59; p < .001; d = 0.54$	205	2.81	.62	$t(148) = 5.89; p < .001; d = 0.77$			
	Não	54	2.95	.35								

Ao decidir sobre um assunto importante, chamei(ou) todos os membros da equipe que estavam envolvidos na situação.

TR	Sim	194	3.17	.42		187	2.87	.64	$t(299) = 5.57; p < .001; d = 0.67$
	Não	75	3.02	.37	$t(267) = 2.77; p = .006; d = 0.39$	114	2.42	.72	
MI	Sim	194	3.40	.51		187	3.01	.70	$t(193) = 4.55; p < .001; d = 0.56$
	Não	75	3.12	.58	$t(267) = 3.86; p < .001; d = 0.51$	114	2.56	.91	
PB	Sim	194	3.16	.49		187	2.82	.86	$t(299) = 6.53; p < .001; d = 0.77$
	Não	75	2.98	.53	$t(267) = 2.56; p = .011; d = 0.34$	114	2.13	.95	
AC	Sim	194	2.91	.48		187	2.63	.83	$t(204) = 5.67; p < .001; d = 0.69$
	Não	75	2.66	.51	$t(267) = 3.72; p < .001; d = 0.50$	114	1.99	1.01	
LA Total	Sim	194	3.16	.33		187	2.84	.63	$t(203) = 6.38; p < .001; d = 0.78$
	Não	75	2.95	.35	$t(267) = 4.58; p < .001; d = 0.62$	114	2.29	.77	
<i>Ouvi(u) e mudei(ou) meu(seu) posicionamento a partir da opinião de um de meus(seus) liderados.</i>									
TR	Sim	187	3.16	.44		136	2.83	.61	$t(297) = 2.97; p = .003; d = 0.34$
	Não	83	3.05	.33	$t(204) = 2.12; p = .035; d = 0.27$	164	2.60	.76	
PB	Sim	187	3.16	.49		136	2.76	.88	$t(298) = 3.36; p < .001; d = 0.39$
	Não	83	3.00	.51	$t(268) = 2.59; p = .010; d = 0.34$	164	2.39	.99	
LA Total	Sim	187	3.14	.36		136	2.75	.65	$t(297) = 2.70; p = .007; d = 0.31$
	Não	83	3.01	.33	$t(268) = 2.77; p = .006; d = 0.37$	164	2.53	.78	

Nota. TR – Transparências Relacionais; PB – Processamento Balanceado; MI – Moral Internalizada; AC – Autoconsciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de LA têm alcançado crescente importância na academia e na intervenção organizacional (Gardner et al., 2011). Assume, assim, particular importância a investigação realizada que teve como principal objetivo adaptar e procurar evidências adicionais de validade do ALQ, desenvolvido por Walumbwa et al. (2008), para o contexto laboral brasileiro. Os estudos de validade consideraram a estrutura fatorial e as propriedades psicométricas do instrumento.

As análises confirmatórias evidenciaram a adequação da estrutura tetradiimensional nas duas versões do instrumento. As análises realizadas confirmam a existência dos quatro fatores de primeira ordem que podem agrupar-se num fator de segunda ordem. Estes resultados estão em conformidade com o modelo teórico preconizado por Luthans e Avolio (2003), o estudo de Walumbwa et al. (2008) e com os resultados obtidos por Rego et al. (2015) e Cervo et al. (2016) para o Brasil. Os índices de ajustamento dos modelos do ALQ encontrados nos dois estudos mostraram-se satisfatórios, sobretudo ao considerarem-se os valores relacionados com o erro de aproximação (c.f. Byrne, 2009; Marsh, Hau, & Wen, 2004). Embora os índices de ajustamento não sejam todos muito satisfatórios, os encontrados para o quarto modelo testado mostraram um melhor ajustamento para todas as amostras, o que sugere a melhor adequação deste modelo.

O instrumento obteve índices satisfatórios de consistência interna para o fator geral de liderança autêntica nas duas amostras dos dois estudos (c.f. Cronbach, 1951; Nunnally, 1967). No que diz respeito aos coeficientes alfa para os fatores da liderança, apenas a Transparência Relacional apresentou baixa fiabilidade na amostra dos líderes para o estudo 1, devido às correlações inter-item de baixa magnitude nesse fator. Esse fator do modelo teórico de LA é compreendido como a capacidade do líder para expor o seu *self* aos outros (Walumbwa et al., 2008).

Os resultados obtidos sobre o poder discriminativo do instrumento sugerem que quanto mais comportamentos de partilha de decisão, de estímulo à participação, de proximidade relacional e redução de comportamentos moralmente controversos do líder, maior é a atribuição de autenticidade que o líder faz a si próprio e que os liderados lhe outorgam. Estes resultados aproximam-se das evidências empíricas apresentadas em Gill e Caza (2015). De igual modo, pode afirmar-se que vão ao encontro do entendimento de que a LA estimula relações interpessoais guiadas pelo respeito, confiança, transparência e abertura (Rego et al., 2015). Em suma, pode-se inferir que a autenticidade é validada pelos liderados a partir de atitudes e comportamentos constantes, que retratam a coerência entre a exposição autêntica do líder e o seu discurso (Hannah et al., 2011; Luthans & Avolio, 2003).

Procurou-se avaliar o impacto de um conjunto de variáveis sociodemográficas nos fatores de LA. Os resultados encontrados para idade, escolaridade e rendimento pessoal, quando significativos, são de fraca magnitude e não contribuem para a explicação da variância da LA (Cohen & Cohen, 1983). Há congruência entre estes resultados e o modelo de LA fundamentado em aspectos relacionais (Gardner et al., 2011; Luthans & Avolio 2003). A ausência de diferenças entre homens e mulheres, líderes e liderados, quanto à percepção de autenticidade do líder, permite relativizar o debate em relação a LA e género (Hopkins & O'Neil, 2015).

No que respeita aos resultados encontrados para as variáveis organizacionais, constata-se a fraca relação entre a dimensão da organização e a forma como a LA é percebida por líderes e liderados. Contudo, para os dois grupos de profissionais estudados, a natureza privada dos locais de trabalho relaciona-se com a expressão de autenticidade da liderança, apesar deste efeito ser de baixa magnitude. Um possível caminho para compreensão deste resultado está em Men e Stacks (2014). Esses autores consideram que o estilo de relacionamento aberto e próximo da LA desafia as organizações a acolherem novas políticas de gestão de pessoas. Estas novas exigências podem encontrar respostas distintas nos modelos de gestão adotados em cada uma das organizações.

INDICAÇÕES DE FUTURAS INVESTIGAÇÕES E LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Torna-se necessária uma última reflexão quanto às evidências de validade do ALQ aqui apresentadas. Para Nunes e Primi (2010), a validação de um constructo corresponde a um processo em que se acumulam evidências de relações teóricas importantes, que fundamentam interpretações para as pontuações empiricamente obtidas. Assim, a investigação sobre o processo de validação do ALQ para o contexto de trabalho do Brasil não fica concluída com este estudo, o de Rego et al. (2015) e o de Cervo et al. (2016). Estudos adicionais são ainda requeridos, expandindo as amostras já utilizadas, considerando profissionais de diferentes regiões e Estados brasileiros ou analisando outros setores de atividade. Novos estudos são também necessários para verificar a validade concorrente e a validade discriminante da versão brasileira do ALQ. Face à diversidade das abordagens teóricas sobre liderança, recomenda-se ainda a realização de investigações que avaliem a relação entre a LA e outros modelos teóricos (por exemplo, liderança espiritual).

Por outro lado, muito há a fazer quanto à avaliação empírica da relação entre a LA e outros constructos (por processos de comprometimento e identificação organizacional, de engajamento, criatividade, inovação, desempenho organizacional,

entre outros) em amostras brasileiras. É também relevante a discussão da LA considerando aspectos culturais, uma vez que o entendimento do que é a autenticidade integra uma dinâmica social (Luthans & Avolio, 2003).

Entre as limitações desta investigação, refere-se o facto da amostra ter sido recolhida através do critério de acessibilidade e conveniência. Maioritariamente, as organizações participantes pertencem ao setor dos Serviços e são de grande dimensão. Estas características não retratam a globalidade das organizações brasileiras, que se configuram mais como pequenas e médias empresas, distribuídas de maneira diversa entre os setores, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Médias e Pequenas Empresas (2014). Recomenda-se, assim, a realização de outros estudos que considerem estas características, bem como investigações qualitativas de como a natureza pública ou privada da organização pode contribuir para a expressão da LA.

Importa também referir que o uso da versão de autoavaliação do ALQ para os líderes pode não discriminar suficientemente o comportamento de autenticidade destes profissionais. Sugerem-se investigações por recurso ao ALQ acrescido de medidas alternativas na avaliação da autenticidade dos líderes.

Embora com limitações, considera-se que o presente estudo contribui positivamente para a área de psicologia organizacional – particularmente no Brasil – quer no âmbito da investigação, quer na prática profissional. Ao nível da investigação, o contributo dado relaciona-se com o acréscimo de evidências de validade do ALQ para o Brasil. A investigação realizada reforça o carácter universal do constructo LA e da sua medição. Em termos práticos, o questionário pode ser utilizado em organizações que almejam promover comportamentos de autenticidade das suas lideranças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- American Educational Research Association (AERA), American Psychological Association (APA), & National Council on Measurement in Education (NCME). (2014). *Standards for Educational and Psychological Testing*. Washington: AERA, APA, NCME.
- Avolio, B. J., Gardner, W. L., & Walumbwa, F. (2007). *Authentic leadership questionnaire*. Consultado em 6 de agosto de 2012 em <http://mindgarden.com/products/alq.htm>
- Azanza, G., Moriano, J., & Molero, F. (2013). Authentic leadership and organizational culture as drivers of employees' job satisfaction. *Journal of Work and Organizational Psychology*, 29, 45-50. doi: 10.5093/tr2013a7
- Byrne, B. M. (2009). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming* (2nd ed.). New York, NY: Routledge.

- Cameron, K. S., Dutton, J. E., & Quinn, R. E. (2003). Positive organizational scholarship: Meet the movement. *Journal of Management Inquiry*, 12, 266-271. doi: 10.1177/1056492603256341
- Cavazotte, F., Duarte, C., & Gobbo, A. (2013). Líder autêntico, trabalho seguro: a influência da liderança sobre o desempenho em segurança. *Brazilian Business Review*, 10(2), 97-123.
- Caza, A., Bagozzi, R. P., Woolley, L., Levy, L., & Caza, B. B. (2010). Psychological capital and authentic leadership: Measurement, gender and cultural extension. *Asia-Pacific Journal of Business Administration*, 2, 53-70.
- Cervo, C. S., Mónico, L. M., dos Santos, N. R., Hutz, C. S., & Pais, L. (2016). Authentic Leadership Questionnaire: invariance between samples of Brazilian and Portuguese employees. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(40). doi: 10.1186/s41155-016-0046-4
- Clapp-Smith, R., Vogelgesang, G., & Avey, J. (2009). Authentic Leadership and positive psychological capital: The mediating role of trust at the group level of analysis. *Journal of Leadership and Organizational Studies*, 15(3), 227-240.
- Cohen, J., & Cohen, P. (1983). *Applied multiple regression/correlation analysis for the behavioral sciences*. New York: Erlbaum.
- Cohen, R., Swerdlik, M., & Sturman, E. (2014). *Testagem e avaliação psicológica: Introdução a testes e medidas* (8ª ed.). Porto Alegre: AMGH.
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient Alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 6(13), 297-334.
- Deci, E. L., Connell, J. P., & Ryan, R. M. (1989). Self-determination in a work organization. *Journal of Applied Psychology*, 74(4), 580-590.
- Fonseca, A., Porto, J., & Borges-Andrade, J. (2015). Liderança: Um Retrato da Produção Científica Brasileira. *Revista de Administração Brasileira*, 19(3), 290-310. doi: 10.1590/1982-7849rac20151404
- Gardner, W., Coglisier, C., Davis, K., & Dickens, M. (2011). Authentic leadership: A review of the literature and research agenda. *The Leadership Quarterly*, 22, 1120-1145. doi: 10.1016/j.leaqua.2011.09.007
- Gill, A., & Caza, A. (2015). An Investigation of Authentic Leadership's Individual and Group Influence on Follower Responses. *Journal of Management*, 20(10), 1-25. doi: 10.1177/0149206314566461
- Hannah, S., Avolio, B., & Walumbwa, F. (2011). Relationships between Authentic Leadership, Moral Courage, and Ethical and Pro-social Behaviors. *Business Ethics Quarterly*, 21(4), 555-578.
- Hopkins, M. M., & O'Neil, D. A. (2015). Authentic leadership: application to women leaders. *Frontiers in Psychology*, 6, 1-5. doi: 10.3389/fpsyg.2015.00959
- Ibrahim, J. G., Chen, M. H., Lipsitz, S. R., & Herring, A. H. (2005). Missing-data methods for generalized linear models: A comparative review. *Journal of the American Statistical Association*, 100, 332-346.
- Ilies, R., Morgeson, F. P., & Nahrgang, J. D. (2005). Authentic leadership and eudaemonic well-being: Understanding leader-follower outcomes. *The Leadership Quarterly*, 16(3), 373-394. doi: 10.1016/j.leaqua.2005.03.002
- International Test Commission (2000). *International Test Commission Guidelines for translating and adapting tests*. Consultado em 8 de Abril 2014 em <http://www.intestcom.org>.
- Kernis, M. H. (2003). Toward a conceptualization of optimal self-esteem. *Psychological Inquiry*, 14(1), 1-26.
- Klenke, K. (2007). Authentic leadership: A self, leader, and spiritual identity perspective. *International Journal of Leadership Studies*, 3(1), 68-97.
- Kline, R. B. (2011). *Principles and practice of structural equation modeling* (3rd ed.). New York: The Guilford Press.
- Laschinger, H., & Fida, R. (2014). New nurses burnout and workplace wellbeing: The influence of authentic leadership and psychological capital. *Burnout Research*, 1, 19-28 doi: 10.1016/j.burn.2014.03.002
- Luthans, F., & Avolio, B. J. (2003). Authentic leadership development. In R. E. Quinn (Ed.), *Positive organizational scholarship* (pp. 241-261). San Francisco: Barrett-Koehler.

- Lyubovnikova, J., Legood, A., Turner, N., & Mamakouka, A. (2015). How Authentic Leadership Influences Team Performance: The Mediating Role of Team Reflexivity. *Journal of Business Ethics*, doi: 10.1007/s10551-015-2692-3
- Marsh, H. W., Hau, K., & Wen, Z. (2004). In Search of Golden Rules: Comment on Hypothesis-Testing Approaches to Setting Cutoff Values for Fit Indexes and Dangers in Overgeneralizing Hu and Bentler's (1999) findings. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 11(3), 320-341. doi: 10.1207/s15328007sem1103_2
- Men, L. R., & Stacks, D. (2014). The effects of Authentic Leadership on Strategic Internal Communication and Employee-Organization Relationships. *Journal of Public Relations Research*, 26, 301-324. doi: 10.1080/1062726X.2014.908720
- Moriano, J. A., Molero, F., & Mangin, J. P. L. (2011). Liderazo autêntico. Concepto y validación del cuestionario ALQ en España. *Psicothema*, 23(2), 336-341.
- Mücelidili, B., Turan, H., & Erdil, O. (2013). The Influence of Authentic Leadership on Creativity and Innovativeness. *Procedia-Social and Behavioral Sciences*, 99, 673-681. doi: 10.1016/j.sbspro.2013.10.538
- Neider, L. L., & Schriesheim, A. C. (2011). The Authentic Leadership Inventory (ALI): Development and empirical tests. *The Leadership Quarterly*, 22, 1146-1164.
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In Conselho Federal de Psicologia (CFP), *Avaliação Psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão* (pp. 101-128). Brasília: CFP.
- Nunnally, J. C. (1967). *Psychometric theory*. New York, NY: McGraw Hill.
- Penger, S., & Černe, M. (2014). Authentic Leadership, employees' job satisfaction, and work engagement: a hierarchical linear modelling approach. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 27(1), 508-526. doi: 10.1080/1331677X.2014.974340
- Peterson, C. M., & Seligman, M. E. P. (2003). Positive Organizational Studies: Lessons from Positive Psychology. In K. S. Cameron, J. Dutton & R. E. Quinn, *Positive organizational scholarship: Foundations of a new discipline* (pp. 14-27). San Francisco: Berrett-Koehler Publishers.
- Rego, A., Reis, M., & Cunha, M. P. (2015). Authentic Leader Promoting Store Performance: The Mediating Roles of Virtuousness and Potency. *Journal of Business Ethics*, 128, 617-634.
- Rego, A., Sousa, F., Marques, C., & Cunha, M. P. (2014). Hope and Positive affect mediating the authentic leadership and creativity relationship. *Journal of Business Research*, 67, 200-210. doi: 10.1016/j.jbusres.2012.10.003
- Seligman, M. E. P. (1999). The president's address. *American Psychologist*, 54(8), 559-562.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Médias e Pequenas Empresas, Relatório de Dados Estatísticos (2014). *Relatório de Dados Estatísticos*. Consultado em 4 de Setembro de 2015 em http://www.sebrae.com.br/novo_site/portugues/novo_site_sebrae_pesquisas/pdfs/ep_de.pdf.
- Sobral, F., & Gimba, R. (2012). As prioridades axiológicas do líder autêntico: um estudo sobre valores e liderança. *Revista de Administração Mackenzie*, 13(3), 96-121.
- Vilaça, I., Mónico, L., & Castro, F. (2012). Da espiritualidade organizacional ao capital psicológico individual: qual o papel da liderança autêntica? *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(4), 281-289.
- Wachelke, J., Natividade, J., Andrade, A., Wolter, R., & Camargo, B. (2014). Caracterização e Avaliação de um Procedimento de Coleta de Dados Online (CORP). *Avaliação Psicológica*, 12(1), 143-146.
- Walumbwa, F., Avolio, B., Gardner, W., Wernsing, T., & Peterson, S. (2008). Authentic Leadership: Development and validation of a theory-based measure. *Journal of Management*, 34, 89-126.

(Página deixada propositadamente em branco)

A liderança em contexto educativo: validação da escala ética, transformacional e moral

Lurdes Neves¹ e Joaquim Luís Coimbra²

The leadership in educational context: validation of the ethic, transformational and moral scales

Abstract

The concept of leadership has been the subject of analysis and study, particularly in the organizational context. There is enough complexity in defining the leadership resulting in a wide range of definitions, however, there is some convergence in the representation of leadership as the process of influence exercised as a means to achieve certain goals. This study aimed to: perform validation of the ethical, moral and transformational leadership scales in an educational context. In a sample of 204 teachers it was possible to verify the behavior of the three questionnaires in terms of construct validity and reliability. The leadership scales evaluated (ethical, transformational and moral) presented good fit to the factorial structure and reliability values between acceptable and excellent.

Keywords: ethical leadership; transformational leadership; moral leadership; teachers

1 Estudante de Doutoramento da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Email: pdpsi11006@fpce.up.pt

2 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Email: jcoimbra@fpce.up.pt

Artigo recebido a 07-04-2016 e aprovado a 02-11-2017.

Resumo

O conceito de liderança tem sido alvo de análise e estudo, particularmente no contexto organizacional. Existe bastante complexidade em definir a liderança resultando num conjunto vasto de definições, contudo, existe alguma confluência na representação da liderança enquanto o processo de influência exercido como forma de atingir determinados objetivos. O presente estudo teve como objetivos: realizar a validação das escalas de Liderança ética, moral e transformacional em contexto educativo. Numa amostra de 204 professores foi possível verificar o comportamento dos três questionários ao nível da validade de constructo e da fiabilidade. As escalas de Liderança avaliadas (ética, transformacional e moral) apresentaram bons níveis de ajustamento à estrutura fatorial e valores de fiabilidade entre aceitável e excelente.

Palavras-chave: liderança ética; liderança transformacional; liderança moral; professores

INTRODUÇÃO

No último século, o conceito de liderança tem sido alvo de análise e estudo, particularmente no contexto organizacional. O líder era perçecionado, até então, como alguém cujas características inatas ou adquiridas o distinguiam dos demais. Esta visão mecanicista contrasta com a visão atual, em que a complexidade, a ambiguidade e a incerteza são aspetos a ter em conta na definição de liderança. Ainda que o conjunto de definições seja vasto, existe alguma confluência na representação da liderança enquanto o processo de influência exercido como forma de atingir determinados objetivos (Bryman, 1996; Castanheira & Costa, 2007).

Liderança ética

O conceito de liderança ética diz respeito aos comportamentos do líder que vão ao encontro das crenças e valores morais da organização, particularmente nas organizações éticas que norteiam a sua missão de acordo com os padrões morais vigentes e agem de forma socialmente responsável (Brown, Treviño, & Harrison, 2005).

Uma empresa ética baseia a sua conduta na responsabilidade social e procura adotar comportamentos e estratégias cujo impacto ambiental e social tenha em conta o contexto sociocultural e histórico no qual está inserida. Desta forma, diferentes líderes, em diferentes países, têm desafios distintos, a que se juntam os desafios da modernidade, como

o aumento dos fluxos de comércio internacional, a inovação tecnológica e a revolução na comunicação, que fazem da dimensão ética uma das principais preocupações de gestores, políticos e investigadores (Robertson, Crittenden, Brady, & Hoffman, 2002).

A ética, enquanto disciplina filosófica, debruça-se sobre os códigos morais e de valores que vigoram num dado contexto e que influenciam os comportamentos. Estes códigos são, em grande medida, consensuais e, por isso, influenciam aquilo que no ambiente organizacional é considerado certo ou errado (Almeida, 2007).

O interesse pela investigação na liderança ética é relativamente recente e tem em conta estes fatores de dimensão cultural e social, que se refletem no comportamento organizacional (Priem & Shaffer, 2001; Robertson et al., 2002). Brown et al. (2005) descrevem os líderes éticos como sendo honestos, confiáveis, justos e solidários, que norteiam as suas atitudes e comportamentos por forma a estruturarem ambientes de trabalho justos. Estes líderes contrastam com os líderes despóticos que colocam os seus interesses à frente dos da organização e apresentam comportamentos autoritários, centrados nos interesses próprios e na exploração dos outros (Aronson, 2001).

De Hoogh e Den Hartog (2008) construíram um instrumento, adaptado do Questionário Multicultural do Comportamento de Liderança (Hanges & Dickinson, 2004), que permite avaliar a liderança ética (Escala de Liderança Ética). Para os autores, embora exista um contínuo entre liderança ética e despótica, estas são tratadas como constructos independentes e negativamente correlacionados.

Liderança Transformacional

O conceito de liderança transformacional foi introduzido inicialmente por Burns (1978), referindo-se a determinados líderes políticos que motivavam os seguidores a atingirem maiores níveis de moralidade e motivação.

Bass (1985) expandiu este conceito, formulando um modelo em que a liderança transformacional envolve a influência ativa por parte do líder na motivação dos seguidores ao nível das suas atitudes, inspirando-os a alcançarem os objetivos. Este modelo pressupõe a existência de quatro componentes principais: carismático, que induz admiração, respeito e confiança nos seus seguidores; motivacional, que potencia os seguidores a atingirem objetivos e metas mais elevadas; estimulação intelectual, que desafia os seguidores a saírem da sua zona de conforto e os encoraja a desenvolverem as suas competências de forma mais criativa; consideração individualizada, ou seja, o respeito pela individualidade e identidade de cada seguidor.

O líder transformacional é, assim, alguém que é respeitado, que inspira confiança, motiva os outros, em suma, um exemplo a seguir. É, por isso, proactivo na concretização da sua visão e missão e está atento às necessidades dos seus

seguidores, aumentando o grau de compromisso que estes assumem com a organização e a sua performance no alcance das metas (Avolio, 1999; Avolio & Bass, 1995; Bass, 1985; Bass, 1990).

A liderança transformacional compreende, desta forma, a realização do líder concomitante ao sentido de eficácia e competência coletivas, dado que os seguidores parecem obter maior satisfação, envolvimento e compromisso com os objetivos e metas da organização (Castanheira & Costa, 2011). Desta forma, a liderança transformacional surge como alternativa à liderança transacional que está associada a um sistema de recompensas e punições contingentes e que parece não ter um impacto tão positivo na motivação e desempenho dos colaboradores (Avolio, 1999; Bass, 1998).

Bass e Avolio (2003) procuraram estudar os comportamentos típicos da liderança transformacional, mas também da liderança transacional e *laissez-faire* e os resultados destes tipos de liderança percebidos pelos seguidores. Na liderança *laissez-faire*, o líder demarca-se das suas responsabilidades e autoridade, que os autores consideram tratar-se da “menos potente”, num contínuo de comportamentos de liderança, que contrasta com a transformacional (a “mais potente”) (Avolio & Bass, 1995, p. 4). Castanheira e Costa (2011) fizeram uma meta-análise focada na realidade portuguesa, com base na utilização do *Multifactor Leadership Questionnaire* (Bass & Avolio, 2003,) indicando a predominância do tipo de liderança transformacional e da liderança transacional nas escolas públicas portuguesas. Nesta meta-análise, a Consideração Individual e a Motivação Inspiracional destacaram-se como os fatores mais observados na liderança transformacional. Já na liderança transacional, a Recompensa Contingente parece ser o fator subjacente aos comportamentos mais observados.

Liderança Moral

A inteligência moral tem sido definida como a capacidade de distinguir o certo do errado, de possuir fortes convicções morais e de ter comportamentos ajustados. Assim, a inteligência moral refere-se à forma como os princípios universais são aplicados aos nossos valores, objetivos e performance (Lennick & Kiel, 2011). Convém referir a distinção entre inteligência moral e inteligência emocional, dado que esta última é desprovida de valores e pode ser aplicada, “tanto para o bem, como para o mal”, enquanto que a inteligência moral é, por definição, “direcionada para o bem” (Lennick & Kiel, 2008).

Este conceito ganha particular relevância no contexto organizacional, dado que a integridade do líder parece ser um importante preditor do comportamento dos seguidores, da sua motivação, satisfação e investimento (Mamede, Ribeiro, Gomes, & Rego, 2014; Podsakoff, MacKenzie, Moorman, & Fetter, 1990; Wayne & Green, 1993).

Lennick e Kiel (2008) afirmam que os líderes moralmente mais competentes revelam maior consistência nos seus comportamentos e maior alinhamento com os princípios morais, valores e crenças, que resultam em consequências positivas para a organização. Para estes autores a Inteligência Moral envolve quatro dimensões: *integridade*, ou seja, agir de forma consistente com os princípios universais, valores e crenças pessoais, dizer a verdade e defender o que considera certo e manter as promessas; *responsabilidade*, pelas suas escolhas pessoais, admitindo os seus erros e falhas e assumir a responsabilidade pelos seus seguidores; *compaixão*, ou seja, preocupar-se com os outros; *perdão*, ou seja, perdoar os seus erros e falhas e as dos outros. Estas dimensões são avaliadas no questionário que os autores construíram, o *Moral Competency Inventory*, que esteve na base da elaboração do instrumento utilizado pelo presente estudo, a Escala de Liderança Moral de Mamede, Ribeiro e Gomes (2010), que se encontra validada para a população portuguesa.

Tendo em conta o prévio, este estudo teve como objetivo realizar a validação psicométrica de 3 questionários que avaliam a Liderança ética, moral e transformacional. Verificando a validade de constructo e fiabilidade do mesmo, através de análise estatística focada na validade do constructo e fiabilidade dos itens por meio de análise fatorial exploratória e confirmatória para testar a validade fatorial da medida.

MÉTODOS

Participantes

A amostra é constituída por 204 professores de 30 Agrupamentos de Escola distintos, destes participantes, 156 (76.5%) são do sexo feminino e os restantes do sexo masculino. Relativamente à idade, 26 (12.7%) participantes apresentam idades até aos 40 anos, 87 (42.6%) estão entre os 40 e 50 anos e 91 (44.6%) estão entre os 50 e 60 anos. No que diz respeito aos anos de experiência, a maioria, 98 (48.0%), tem mais de 25 anos de experiência profissional.

Procedimento

Inicialmente realizou-se um contacto presencial com os Diretores de 30 Escolas Secundárias e Agrupamentos de Escola, aos quais se explicitou os objetivos do

presente estudo, se solicitou a participação nele e o envio do *link* por *mail* a todos os professores. Adicionalmente, foi colocado pelo Diretor, no portal *online* de cada escola e agrupamento, o *link* para o preenchimento dos questionários (cf. Anexo A) e foi realizado o contacto por *mail* com os professores onde se divulgou o referido *link* do portal de cada escola, reforçando-se o pedido nas reuniões de abertura do ano letivo a todos os professores de cada um dos Agrupamentos. Foi-lhes ainda solicitado que procedessem ao reencaminhamento do mesmo para os seus colegas professores nas mesmas condições. A recolha ocorreu entre os meses de agosto e outubro de 2015 e foram recolhidos 204 questionários válidos.

Recorrendo ao *Statistical Package for the Social Sciences*®, foram utilizados, como procedimentos estatísticos, a Análise fatorial exploratória (AFE); o método Factorização de Eixo Principal (Principal Axis Factoring) para verificar a validade de constructo dos questionários; o Indicador de consistência interna alfa de Cronbach para estimar a fiabilidade; e as Correlações de *Pearson* para verificar as correlações entre os tipos de liderança. Por fim, recorreu-se ao programa *Analysis of Moment Structures-AMOS* (versão AMOS 24 para Windows) para realizar as análises confirmatórias.

Instrumentos

Os docentes responderam aos seguintes questionários: questionário sociodemográfico, o Questionário de Liderança Ética (Neves, Jordão, Pina e Cunha, Vieira, & Coimbra, 2016; QLE), o Questionário de Liderança Transformacional (Avolio & Bass, 2003; Bass & Avolio, 2003; QLT) e o Questionário de Liderança Moral (Mamede et al., 2010; QLM).

O Questionário sociodemográfico é fundamental para uma melhor compreensão da população em estudo, tendo recolhido informação sobre a idade, sexo e tempo de serviço dos diretores.

O QLE é constituído por 23 itens, cotados numa escala tipo Likert de 1 a 7 pontos, é usado para avaliar a liderança ética em duas dimensões: *Liderança ética* e *despótica*. A Liderança ética considera o modo como os líderes se devem comportar, contrariamente ao modo como se comportam na prática. A Liderança despótica reflete o comportamento autoritário que serve o interesse do próprio líder e se traduz no seu egocentrismo, insensibilidade e exploração de outros.

O QLT é constituído por 45 itens, cotados numa escala tipo Likert de 0 a 4 pontos, tem como objetivo aferir a frequência com que comportamentos de liderança transformacional, transaccional, *laissez-faire* e resultados da liderança (eficácia, satisfação e esforço extra) são observados pelos seguidores. Neste estudo só se usaram os 36 itens relativos aos tipos de liderança. Esta escala avalia os seguintes tipos de liderança:

- Liderança transformacional – o líder promove a motivação e a mudança de atitudes dos seguidores de forma a inspirá-los para alcançar os objetivos;
- Liderança transacional – o líder recorre a um sistema de recompensas e punições em função do cumprimento, ou não, dos objetivos;
- Liderança *laissez-faire* – o líder não evidencia comportamentos de liderança e abdica de tomar decisões e de assumir responsabilidades.

O QLM é constituído por 12 itens, cotados numa escala tipo Likert de 1 a 5, focados em avaliar a competência moral e emocional do líder. Estas competências são avaliadas através de quatro dimensões: Integridade, Responsabilidade, Compaixão e Perdão.

Na tabela 1 é possível observar os valores de alfa de Cronbach encontrados neste estudo contrastados com os estudos de adaptação.

Tabela 1
Valores de fiabilidade (alfa de Cronbach)

	Adaptação	Estudos	
		Presente	
	α	α	Média (D.P.)
QLE			
Ética	.95	.96	5.46 (1.06)
Despótica	.89	.91	2.44 (1.28)
QLT¹			
Transformacional		.92	2.48 (0.73)
Transacional		.87	2.14 (0.63)
Laissez-Faire		.70	1.10 (0.72)
QLM²			
Integridade	.70	.84	4.04 (0.66)
Perdão	.70	.73	3.57 (0.57)
Responsabilidade	.70	.93	3.83 (0.82)
Compaixão	.70	.61	3.76 (0.67)

1. Não se encontraram estudos de validação que tivessem encontrado esta estrutura. 2. Os autores só apresentam um valor aproximado para todas as dimensões.

RESULTADOS

Validade do constructo e fiabilidade

A fiabilidade foi verificada através da análise da consistência interna, coeficiente alfa de Cronbach.

A validade do constructo foi analisada por meio da Análise Fatorial Exploratória. Foram fixados previamente os seguintes critérios: (1) saturação $\geq .40$ de cada item no fator hipotético e apenas num único fator; (2) a solução fatorial final explicar, pelo menos, 50% da variância total; (3) coerência entre a solução fatorial e os itens que constituem cada fator; e (4) cada fator ser representado por, pelo menos, 3 itens (Costello & Osborne, 2005; Field, 2005).

Liderança ética

O item “É capaz de sancionar os seus liderados” não cumpria os critérios previamente estabelecidos, sendo assim, foi retirado das análises posteriores.

A consistência interna, calculada através do coeficiente alfa de Cronbach, apresenta um valor aceitável (.78) para a escala completa, sendo que nenhum item altera, significativamente, este valor.

A análise da matriz de correlações demonstrou correlações significativas ($p < .001$) com valores entre $r = -.60$ e $r = .82$. Não se verificam itens excessivamente ou perfeitamente correlacionados, podendo-se afirmar que não existem problemas ao nível da multicolinearidade e da singularidade, respetivamente (Costello & Osborne, 2005; Field, 2005).

A análise das comunalidades revela valores entre .44 e .77, apresentando uma média de .62, refletindo, assim, que 62% da variância associada aos itens é comum ou partilhada.

Verifica-se a fatoriabilidade da matriz dos dados, pois o valor de KMO é superior a .60 ($KMO = .96$) e o teste de esfericidade de Bartlett é significativo ($p < .0001$).

A análise fatorial exploratória (AFE), método Fatorização de Eixo Principal (*Principal Axis Factoring*) (Marôco, 2007), por meio da rotação ortogonal (procedimento varimax), através do critério de normalização de Kaiser (valor próprio ≥ 1), extraiu 2 fatores que explicam 61.50% da variância: Liderança Ética (37.99%; $\alpha = .96$) e Liderança Despótica (23.51%; $\alpha = .91$).

Na tabela 2 encontram-se os valores da saturação fatorial, percentagem da variância total, consistência interna de cada fator e as comunalidades (h^2).

Tabela 2

QLE: valores da saturação fatorial, percentagem da variância total, consistência interna de cada fator e as comunalidades

	Fatores		h^2
	1	2	
1. Assegura-se que as suas ações são sempre éticas.	.698		.600
2. O que diz é o que realmente quer dizer – é sincero(a).	.672		.575
3. Merece confiança. Pode-se acreditar e confiar que vai cumprir a sua palavra.	.715		.637
4. Não critica os subordinados sem uma boa razão.	.565		.496
5. Pode-se confiar que colocará os interesses dos seus colaboradores à frente dos seus próprios interesses.	.654		.499
6. Explica quem é responsável pelo quê.	.796		.668
7. Explica o que é esperado de cada membro do grupo.	.853		.768
8. Explica o limite de autoridade de cada membro do grupo.	.779		.626
9. Comunica as expectativas de desempenho que tem em relação aos membros do grupo.	.794		.656
10. Clarifica as prioridades.	.793		.708
11. Permite aos subordinados terem influência em decisões importantes.	.732		.710
12. Reconsiderará decisões com base em recomendações de liderados.	.617		.606
13. Delega responsabilidades desafiantes aos liderados.	.714		.626
14. Procura aconselhar-se junto dos colaboradores em questões relativas à estratégia organizacional.	.630		.572
15. Permite aos liderados participar ativamente na definição dos seus próprios objetivos de desempenho.	.622		.540
16. Assume o controlo e não tolera desacordo ou interrogações; dá ordens.	.655		.435
17. Atua como um(a) tirano(a) ou um(a) déspota.	.758		.649
18. Não permite que outros participem na tomada de decisões.	.735		.670
19. Tende a não querer ou não ser capaz de abrir mão do controlo de projetos ou tarefas.	.736		.615
20. Espera obediência inquestionável daqueles que a si reportam.	.716		.548
21. É vingativo(a); procura vingança quando prejudicado(a).	.687		.646
22. Persegue os seus próprios interesses à custa de outros.	.672		.681
% da variância	37.99	23.51	
Alfa	.96	.91	

Liderança transformacional

O cumprimento dos critérios preestabelecidos levou à eliminação de 13 itens dos 36 iniciais. Estes itens apresentavam cargas fatoriais $< .40$ e alguns apresentavam cargas fatoriais similares em mais do que um fator.

A consistência interna, calculada através do coeficiente alfa de Cronbach, apresenta um valor aceitável (.72), para a escala completa, sendo que nenhum item altera, significativamente, este valor.

A análise da matriz de correlações demonstrou correlações significativas ($p < .001$) com valores entre $r = -.49$ e $r = .82$. Não se verificam itens excessivamente ou perfeitamente correlacionados, podendo-se afirmar que não existem problemas ao nível da multicolinearidade e da singularidade, respetivamente (Costello & Osborne, 2005; Field, 2005).

A análise das comunalidades revela valores entre .41 e .72, apresentando uma média de .56, refletindo, assim, que 56% da variância associada aos itens é comum ou partilhada.

Verifica-se a fatoriabilidade da matriz dos dados, pois o valor de KMO é superior a .60 (KMO = .95) e o teste de esfericidade de Bartlett é significativo ($p = .000$).

A análise fatorial exploratória (AFE), método Fatorização de Eixo Principal (*Principal Axis Factoring*), por meio da rotação ortogonal (procedimento varimax), através do critério de normalização de Kaiser (valor próprio ≥ 1), extraiu 3 fatores que explicam 55.84% da variância: Liderança Transformacional (26.34%; $\alpha = .92$), Liderança Transacional (7.24%; $\alpha = .70$) e Liderança *Laissez-Faire* (22.26%; $\alpha = .87$).

Na tabela 3 encontram-se os valores da saturação fatorial, percentagem da variância total, consistência interna de cada fator e as comunalidades (h^2).

Tabela 3

QLT: valores da saturação fatorial, percentagem da variância total, consistência interna de cada fator e as comunalidades

	Fatores			h^2
	1	2	3	
1. Revê pressupostos críticos, para verificar se são apropriados.	.615			.455
2. Não atua no momento certo, mas apenas quando os problemas se agravam.		.737		.580
3. Foca a atenção em irregularidades, erros, exceções e desvios das regras.			.723	.544
4. Evita envolver-se quando surgem questões importantes.		.736		.583
5. Encontra-se ausente, quando precisam dele.		.692		.564
6. Procura perspectivas diferentes ao solucionar os problemas.	.607			.524
7. Gera orgulho em mim por estar associado a ele(ela).	.747			.687
8. Espera que algo corra mal antes de agir.		.697		.556
9. Vai além dos seus interesses próprios para bem do grupo.	.621			.549
10. Trata-me como um indivíduo ao invés de tratar-me apenas como mais um membro do grupo.	.664			.457
11. Demonstra que os problemas devem tornar-se crónicos antes de agir.		.692		.516
12. Age de uma forma que incute em mim respeito por ele(ela).	.555			.543
13. Concentra a sua total atenção em lidar com erros, queixas e falhas.			.685	.478
14. Considera as consequências éticas e morais das suas decisões.	.665			.598

15. Mantém-se a par de todos os erros.		.459	.561
16. Apresenta uma visão motivadora a respeito do futuro.	.598		.568
17. Dirige a minha atenção para as falhas no alcance dos padrões esperados.		.605	.478
18. Evita tomar decisões.	.725		.576
19. Considera-me como tendo necessidades, habilidades e aspirações diferentes das dos outros indivíduos.	.607		.408
20. Faz-me olhar para os problemas de muitos ângulos diferentes.	.790		.711
21. Ajuda-me a desenvolver os meus pontos fortes.	.791		.719
22. Sugere novas formas de completar as tarefas.	.746		.675
23. Atrasa a resposta a questões urgentes.	.693		.563
24. Expressa confiança no alcance dos objetivos.	.565		.511
% da variância	26,34	22,26	7,24
Alfa	.92	.87	.70

Liderança Moral

Todos os itens cumpriram os critérios preestabelecidos. O critério de pelo menos 3 itens por fator foi ignorado neste questionário pois, de acordo com as indicações dos autores da adaptação, uma dimensão apresenta apenas dois itens.

A consistência interna, calculada através do coeficiente alfa de Cronbach, apresenta um valor aceitável (.93) para a escala completa, sendo que nenhum item altera, significativamente, este valor.

A análise da matriz de correlações demonstrou correlações significativas ($p < .001$) com valores entre $r = .30$ e $r = .88$. Não se verificam itens excessivamente ou perfeitamente correlacionados podendo-se afirmar que não existem problemas ao nível da multicolinearidade e da singularidade, respetivamente (Costello & Osborne, 2005; Field, 2005).

A análise das comunalidades revela valores entre .56 e .92, apresentando uma média de .75, refletindo, assim, que 75% da variância associada aos itens é comum ou partilhada.

Verifica-se a fatoriabilidade da matriz dos dados, pois o valor de KMO é superior a .60 (KMO = .92) e o teste de esfericidade de Bartlett é significativo ($p = .000$).

A análise fatorial exploratória (AFE), método Factorização de Eixo Principal (*Principal Axis Factoring*), por meio da rotação ortogonal (procedimento varimax), através do critério de normalização de Kaiser (valor próprio ≥ 1), extraiu 4 fatores que explicam 55.84% da variância: Integridade (34.05%; $\alpha = .84$), Perdão (12.19%; $\alpha = .73$), Responsabilidade (18.50%; $\alpha = .93$) e Compaixão (10.06%; $\alpha = .61$).

Na tabela 4 encontram-se os valores da saturação fatorial, percentagem da variância total, consistência interna de cada fator e as comunalidades (h^2).

Tabela 4

QLM: valores da saturação fatorial, percentagem da variância total, consistência interna de cada fator e as comunalidades

	Fatores				h ²
	1	2	3	4	
1. Quando aceita fazer algo, fá-lo sempre até ao fim (i.e. não desiste).	.763				.748
2. Quando toma uma decisão que se revela um erro, admite-o.		.834			.815
3. Assume os seus erros e fracassos.		.833			.855
4. A sua primeira reação a novas pessoas é um interesse genuíno por elas.				.559	.562
5. Valoriza os aspetos positivos dos erros que cometeu no passado, reconhecendo que foram lições importantes no seu caminho para o sucesso.			.631		.715
6. É capaz de “perdoar e esquecer” mesmo quando alguém comete um erro grave.			.660		.662
7. Os seus amigos sabem que podem confiar na sua honestidade.	.657				.729
8. Os seus amigos e colegas sabem que podem contar com a sua palavra.	.639				.724
9. Está disposto(a) a aceitar as consequências dos seus erros.		.758			.786
10. Quando perdoa alguém considera que isso o beneficia tanto a si como a essa pessoa.			.890		.915
11. Os seus liderados/equipa diriam que é uma pessoa compassiva. (i.e. que atua/demonstra compaixão).				.785	.713
12. Mesmo quando as pessoas cometem erros, continua a confiar nelas.			.838		.823
% da variância	34,05	18,49	12,79	1,06	
Alfa	.84	.93	.73	.61	

Análises correlacionais

Observando a tabela 5 é possível constatar que todas as dimensões dos questionários se correlacionam de forma significativa, quer positivamente quer negativamente. A única exceção é a Liderança Transacional que não se correlaciona com a Liderança Despótica.

Tabela 5

Valores das correlações de Pearson entre as dimensões das escalas

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Ética		-.62**	.70**	.35**	-.60**	.61**	.61**	.62**	.51**
2. Despótica	-.62**		-.50**	-.13	.50**	-.45**	-.50**	-.53**	-.45**
3. Transformacional	.70**	-.50**		.44**	-.63**	.70**	.70**	.71**	.60**
4. Transaccional	.35**	-.13	.44**		-.24**	.32**	.34**	.33**	.28**
5. <i>Laissez-Faire</i>	-.60**	.50**	-.63**	-.24**		-.61**	-.53**	-.56**	-.43**
6. Integridade	.61**	-.45**	.70**	.32**	-.61**		.72**	.79**	.62**
7. Perdão	.61**	-.50**	.70**	.34**	-.53**	.72**		.72**	.68**
8. Responsabilidade	.62**	-.53**	.71**	.33**	-.56**	.79**	.72**		.57**
9. Compaixão	.51**	-.46**	.60**	.28**	-.43**	.62**	.68**	.57**	

**p <.01

Análise Fatorial Confirmatória

Procedeu-se à confirmação da estrutura fatorial observada nas análises exploratórias. De forma a simplificar a interpretação dos resultados só serão expostos os índices de ajustamento considerados fundamentais por Hu e Bentler (1999).

Analisando a tabela 6 é possível afirmar que os modelos testados para as 3 escalas apresentam índices de ajustamento muito bons. É de salientar que o modelo estrutural da liderança ética é a que apresenta os melhores índices de ajustamento.

Tabela 6

Índices de ajustamento das 3 escalas de liderança

Índices de Ajustamento	Liderança		
	Ética	Transformacional	Moral
Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA)	.031	.034	.047
RMSEA 90% intervalo de confiança (LO - HI)	.026 - .045	.026 - .041	.018 - .071
PCLOSE	.987	.973	.546
Standardized Root Mean Square Residual (SRMR)	.031	.038	.032
Tucker-Lewis Index (TLI)	.984	.974	.980
Comparative Fit Index (CFI)	.991	.980	.986

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Em conformidade com os objetivos, foi possível realizar uma validação do constructo, para as três escalas, no contexto educativo.

O questionário de Liderança Ética apresentou uma estrutura bifatorial com uma fiabilidade excelente (Pestana & Gajairo, 2008), semelhante ao perfil obtido por De Hoogh e Den Hartog (2008). Sendo que no fator relativo à liderança ética entram os 15 itens relativos à moralidade e justiça, esclarecimento do papel e partilha de poder. Os restantes 7 itens englobam-se na dimensão relativa à liderança despótica.

No que se refere à escala de Liderança Transformacional, a análise fatorial exploratória apontou para uma solução fatorial com três fatores: liderança transformacional, liderança transacional e liderança *laissez-faire*. Até ao momento não se encontrou nenhum estudo que tenha verificado esta estrutura fatorial. Uma possível explicação para o surgimento desta estrutura pode ser devido à não utilização dos itens relativos aos resultados da liderança. Contudo, é de salientar, que esta estrutura fatorial apresenta valores altos, quer de cargas fatoriais, quer de comunalidades. Relativamente à fiabilidade, observou-se valores de alfa de Cronbach entre o aceitável e excelente (Pestana & Gajairo, 2008).

Relativamente à escala de Liderança Moral, a solução fatorial final encontrada para o instrumento apontou para a definição de quatro fatores, à semelhança do encontrado por Lennick e Kiel (2008). Os valores de alfa de Cronbach obtidos pelos fatores estão entre o aceitável e o excelente. Mais concretamente, a consistência interna apresenta-se excelente para a Responsabilidade, boa para a Integridade, aceitável para o Perdão e questionável para a Compaixão. Esta baixa consistência interna da Compaixão pode ser resultante desta dimensão apenas incluir dois itens; seria pertinente aumentar o número de itens nesta dimensão e verificar o seu comportamento. Contudo, esta escala apresenta valores aceitáveis em todos os critérios aplicados.

Relativamente às análises fatoriais confirmatórias, as 3 escalas apresentam bons índices de ajustamento, contudo a da liderança ética é a que apresenta os melhores resultados.

Desta forma, a escala de Liderança Ética, em comparação com as outras escalas utilizadas no estudo, é a que apresenta uma estrutura fatorial mais robusta e melhores níveis de fiabilidade.

Embora o presente estudo se revele pertinente para uma compreensão mais abrangente e complexa da liderança em contexto educativo, este apresenta algumas limitações potenciais.

Em primeiro lugar, o número elevado de itens do instrumento final utilizado pode ter influenciado o sentido das suas respostas. Este facto pode também estar na base das diferenças encontradas entre este estudo e a literatura, que contempla, maioritariamente, cada escala de forma individual, ainda que no presente estudo fosse objetivo avaliar a forma como os diferentes instrumentos se comportavam perante a mesma amostra de respondentes. Por outro lado, acresce o fato de os respondentes serem docentes, uma profissão considerada desgastante, pelo que, a

janela temporal em que o instrumento terá sido respondido, poderá ter, também, influenciado os resultados. Em terceiro lugar, a aplicação das escalas circunscreveu-se a uma zona geográfica delimitada.

Tendo em conta os resultados, será relevante para estudos futuros aferir a validade concorrente da Escala da Ética correlacionando-a com instrumentos que avaliam os mesmos conceitos, bem como aplicar as Escalas Transformacional e Moral, separadamente, com diferentes amostras de professores para avaliar os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, F. (2007). Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(3), 105-125.
- Aronson, E. (2001). Integrating Leadership Styles and Ethical Perspectives. *Canadian Journal of Administrative Sciences/Revue Canadienne des Sciences de l'Administration*, 18(4), 244-256.
- Avolio, B. J. (1999). *Full leadership development: Building the vital forces in organizations*. London: Sage Publications.
- Avolio, B. J., & Bass, B. M. (1995). Individual consideration viewed at multiple levels of analysis: A multi-level framework for examining the diffusion of transformational leadership. *Leadership Quarterly*, 6, 199-218..
- Bass, B. M. (1985). *Leadership and performance beyond expectation*. New York: Free Press.
- Bass, B. M. (1990). From transitional to transformational leadership: Learning to share the vision. *Organizational Dynamics*, 18(3), 19-31.
- Bass, B. M. (1998). *Transformational leadership: Industrial, military, and educational impact*. Mahwah, N. J.: Lawrence Erlbaum Associates.
- Bass, B. M., & Avolio, B. J. (2003). *MLQ Multifactor Leadership Questionnaire*. Redwood City: Mind Garden.
- Brown, M. E., Treviño, L. K., & Harrison, D. (2005). Ethical leadership: A social learning perspective for construct development and testing. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 97, 117-134.
- Bryman, A. (1996). Leadership in organizations. In S. R. Clegg, C. Hardy, & W. R. Nord (Eds.), *Handbook of Organization Studies* (pp. 276-292). London: Sage.
- Burns, J. (1978). *Leadership*. New York: Harper & Row.
- Castanheira, P., & Costa, J. A. (2007). Lideranças transformacional, transacional e laissez-faire: um estudo exploratório sobre os gestores escolares com base no MLQ. In C. Fino & J. Sousa (Ed.), *A escola sob suspeita* (pp. 139-154). Porto: Edições ASA.
- Castanheira, P., & Costa, J. A. (2011). In search of transformational leadership: a (Meta) analysis focused on the Portuguese reality. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 15, 2012-2015.
- Costello, A., & Osborne, J. (2005). Best Practices in Exploratory Factor Analysis: Four Recommendations for Getting the Most from Your Analysis. *Practical Assessment, Research & Evaluation*, 10(7), 1-9.

- De Hoogh, A. H. B., & Den Hartog, D. N. (2008). Ethical and despotic leadership, relationships with leader's social responsibility, top management team effectiveness and subordinates' optimism: A multi-method study. *The Leadership Quarterly*, 19, 297-311.
- Field A., (2005). *Discovering statistics using SPSS (2nd Edition)*. London: Sage.
- Hanges, P. J., & Dickinson, M. W. (2004). The development and validation of the GLOBE culture and leadership scales. In R. J. House, P. J. Hanges, M. Javidan, P. W. Dorfman, & V. Gupta (Eds.), *Culture, Leadership, and Organizations: The GLOBE Study of 62 Societies, Vol. 1* (pp. 205-218). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hu, L. T., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff Criteria for Fit Indexes in Covariance Structure Analysis: Conventional Criteria Versus New Alternatives. *Structural Equation Modeling*, 6(1), 1-55.
- Lennick, D., & Kiel, F. (2008). *Moral Intelligence: Enhancing Business Performance and Leadership Success*. New Jersey: Wharton School Publishing.
- Lennick, D., & Kiel, F. (2011). *Moral Intelligence 2.0: Enhancing Business Performance and Leadership Success in Turbulent Times*. Boston: Pearson Prentice Hall.
- Mamede, C., Ribeiro, N., & Gomes, D. R. (2010, 23 e 24 de Setembro). *Tradução e validação do Moral Competency Inventory para avaliação do grau de Inteligência Moral de líderes*. Livro de atas da Conferência em Investigação e Intervenção em Recursos Humanos, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal.
- Mamede, C., Ribeiro, N., Gomes, D. R., & Rego, A. (2014). Leader's Moral Intelligence and Employees' Affective Commitment: the Mediating Role of Transformational Leadership. *XXIV Jornadas Luso Espanholas de Gestão Científica*, 1-10.
- Maroco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS (3ª ed.)*. Lisboa, PT: Edições Sílabo.
- Neves, M., Jordão, F., Pina e Cunha, M., Vieira, D., & Coimbra, J. (2016). Estudo de adaptação e validação de uma escala de percepção de liderança ética para líderes portugueses. *Análise Psicológica*, 34(2). doi: 10.14417/ap.1028
- Pestana, M. H., & Gajreiro, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais (5ª Ed.)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Podsakoff, P. M., MacKenzie, S. B., Moorman, R. H., & Fetter, R. (1990). Transformational leader behaviors and their effects on followers' trust in leader, satisfaction, and organizational citizenship behaviors. *Leadership Quarterly*, 1(2), 107-142.
- Priem, R., & Shaffer, M. (2001). Resolving moral dilemmas in business: a multicountry study. *Business and Society*, 40(2), 197-219.
- Robertson, C. J., Crittenden, W., Brady, M. K., & Hoffman, J. J. (2002). Situational ethics across borders: a multicultural examination. *Journal of Business Ethics*, 38(4), 327-338.
- Wayne, S. J., & Green, S. A. (1993). The effects of leader-member exchange on employee citizenship behavior and impression management behavior. *Human Relations*, 46, 1431-1440.

Avaliação de adolescentes sobre a importância de valores para a sociedade: relações com classe econômica e escolaridade dos pais

João Wachelke ¹

Adolescents' assessments on the importance of values for society: relationship with economic class and parents' schooling

Abstract

The study compares the perception of Brazilian adolescents from different social positions (combinations of parents' income and education) regarding the goals that they prioritize for an idealized society. The theoretical background of societal values is employed, as they are structured knowledge about ideologies originated from group struggles for power. It is understood that the main influences for adolescents' values are experiences lived with their families, friends and teachers. Participants were 736 secondary school students from the city of Uberlândia, Minas Gerais State, who completed an adapted version of the Psychosocial Values Questionnaire (QVP24) and information on parents' income and schooling. The responses linked to values were coded into importance categories and treated with descriptive statistics and correspondence analysis. Results indicate higher proportions of high importance for post-materialist values. The main contrasts involved religious values, associated with lesser social position, and hedonist values, linked to students from privileged positions, as if they were a condition to experience them. The interpretation of results patterns articulates shared social references and the seeking for the justification of the own group in the projection of an ideal society, setting up some disputes.

Key words: values; adolescents; social classes; schooling

1 Instituto de Psicologia. Universidade Federal de Uberlândia, Brasil. Email: joao.wachelke@ufu.br

Resumo

O estudo compara as percepções de adolescentes brasileiros que ocupam diferentes posições sociais (combinações de renda e escolaridade dos pais) a respeito das metas que eles priorizam para uma sociedade idealizada. É utilizado o marco teórico dos valores societais, conhecimentos estruturados sobre ideologias originados das lutas dos grupos pelo poder. Entende-se que as principais influências para os valores dos adolescentes são experiências vividas junto à família, amigos e professores. Os participantes foram 736 estudantes secundaristas da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, que responderam uma versão adaptada do Questionário de Valores Psicossociais (QVP24) e informações sobre renda e escolaridade de seus pais. As respostas ligadas aos valores foram codificadas em categorias de importância, e tratadas a partir de estatística descritiva e análise das correspondências. Os resultados indicam maiores proporções de alta importância para os valores pós-materialistas. Os principais contrastes envolveram valores religiosos, associados a posições sociais inferiores e valores hedonistas, ligados a estudantes de posições privilegiadas, como se isso fosse pré-condição para vivenciá-los. A interpretação dos padrões de resultados articula referências sociais compartilhadas e a busca por justificção da posição do próprio grupo na projeção de uma sociedade ideal, configurando algumas arenas de disputa.

Palavras-chave: valores; adolescentes; classes sociais; escolaridade

INTRODUÇÃO

Apresento aqui uma pesquisa que compara os valores para uma sociedade ideal defendidos por adolescentes de classes, ou mais precisamente, posições sociais diferentes. Para justificar o estudo, busco primeiro explicar o que são posições sociais e como essas posições podem estar associadas a certos modos de pensar e disposições psicológicas, baseado principalmente na análise sociológica de Bourdieu. Em seguida, trato dos valores societais e resultados da literatura junto a amostras de adolescentes.

Posição social, pensamento e práticas

A história produziu grandes grupos, que podemos chamar de classes sociais, que compartilham condições de existência e se diferenciam uns dos outros no acesso

aos produtos do trabalho humano, as riquezas. Essa divisão em classes está entre algumas das mais relevantes da sociedade, pois resulta em possibilidades contrastantes de controle das próprias vidas. Portanto, o estudo das desigualdades de propriedades associadas a esses grupos é pertinente para todo projeto de psicologia social, qualquer que seja sua orientação teórica e metodológica.

A perspectiva de Bourdieu (1986) para as divisões sociais funda-se na consideração de dimensões de poder que organizam o que se pode chamar de espaço social, em que cada pessoa se localiza em posição única. Essas dimensões dizem respeito a propriedades, recursos que as pessoas possuem e que podem ser acumulados, conferindo-lhes poder, influência no que diz respeito a esse aspecto da realidade em questão. Cada um desses tipos de recursos recebe o nome de capital, e há tantas formas de capital quanto tipos efetivos de poder social. Às riquezas econômicas corresponde o capital econômico, às competências culturais e conhecimento refere-se o capital cultural, às redes de contatos e conhecidos que podem mobilizar seus próprios recursos para ajudar alguém diz respeito o capital social. Por sua vez, reconhecimento, prestígio e reputação consistem no capital simbólico.

Na sua dimensão específica, o capital em altas quantidades aumenta as chances de sucesso e multiplicação nos desfechos a ele relacionados. Capital econômico elevado dá acesso a bens de valor e pode ser investido e gerar lucros. Alto capital cultural permite obter empregos qualificados. Uma rede de conhecidos extensa e poderosa, ou seja, capital social, dá mais possibilidades de lidar com imprevistos e resolver problemas com base nesse apoio. Existem também possibilidades de transformar os tipos de capital em outras formas; riqueza pode comprar uma educação de qualidade para os filhos; alta qualificação em diplomas tende a ser bem remunerada em empregos com conhecimento especializado, e assim por diante.

Cada pessoa ocupa uma posição social nesse espaço de dimensões conforme o volume total de seu capital (quanto possui de capital?) e a composição de seu capital (como se distribui seu capital em termos das formas de capital?) (Bourdieu, 1986). Por exemplo, uma pessoa sem escolaridade e habilidades produtivas e desempregada teria baixas quantidades de capital, seja econômico seja cultural. Um empresário milionário, mas com poucos anos de estudo poderia ter altas quantidades globais de capital, mas alto volume somente em capital econômico, com baixo capital cultural. Já um professor especializado poderia ter um alto nível de capital cultural mas nível inferior de capital econômico.

A noção de poder para Bourdieu equivale a seu conceito de capital (Bourdieu, 1996, pp. 264-265). Posso expressar um conceito de capital compatível com o do autor em palavras um pouco diferentes afirmando que capital, nessa perspectiva, é uma qualidade a que uma sociedade atribui valor social, isto é, é uma qualidade valiosa; e que essa qualidade pode ser hierarquizada de modo quantitativo – é

possível ter mais ou menos dessa qualidade, seja em forma material ou simbólica. Se esse entendimento é correto, e também levando em consideração uma certa primazia do capital econômico em detrimento dos outros, já que é a forma que traz mais explicitamente a questão de valor e troca de bens, princípios que também regem a operação dos outros tipos de capital, é claro que Bourdieu sustenta uma visão da sociedade com características econômicas. Por um lado, isso pode gerar críticas, como a acusação de reducionismo da realidade ao ponto de vista econômico. Porém, é também verdadeiro que, talvez, a narrativa econômica seja a mais apropriada para explicar o funcionamento das disputas e classificações sociais precisamente porque, com o desenvolvimento do capitalismo e sua radicalização financeira, a lógica do dinheiro e da troca extrapolou seus contextos originais e transformou-se numa grade de leitura aplicável à realidade de forma geral.

Hawkes (2003) traça uma história do conceito de ideologia na filosofia e demonstra que a mistificação do dinheiro como algo que existe por si só e passa a reger a sociedade global supostamente “por conta própria” – por exemplo, na forma de mercado ou sistema financeiro – noutras palavras, o fetichismo da mercadoria já descrito por Marx (1996) – é uma das realidades mais importantes do pensamento ideológico. Portanto, entendo que se justifica a análise de Bourdieu para descrever a realidade social: é um modelo econômico para um mundo social comandado por fenômenos econômicos. Se é válido que há outros aspectos que fogem a essa descrição, e assim interpretações complementares, também é identificável uma homologia importante entre uma parte importante da lógica social e mecanismos de troca econômica e atribuição de valor, o que justifica o mérito de levar em consideração a posição de Bourdieu, o que pretendo fazer neste trabalho.

Feito esse esclarecimento, cabe apontar que, nessa perspectiva, posições sociais semelhantes a respeito de quantidade de tipos de capital equivalem a grupos que constituem classes sociais. Conforme Bourdieu (1985), as classes se referem a pessoas que ocupam posições semelhantes e que, portanto, vivem em condições de vida parecidas. Por sua vez, essas condições provavelmente resultam em interesses e disposições psicológicas individuais também semelhantes, capazes de gerar práticas similares. A esses interesses e disposições, bem como percepções, conhecimentos, motivações, expectativas, Bourdieu (1977) chamou *habitus*. Eles têm origem nas condições em que vivem as pessoas e são estruturados individualmente, a partir das experiências de socialização, incluindo principalmente as vivências com a família, mais importantes por precederem e filtrarem etapas subsequentes de socialização (conforme Wacquant, 2007) junto a instâncias posteriores como a escola, trabalho, comunicação social e assim por diante. Aqui também se reconhece a diferença entre socialização primária e socialização secundária proposta por Berger e Luckmann (2013). Desse modo, o *habitus* é a internalização da externalidade; e também tem

um aspecto ativo de gerar práticas posteriores compatíveis com esses modos de pensar, isto é, tem a contrapartida de externalizar novamente aquilo que seria interno à pessoa. É dessa forma que esses *habitus*, que podemos aproximar de mentalidades de classe – à medida que há pessoas com percepções e motivações similares, já que vivem em condições semelhantes e são submetidas às mesmas fontes de influência – reproduzem e atualizam realidades passadas, determinando práticas futuras (Bourdieu, 1977).

Este trabalho propõe a investigação comparativa das percepções de adolescentes ocupantes do espectro de posições sociais a respeito das metas que eles priorizam para a sociedade. Isso é possível a partir do conceito de valores sociais, oriundo da psicologia social.

Valores sociais e adolescentes

Dentre os fenômenos que podem constituir maneiras de pensar associadas às classes ou posições sociais, possivelmente incluem-se as percepções sobre os objetivos para a sociedade: como deve ser o mundo? Que características deve ter uma sociedade ideal? Os conteúdos das respostas a questões desse tipo constituem objetivos abstratos, elaborados por grupos no decorrer da história capazes de gerar conflitos. São os valores sociais.

Algumas teorias sobre valores estudam os valores como estados, objetivos ou metas pessoais. Ao definir quais valores são mais ou menos importantes, os respondentes de pesquisas definem quais deles são princípios-guias importantes em suas vidas, como é o caso da tipologia motivacional de Schwartz (1992) e da teoria funcionalista dos valores (Gouveia, 2013). Por outro lado, na sociologia, uma abordagem difundida avalia metas a serem atingidas pelos países, implicando uma ênfase mais coletiva (Inglehart, 1977).

Neste trabalho, nosso enfoque está na abordagem societal dos valores (Pereira, Caminho, & Da Costa, 2004, 2005; Pereira, Lima, & Camino, 2001), que se situa articulando as realidades individual e coletiva. Em vez de representações de necessidades individuais, os valores são entendidos como conhecimentos estruturados sobre ideologias, concebidas como ideias sobre a natureza da sociedade que constituem visões conflitantes nas lutas travadas por esses grupos pelo poder (Pereira et al., 2005). Essa perspectiva trabalha com as avaliações das pessoas acerca da importância de certos objetivos ou metas – os valores – para a construção de uma sociedade ideal.

O Questionário de Valores Psicossociais (QVP24) é o instrumento que mede os valores segundo a abordagem societal dos valores. É um questionário que apre-

senta vinte e quatro valores que devem ser avaliados em termos de importância para uma sociedade ideal. Os estudos de validação (Pereira et al., 2004, 2005) indicaram que esses valores se agrupam em quatro sistemas. O sistema hedonista reúne valores ligados a sensações individuais de prazer: prazer, sexualidade, sensualidade e uma vida excitante. O sistema religioso enfoca valores ligados à religiosidade e espiritualidade cristã: religiosidade, salvação da alma, obediência às leis de Deus, temor a Deus. O sistema materialista se refere aos valores associados a bem-estar econômico e poder individual: autoridade, riqueza, lucro e status. Em contraste, o sistema pós-materialista reúne doze valores que prezam por metas mais abstratas, subdividindo-se em três subsistemas: bem-estar social, que prioriza aspectos de harmonia coletiva (igualdade, fraternidade, justiça social e liberdade); bem-estar individual, voltado para metas superiores pessoais (autorrealização, alegria, conforto e amor); e bem-estar profissional, ligado ao desempenho e realização na esfera do trabalho (realização profissional, dedicação ao trabalho, competência e responsabilidade).

Estramiana, Pereira, Monter e Zlobina (2013, p. 332-335) fazem uma breve revisão de estudos sobre como as pessoas adquirem os valores. As evidências mencionadas dão suporte às considerações de Bourdieu sobre a importância da socialização inicial da família, modulada pelo contexto social, educacional e ocupacional. Por exemplo, os autores fazem referência a pesquisas de Kohn que apontam que pais de classe média com profissões que requeiram autonomia e iniciativa tendem a favorecer valores como curiosidade, responsabilidade e esforço; já os pais de classe trabalhadora com funções de rotina e subordinados a chefias transmitem aos filhos valores de conformidade à autoridade como obediência e honestidade. Porém, na mesma revisão, os autores apontam que há casos em que os pais podem buscar adaptar os filhos a desafios futuros e favorecer valores diferentes dos seus, se julgarem que estes não são adequados.

Na mesma linha, Moraes, Camino, Da Costa, Camino e Cruz (2007) assumem como pressuposto que a internalização, ou processo em que os aspectos objetivos da sociedade transformam-se na realidade subjetiva das pessoas por meio da socialização, especialmente inicial, é essencial na estruturação individual dos valores. Os autores mantêm a posição de que os valores considerados importantes pelos filhos têm alguma relação com aquilo que os pais fazem na educação familiar. E, efetivamente, sua pesquisa aponta relações entre os estilos de práticas de socialização dos pais – aceitação, quando os pais expressam afeto e aprovação relativamente aos filhos e optam pelo diálogo quando estes desrespeitam normas; coerção, quando predomina a punição verbal ou física nas situações de comportamento inadequado; e displicência, quando os pais tendem a ser indiferentes aos filhos – e a avaliação de importância que filhos adolescentes fazem dos sistemas

de valores. São relações sutis, mas a mais importante foi uma associação positiva entre aceitação parental e adesão aos valores pós-materialistas e negativa entre práticas de coerção e displicência e os mesmos valores.

Quanto à hierarquia de adesão de jovens aos sistemas de valores sociais, há algumas pesquisas que permitem comparar sua importância. Barros, Torres e Pereira (2009) têm resultados do QVP24 junto a estudantes universitários de uma universidade privada goiana, em sua maioria mulheres. Os valores pós-materialistas tiveram adesão próxima ao máximo. Os valores hedonistas e religiosos também tiveram avaliações de importância elevadas, mas inferiores, e o sistema materialista foi considerado o menos importante em relação aos demais.

Já Lins (2013) avaliou os valores sociais junto a adolescentes brasileiros e portugueses. A amostra brasileira, de João Pessoa, Paraíba, é a mais próxima deste trabalho. Teve 482 estudantes, vinculados às séries do ensino médio e fim do ensino fundamental de uma escola pública e uma privada. A média de idade foi de 14.5 anos na escola privada e 15.4 na pública. As duas escolas tinham diferenças em termos de faixas de renda familiar, o que é particularmente interessante pois aproxima-se do objetivo de comparar posições sociais quanto aos valores. Na escola pública, o rendimento mensal familiar médio situou-se entre R\$ 1.000 e R\$ 2.000 à época do estudo; na privada, estava entre R\$ 4.000 e R\$ 5.000. Portanto, a comparação permite também avaliar a importância de valores conforme classes econômicas de adolescentes. Os estudantes da escola pública deram mais importância ao sistema religioso que os da escola privada. Também tiveram escores maiores de bem-estar profissional e bem-estar social, porém as diferenças foram menores e cabe apontar que os dois grupos de estudantes tiveram altas adesões aos valores pós-materialistas. Por sua vez, os sistemas hedonista e materialista tiveram adesões inferiores, um pouco maiores que o ponto médio da escala.

O presente estudo é uma pesquisa exploratória que tem por objetivo caracterizar a importância dos valores sociais para estudantes da segunda série do ensino médio de Uberlândia, Minas Gerais, conforme sua posição social entendida enquanto composição da faixa de renda familiar e escolaridade de suas mães. Os valores sociais, ou mais precisamente aqui as avaliações individuais de importância de valores como metas para a sociedade, são uma instância de percepções que permitem avaliar as disposições psicológicas influenciadas pelo contexto social em que se encontram os adolescentes – nas palavras de Bourdieu, o *habitus*. Por sua vez, as principais influências admitidas para a estruturação dessas percepções são as experiências vividas junto à família, amigos e professores. A interpretação dos resultados permitirá identificar tanto consensos a respeito da adesão a esses valores quanto sugerir explicações para eventuais diferenças a partir das condições de cada posição investigada.

MÉTODO

O estudo insere-se em uma pesquisa mais ampla, denominada Pesquisa de Percepções Sociais de Estudantes Uberlandenses, que ocorreu no ano de 2013 (PERSEU-2013). O método empregado foi o levantamento de dados. O interesse principal, além de identificar consensos, foi o de comparar as avaliações de importância dos valores sociais dos grupos formados pelas posições sociais de adolescentes (combinação de escolaridade da mãe e renda familiar). A pesquisa teve natureza exploratória e descritiva.

Participantes

Inicialmente, um total de 740 adolescentes, estudantes matriculados em 2013 na segunda série do Ensino Médio de três escolas de Uberlândia, compuseram a amostra. Foi uma amostra de conveniência, portanto não-probabilística, constituída após consulta e concordância das direções das instituições de ensino parceiras. Duas escolas eram da rede pública de ensino e uma da rede particular.

Eliminei quatro questionários da amostra ao constatar que havia dados omissos acerca de escolaridade dos dois pais ou sexo dos participantes. Assim, a amostra passou a ter 736 estudantes, dos quais 53.4% eram da escola particular. As participantes do sexo feminino perfizeram 51.5% da amostra. A média de idade foi de 16 anos, com desvio padrão de 0.87 ano. As idades dos participantes variaram de 14 a 24 anos; 90.1% tinham idade entre 15 e 17.

Instrumento

O instrumento foi um questionário a respeito de valores, opiniões sobre sucesso no trabalho e percepção de justiça. Para o presente estudo, é pertinente uma seção sobre valores sociais. Além disso, ao final havia questões sociodemográficas: sexo, idade, escolaridade do pai e da mãe e uma lista de bens de consumo ou serviços que poderiam fazer parte da realidade familiar dos respondentes. Esses bens e serviços compreendiam os aspectos presentes no Critério de Classificação Econômica Brasil do ano de 2013 (CCEB-2013) (ABEP, 2013): televisão em cores, rádio, banheiro, automóvel, empregada mensalista, máquina de lavar, videocassete ou DVD, geladeira e freezer.

A respeito dos valores sociais, o instrumento incluiu uma adaptação do Questionário de Valores Psicossociais (QVP-24). Havia uma lista de valores que deveriam ser avaliados a respeito de sua importância para construção de uma

sociedade ideal, com três opções de resposta: “pouco importante”, “mais ou menos importante” e “muito importante”. Os valores se agrupam em sistemas, todos descritos na introdução deste trabalho. A adaptação do instrumento consistiu em alterações menores no formato de resposta, originalmente respondido em uma escala Likert de 5 pontos.

Procedimento

O projeto referente à PERSEU 2013 foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da universidade a que estou vinculado. Posteriormente, entrei em contato com as escolas parceiras, cujas direções concordaram com a participação. Compareci às escolas e entreguei aos estudantes da segunda série do ensino médio termos de consentimento livre e esclarecido que foram lidos e assinados por seus pais e retornados à equipe de pesquisa.

A coleta de dados ocorreu de modo coletivo nas próprias escolas, em salas de aula, no horário letivo. Os alunos responderam ao questionário auto aplicado individualmente, durante o período de duração da aula – 45 minutos. Durante toda a aplicação, dois integrantes da equipe de pesquisa estiveram presentes para realizar o processo e resolver eventuais dúvidas.

Para a análise dos dados, caracterizei as posições sociais pelo cruzamento de informações de escolaridade da mãe e classes econômicas. Optei por avaliar a escolaridade da mãe, e não do pai, por aquela estar associada de modo mais forte às realizações educacionais dos filhos (Buchmann, 2002). Havia um caso sem informações sobre escolaridade da mãe, sendo utilizada a escolaridade do pai como substituta. Dos 736 respondentes, 84 tinham mães com escolaridade máxima até 4ª série, 116 tinham mães que concluíram o equivalente à 8ª série, antes de reforma na educação que instituiu a 9ª série, 204 participantes tinham mães com o equivalente ao ensino médio (ou antigo segundo grau) completo, e 332 tinham mães com escolaridade universitária. Realizei nova categorização com três níveis de escolaridade, agregando alguns graus: Até Ensino Fundamental completo (F), incluindo os 200 casos em que a mãe do respondente ou nunca estudou ou completou no máximo a 4ª série; Ensino Médio completo (M), com 204 casos e Ensino Superior completo (S), com 332 respondentes.

As classes econômicas levaram em consideração uma adaptação no questionário do CCEB de 2013, publicado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2013). O CCEB avalia a posse de itens de consumo em domicílios familiares e a escolaridade do chefe da família para chegar a uma pontuação que resulta em localização do indivíduo em classes de renda. Sem a informação precisa de quem era o chefe da família, considerei a escolaridade paterna nesse aspecto. A amostra

então teve 247 participantes da classe A (renda média bruta familiar estimada pelo CCEB em R\$ 9.263), 188 da classe B1 (renda média de R\$ 5.241), 190 da B2 (renda média de R\$ 2.654) e 111 da classe C (agregação das classes C1, com renda média de R\$ 1.685, e C2, com renda média de R\$ 1.147).

Para os fins de obter posições sociais, agreguei as categorias de escolaridade F e M, resultando na modalidade F/M incluindo desde as mães sem estudo até aquelas com ensino médio completo. Cruzando as informações de escolaridade da mãe e classe econômica familiar, obtive as seguintes frequências para as 8 posições sociais possíveis: C com escolaridade materna até Médio (C.F/M): 101 participantes; C com Escolaridade materna Superior (C.S): 10; B2 com escolaridade materna até Médio (B2.F/M): 157; B2 com escolaridade materna Superior (B2.S): 33; B1 com escolaridade materna até Médio (B1.F/M): 93; B1 com escolaridade materna Superior (B1.S): 95; A com escolaridade materna até Médio (A.F/M): 53; A com escolaridade materna Superior (A.S): 194. Como o efetivo da posição C.S é excessivamente baixo, excluí seus participantes das análises de frequência dos valores societais, restringindo a amostra então a 726 participantes.

As principais análises do estudo envolveram frequências, isto é, cálculo de proporções das respostas para cada valor por cada posição social, e análise de correspondências de uma tabela de contingências empilhada (Greenacre, 2007). A análise de correspondências avalia associações entre linhas e colunas de uma tabela, a partir da quebra da variação dos dados (inércia), em relação ao perfil médio, em dimensões chamadas também de eixos ou fatores. Os valores que traduzem a frequência das linhas e colunas da tabela em relação aos totais, os perfis relativos, tornam-se pontos num mapa que sintetiza as principais relações da tabela. As distâncias entre pontos de linhas ou pontos de colunas são distâncias euclidianas que dizem respeito à semelhança dos perfis. Pontos próximos têm proporções associadas próximas. Pontos distantes têm perfis diferenciados (Alberti, 2013). É possível concatenar várias tabelas de contingência com os mesmos indivíduos, o que fiz para as posições sociais e cada valor societal, o que resume os resultados de todos num só mapa (Greenacre, 2007). Utilizei o programa *R* (R Core Team, 2016), e seus pacotes *FactoMineR* (Lê, Josse, & Husson, 2008), *ggplot2* (Wickham, 2009) e *factoextra* (Kassambara, & Mundt, 2016).

RESULTADOS

No que diz respeito às respostas de importância aos valores societais, considero as respostas “pouco importante”, “mais ou menos importante” e “muito importante”

como indicadores de baixa, média e alta importância de cada valor para uma sociedade ideal, respectivamente. Alguns valores tiveram proporções de respostas de alta importância próximas ou superiores a 0.80 em todas ou quase todas as posições sociais, indicando tendências majoritárias ou consensuais a respeito de metas para uma sociedade ideal. Esse foi o caso especialmente dos valores pós-materialistas: igualdade variou de 0.78 a 0.84; liberdade, de 0.85 a 0.94; justiça social, de 0.79 a 0.90; alegria, de 0.79 a 0.95; amor, de 0.84 a 0.90; realização profissional, de 0.80 a 0.93; dedicação ao trabalho, de 0.77 a 0.91; competência, de 0.81 a 0.94; e responsabilidade, de 0.85 a 0.92. Dentre os demais valores pós-materialistas, as proporções de alta importância foram um pouco menores, mas ainda superiores a dois terços da amostra de todas as posições sociais para fraternidade, que variou de 0.68 (posição A.F/M) a 0.83 (B1.S) e autorrealização, de 0.73 a 0.83. O único valor pós-materialista com variações maiores de proporções foi conforto, em que a posição B2.S mostrou-se dividida entre respostas de alta importância (0.52) e média importância (0.48), as posições A.S, B1.S, B1.F/M e B2.F/M tiveram proporções de alta importância intermediárias de 0.63, 0.63, 0.69 e 0.68, e as posições A.F/M e C.F/M foram as que concederam mais importância ao conforto (0.75 e 0.77, respectivamente).

Os demais sistemas tiveram maiores variações entre as posições sociais. A Figura 1 traz os resultados referentes aos sistemas de valores materialismo (autoridade, riqueza, lucro, status), religioso (religiosidade, temor a Deus, salvação da alma, obediência às leis de Deus) e hedonista (prazer, sexualidade, sensualidade e vida excitante). A inércia (ϕ^2) é o valor do qui quadrado de cada tabela de contingência posições sociais \times respostas, dividido pelo tamanho da amostra, e indica a variação dos dados; quanto maior, maior as variações das posições sociais em relação ao perfil médio. Como aponta a Figura 1, os valores do sistema religioso apresentam os maiores desvios. Esses quatro valores apresentam a tendência de predomínio de respostas de alta importância conforme as posições sociais tornam-se mais desfavoráveis em termos dos dois tipos de capital avaliados, em alguns casos contrastando fortemente posicionamentos majoritários nos participantes das classes econômicas B2 e C com mães com máximo de ensino médio com minorias que dão alta importância a esses mesmos valores dentre os de classe econômica A e os da B1 com mães com nível universitários (casos de temor a Deus, salvação da alma e obediência às leis de Deus). Em nível menos pronunciado, também é o que se observa com lucro, um valor materialista, indicado majoritariamente apenas pela posição social C.F/M. Por sua vez, para o valor vida excitante, do sistema hedonista, há uma tendência invertida: predomínio de respostas de alta importância para as posições sociais favorecidas, com classe econômica A, e redução das respostas de alta importância para as demais posições sociais.

No sistema hedonista, apenas o valor prazer apresentou perfil com adesão claramente majoritária por todas as posições sociais, isto é, predomínio de respostas de alta importância. Prazer apresenta proporções próximas de dois terços a três quartos. Para os valores autoridade e riqueza, do sistema materialista, mais da metade dos participantes de cada posição social indicou média importância. Em níveis inferiores, as respostas de média importância predominaram em relação às demais também para o valor materialista, status e para sensualidade, do sistema hedonista. Por fim, as respostas de baixa importância não superaram a metade dos participantes de cada posição social em caso algum, atestando o reconhecimento da maioria dos participantes de que os valores avaliados são relevantes para a construção de uma sociedade ideal ao menos em nível intermediário.

A análise de correspondências fornece uma visão mais sintética dos principais contrastes entre posições sociais. Na pesquisa relatada, a tabela de base para a análise de correspondências tem as posições sociais em linha e as proporções de resposta de alta importância fornecidas para cada valor, isto é, é uma matriz que concatena todas as tabelas fornecidas. Para que todos os valores refletissem as respostas dos mesmos participantes, eliminei os casos do banco de dados com dados omissos de respostas aos valores ou informações sobre posições sociais, o que resultou em um banco com 702 respondentes. A Figura 2 apresenta o mapa da análise de correspondências, com duas dimensões responsáveis por mais de 85% da inércia total, o que implica que os desvios dos dados estão bem representados na projeção. Somente representei no mapa as variáveis com contribuições ao fator superiores à média ou com qualidade de representação superior elevadas – decidi pelo critério de 0.50 – em um dos dois primeiros fatores, conforme diretrizes interpretativas de Le Roux e Rouanet (2004).

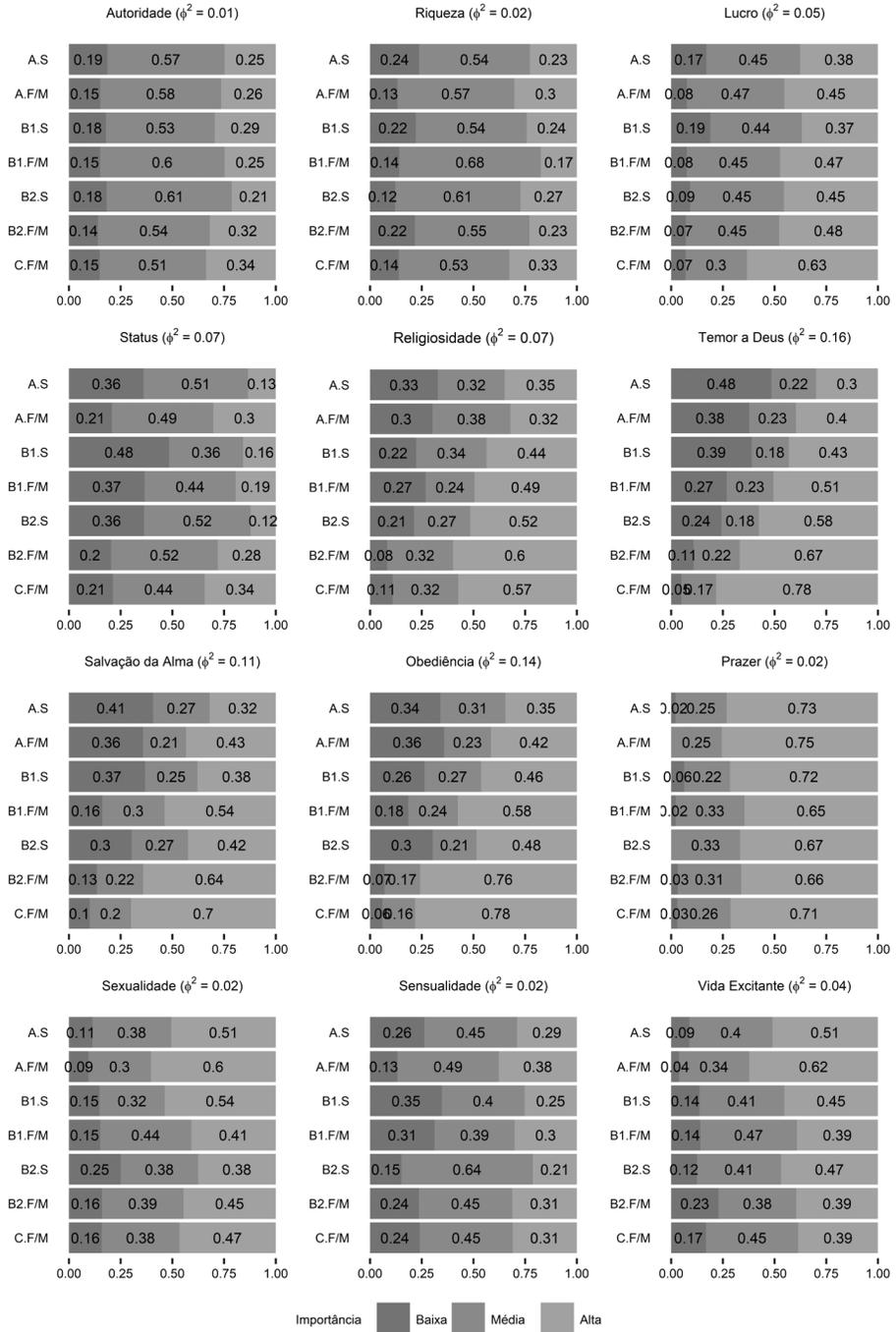


Figura 1. Proporções de nível de importância dos valores básicos por posição social.

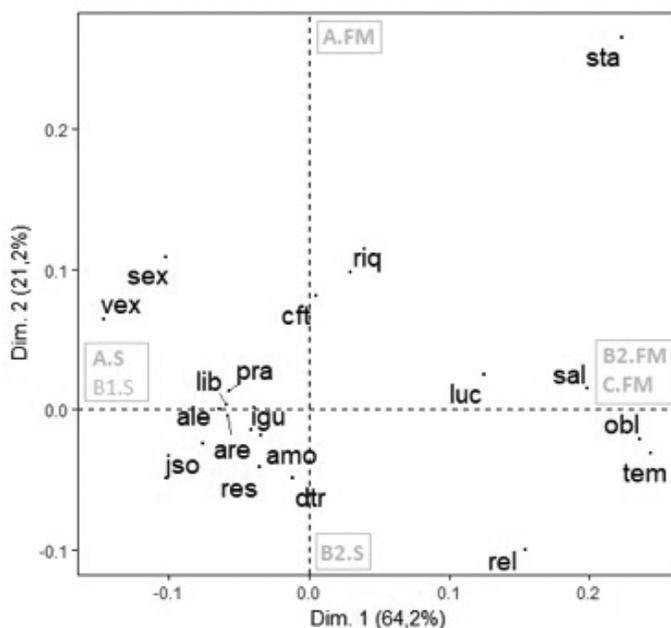


Figura 2. Mapa das variáveis com contribuições absolutas e relativas superiores à média na análise de correspondências referente à tabela posições sociais × respostas de alta importância aos valores sociais. Abreviações para os valores: vex – vida excitante; sex – sexualidade; jso – justiça social; ale – alegria; lib – liberdade; are – autorrealização; res – responsabilidade; pra – prazer; igu – igualdade; amo – amor; cft – conforto; ctr – dedicação ao trabalho; riq – riqueza; luc – lucro; rel – religiosidade; sal – salvação da alma; obl – obediência às leis de Deus; tem – temor a Deus.

O mapa mais popular da análise de correspondências é o que se chama de mapa simétrico, em que as distâncias entre os perfis de colunas e perfis de linhas estão sobrepostas. As distâncias entre pontos do mesmo tipo (entre linhas ou entre colunas) têm significado, mas não é possível interpretar diretamente as distâncias entre pontos de linhas e colunas (Greenacre, 2007). Segui então sugestão de Bendixen (2003): optei por interpretar os eixos em termos das posições sociais, nomeando as extremidades dos fatores conforme a importância de contribuição ou qualidade da representação e em seguida representei somente os pontos referentes às proporções de resposta de alta importância aos valores nesse espaço.

Como há 7 posições sociais, a média de contribuição para cada fator é de $100 / 7 = 14.28$. No que diz respeito à primeira dimensão, contribuições superiores a isso foram dadas pelas posições A.S (27.8), B2.F/M (15.5) e C.F/M (40.8), e a posição B1.S teve qualidade de representação 0.59, superior à metade. Já a segunda dimensão é o contraste entre a posição A.F/M (54.7) e B2.S (23.8). Dentro dessas dimensões,

foram consideradas importantes as variáveis com contribuições superiores a $100 / 24 = 13.8$, uma vez que há 24 valores sociais avaliados, ou qualidade da representação (\cos^2) igual ou superior a 0.50 em uma delas.

A primeira dimensão da análise foi responsável por 64.2% da inércia total, traduzindo as principais diferenças observadas entre posições sociais. Opõe as duas frações das condições de renda mais favorecidas com mães com nível superior, às duas posições de renda mais desfavorecidas com mães com escolaridade máxima de nível médio. É o contraste entre os extremos da amostra. Os valores religiosos deram mais da metade da contribuição para o fator. As maiores proporções de alta importância do temor a Deus, obediência às leis de Deus, religiosidade e salvação da alma associaram-se às posições desfavorecidas (C.F/M e B2.F/M) do eixo. Valores materialistas, como lucro e status, também tiveram maiores proporções entre as posições desfavorecidas e inferiores entre as posições avantajadas. Por sua vez, os estudantes das posições sociais A.S e B1.S tiveram proporções de alta importância nitidamente superiores que os das posições desfavorecidas em dois valores hedonistas: vida excitante e sexualidade e pouco maiores em prazer. Os contrastes envolvendo valores pós-materialistas são menos acentuados.

A segunda dimensão, que diz respeito a pouco mais de um quinto da inércia total, consiste nas diferenças entre posições contraditórias de alta renda e escolaridade inferior e baixa renda e escolaridade superior. Os respondentes da posição A.F/M dão proporcionalmente mais alta importância social a valores materialistas: status e riqueza, em comparação com os participantes de B2.S. Suas proporções de alta importância para o valor hedonista conforto são também um pouco maiores que as de B2.S. Por outro lado, mais da metade destes dão alta importância social à religiosidade, contra quase um terço dos participantes de A.F/M.

DISCUSSÃO

Os resultados da importância que os estudantes uberlandenses concedem aos valores sociais apontam que há tendência generalizada em eleger valores pós-materialistas como prioritários para uma sociedade ideal. Os valores hedonistas vêm a seguir, em termos de proporções de alta importância. Em seguida, há os valores religiosos, que tiveram ampla variação entre posições sociais. Os valores materialistas são os que inspiraram menos respostas de alta importância. Em termos de uma hierarquia de importância de valores, o estudo aproxima-se dos achados de Barros et al. (2009) e Lins (2013).

Os valores pós-materialistas são valores mais abstratos e que implicam maior desenvolvimento social e, portanto, fazem sentido no caso de resolução prévia de

necessidades mais básicas, a exemplo da oposição materialista – pós-materialista de Inglehart (1977). Na presente pesquisa, ao se demandar dos participantes as características de uma sociedade idealizada, o consenso a respeito das metas pós-materialistas é justificável e esperado, uma vez que se associa com a referência de sociedades em que o bem-estar social, individual e profissional, é algo mais concreto. Para além de indicar a concordância geral, as avaliações dos valores do sistema pós-materialista são menos informativas acerca de diferenças entre as posições sociais em termos de capital econômico e cultural; a maioria dos participantes diz conceder alta importância a esses valores, que se mostram menos associados a posições sociais.

As principais diferenças no endosso a valores societais localizam-se nos valores do sistema religioso. Os contrastes envolvendo posições sociais são acentuados para os quatro valores, em que as proporções de alta importância dos participantes ocupantes de posições sociais desfavorecidas em termos de capital econômico e cultural chegam ao dobro ou mais do que se observa nas posições do oposto do espectro social. Os resultados de Lins (2013) foram na mesma direção, indicando maior adesão a valores religiosos em estudantes de escolas públicas que de escolas privadas da região da Paraíba, aqueles com renda inferior à destes, tal como observado na pesquisa aqui relatada. O que levaria estudantes de meios familiares em condições mais humildes a indicar em maior proporção que valores religiosos, alguns de natureza hierárquica – como a obediência às leis de Deus e o temor a Deus – são muito importantes para uma sociedade ideal? Uma primeira possibilidade está na constatação de uma maior presença de pessoas religiosas nesses estratos sociais. Uma análise em informações sociodemográficas revelou que, na posição social A.S, havia 15.4% de ateus, proporção que foi de 9.4% para a posição A.F/M. Para B2.F/M e C.F/M, foram proporções de 2.5% e 1%, respectivamente. Mesmo sem dados específicos sobre religiosidade individual, é plausível presumir que mais pessoas ligadas a uma religião provavelmente implica uma proporção maior de concessão de alta importância de valores ligados à religião. Ademais, em A.S e A.F/M, 11.9% e 17% se declararam evangélicos, contra 42.7% e 43.6% de B2.F/M e C.F/M; essa diferença no perfil religioso também pode estar relacionada à maior ou menor religiosidade. Coutinho (2011) realizou pesquisa com estudantes secundaristas da região de Belo Horizonte e observou que a proporção de pessoas praticantes em suas religiões entre evangélicos é quase o dobro da de católicos – 70% contra 36%.

Uma segunda explicação, possivelmente complementar à primeira ou uma de suas causas ou efeitos, seria a concessão de importância a valores religiosos por pessoas de condições sociais desfavoráveis como modo de compensar situações de vida difíceis. Assim, pode haver um reconhecimento de necessidade de outros padrões de distribuição de recursos, ou práticas interpessoais, compatíveis com preceitos cristãos. Uma sociedade mais orientada pelas indicações religiosas

poderia significar uma utopia ou fantasia de inversão da realidade para aqueles que se encontram em situações inferiores – talvez de modo semelhante à própria concepção de um “Céu” ou das características da vida após a morte, o que não deve ser coincidência. Os resultados de Kohn aludidos acima por Estramiana et al. (2013) também apontam tendência a pais de classe trabalhadora socializando os filhos em termos de valores hierárquicos e conformistas e certamente o sistema religioso se mostra compatível com isso. A composição das posições sociais inferiores é predominantemente constituída por essa classe social, o que também contribui para os padrões encontrados.

Os valores que se mostraram minoritários geralmente tiveram proporções predominantes de média importância entre as posições sociais, o que faz com que sejam considerados os menos importantes. Numa sociedade ideal, os valores que indicam o maior desenvolvimento humano, abstraindo de necessidades básicas e promovendo solidariedade, relações sociais positivas e virtudes, são priorizados: são os valores pós-materialistas. Portanto, valores do sistema materialista, que se dirigem ao polo individual, para a pessoa isolada angariando recursos que a situem bem em relação aos demais, podem ser correlativamente menos enfatizados. Nesse ponto, há algumas divergências: enquanto os resultados de Inglehart (1989) foram de correlações negativas entre valores materialistas e pós-materialistas, na sua perspectiva de estudos dos valores, Pereira et al. (2004) e Pereira et al. (2001) encontraram associações positivas em estudos que empregaram o QVP, negando conflitos entre valores. Na presente pesquisa, avaliando proporções ligadas às posições sociais estudadas e no formato de respostas ordinais de importância, os valores pós-materialistas tiveram proporções nitidamente superiores de respostas de alta importância em comparação com os materialistas, o que sugere que talvez o modo com que se apresentou a tarefa tenha levado os participantes a optar pelos primeiros em detrimento dos últimos, gerando uma hierarquia.

Dentre os valores materialistas, lucro tem proporcionalmente mais respostas de alta importância e traz o principal contraste. Mais de 60% dos estudantes da posição C.F/M consideram lucro altamente importante para uma sociedade ideal, isto é, a produção de riquezas e geração de capital. Já as demais posições sociais variam entre proporções de 0.37 a 0.48. Um modo de entender essa discrepância está na projeção de um desejo de condições de vida com mais recursos por parte dos respondentes da posição social mais desfavorecida do estudo, nos moldes da hipótese de escassez de Inglehart (1977), que afirma que as pessoas tendem a considerar mais importante aquilo que lhes falta. A perspectiva de Inglehart dos valores materialistas e pós-materialistas foi pensada para comparar valores de culturas nacionais e diferenciar nações em torno dessas dimensões, mas parece alinhar-se aqui a alguns padrões envolvendo posições sociais contrastantes.

Finalmente, alguns valores do sistema hedonista (vida excitante e sexualidade) destacam-se ao serem mais priorizados por respondentes de posições sociais privilegiadas. Na mesma ótica da hipótese de escassez, se as pessoas buscam aquilo que ainda não possuem, talvez se possa pensar que, pelo menos em níveis satisfatórios, outras metas mais básicas, como os valores materiais, já sejam atingidas nos contextos familiares desses estudantes. Eles podem então dar vazão à busca por sensações típica da adolescência. Há resultados de priorização de valores em pesquisa orientada com outra perspectiva teórica, voltada para os valores pessoais, que permitem constatar um crescimento de valores de experimentação – isto é, prazer, emoção e sexualidade como princípios-guia individuais, que são semelhantes aos valores hedonistas da abordagem societal – durante a adolescência (Gouveia, Vione, Milfont, & Fischer, 2015). Já para os estudantes de meios familiares menos privilegiados, provavelmente há outras necessidades mais salientes, que talvez expliquem a menor concessão de importância aos valores hedonistas.

Uma posição consolidada na literatura é a de que os seres humanos têm necessidades universais, que vão desde as mais básicas envolvendo a sobrevivência fisiológica até às mais abstratas e superiores como as de realização pessoal e de relacionamentos interpessoais. Na formulação clássica, essas necessidades têm uma hierarquia, de modo que as mais básicas devem ser atingidas antes que as pessoas possam almejar as necessidades superiores (Maslow, 1954). Resultados mais recentes de Tay e Diener (2011) com dados de amostras de mais de uma centena de países reforçam essa perspectiva. No contexto da hipótese de escassez, o motor para considerar valores como importantes está na constatação de que não são atingidos plenamente. É por esse prisma que interpreto os resultados do estudo relatado. Por um lado, há um consenso geral de que uma sociedade ideal já resolveu os problemas sociais mais primários, e isso explica a importância elevada dos valores pós-materialistas dentre todas as posições sociais. Por outro, cada posição social direciona-se para a idealização de metas que ainda constituem objetivos em suas vidas, no caso da maior priorização de valores hedonistas por parte de posições privilegiadas e do lucro para os participantes da posição social com baixos níveis dos dois tipos de capital avaliados.

Outros contrastes seguem uma lógica que aparenta ser diferente. A importância crescente de valores religiosos à medida que se reduzem os volumes de capital pode ser explicada seja pela percepção de uma insuficiência de adesão a esses valores na sociedade real, enfatizada por estudantes de posições sociais compostas, supostamente, por proporcionalmente mais pessoas com alta religiosidade; seja pela priorização dos valores religiosos por constituírem bens simbólicos associados às pessoas que lhes dão importância, desse modo buscando status positivo numa sociedade idealizada, ao imaginarem esta como uma sociedade em que os princí-

pios vigentes correspondem aos princípios do grupo, que passa a ter uma posição favorável na hierarquia social idealizada.

Assim, a condição da distribuição de capital da posição social parece em alguns casos levar à busca de valorização daquilo que possui em detrimento de bens simbólicos possuídos por outras posições, configurando uma disputa por status. Essa análise lembra a de Bourdieu (2011) ao comentar as frações da classe dominante na sociedade francesa, que inclui os dominantes, membros da classe privilegiada com predomínio de capital econômico, e os dominantes dominados, integrantes da elite com destaque maior para seu capital cultural, conhecimentos e diplomas, que para suas riquezas. Essas duas frações encontram-se em conflito contínuo a respeito da maior valorização de um ou outro tipo de capital, cada uma das quais busca fazer com que aquele que detém prevaleça. É possível interpretar também o contraste, no estudo aqui apresentado, entre algumas posições sociais que podem ser chamadas de ambivalentes, com alto nível de um tipo de capital e baixo nível no outro. É o caso de A.F/M e B2.S na análise de correspondências: estudantes com pais com menos escolaridade dão proporcionalmente mais importância, em comparação com estudantes com renda inferior mais pais com altas qualificações, ao conforto e riqueza na sociedade idealizada, elementos propiciados pela sua condição econômica. Por sua vez, os estudantes da posição B2.S dão maior importância à dedicação ao trabalho, pois é a principal esperança de que dispõem para ascensão social futura, se lograrem obter capital cultural que se converta em bons salários, e à religiosidade, nos termos acima mencionados.

Assim, é possível sintetizar os padrões encontrados de importância de valores para uma sociedade ideal e suas relações com as posições sociais estruturadas por volume de capital econômico e cultural do seguinte modo: a referência a sociedades desenvolvidas, que tenham resolvido necessidades mais básicas, orienta projeções generalizadas de respondentes de todas as posições sociais, indicando os valores pós-materialistas. Por sua vez, os valores materialistas indicam necessidades individualistas, contra as quais pode pesar a indesejabilidade social, o que faz com que sejam considerados importantes por menos estudantes, proporcionalmente. Além disso, há o caso específico de valores hedonistas típicos da adolescência, cuja maior importância é condicionada a uma situação pessoal econômica que o permita. Finalmente, em algumas situações, quando há algum tipo de busca de definição de uma classificação favorável para o grupo próprio em contexto de disputa pelos princípios mesmos que geram a hierarquia social – como por exemplo, riqueza ou estudo? Valores humanistas ou religiosos? – há espaço para a atribuição de relevância a valores que traduzam posses simbólicas do grupo. É possível que daí resulte a antevisão de uma sociedade em que a situação presente do grupo se reflita em situação favorável na hierarquia social, gerando no presente concreto algum conforto, justificação ou esperança.

As implicações de diferenças na priorização dos valores em função de posições sociais – ou em outras palavras, classes sociais, utilizando uma noção próxima – dizem respeito tanto ao lugar social de onde as pessoas interpretam suas vidas cotidianas, a partir das pessoas que lhes influenciam e de suas vivências e, portanto, identificam suas necessidades, quanto permitem explicar alguns dos conflitos sociais contemporâneos. Uma das principais questões atuais de divergência social, expressa no principal contraste dos dados, refere-se à prioridade alta dada a valores religiosos por parte de participantes de posições sociais inferiores em comparação com a baixa importância concedida aos de posições superiores. Questões comportamentais como a regulamentação do aborto, homofobia, e concepções de família, para citar alguns exemplos, associam-se fortemente a maneiras de pensar ligadas à religião. Os contrastes em priorização de valores e sua localização no espectro social são um reflexo das discussões levadas a cabo socialmente e da dificuldade de comunicação entre setores da sociedade que têm objetivos e interesses diferentes para o mundo social, o que envolve também disputas por poder entre esses grupos. Nesse ponto, a perspectiva societal de Pereira et al. (2005) é pertinente, pois entende os valores como originados de lutas ideológicas históricas entre grupos, e algumas das diferenças encontradas no nível das posições sociais nesta pesquisa sugerem que as classes ou posições sociais situam disputas e tensões desse tipo, o que atesta a relevância de considerá-las.

O estudo apenas permite apontar direções plausíveis para interpretação; investigações ulteriores e análises históricas são necessárias para atingir maior segurança na caracterização das culturas de classe e predisposições ligadas às posições sociais, para entender as razões e lógicas subjacentes às variações identificadas.

É essencial ressaltar que essa interpretação é uma tentativa de entrever alguma lógica subjacente aos resultados encontrados de uma pesquisa exploratória, correlacional, e quaisquer relações de causalidade podem ser inferidas apenas logicamente, sem respaldo direto do delineamento empregado. Outras limitações metodológicas incluem o uso de medidas de auto relato, passíveis de vieses de deseabilidade social ou de imprecisões de informações, dificuldades inerentes aos estudos realizados com questionários. Além disso, outros pesquisadores certamente fariam escolhas metodológicas diferentes – por exemplo, optando por índices contínuos ou outros esquemas de classe para operacionalizar a posição social dos participantes –, ou terão explicações alternativas plausíveis e convincentes, de modo que espero que se possa ampliar o debate a respeito das relações entre posição social e importância de valores para a sociedade. Cabe também lembrar que não é possível transpor os resultados para contextos mais amplos por si só; trata-se de estudo descritivo. Outras investigações em contextos comparáveis poderão apontar a extensão em que os padrões encontrados se reproduzem em outras realidades ou sugerir outros fatores sociais que expliquem diferenças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alberti, G. (2013). An R script to facilitate correspondence analysis. A guide to the use and the interpretation of results from an archaeological perspective. *Archeologia e Calcolatori*, 24, 25-53.
- Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. (2013). *Critério de Classificação Econômica Brasil. Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 01/01/2013*. Consultado a 9 de julho, 2017, em <http://www.abep.org>
- Barros, T. S., Torres, A. R. R., & Pereira, C. (2009). Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. *Psico-USF*, 14(1), 47-57. doi: 10.1590/S1413-82712009000100006
- Bendixen, M. (2003). A practical guide to the use of correspondence analysis in marketing research. *Marketing Bulletin*, 14, 1-15.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2013). *A construção social da realidade. Tratado de sociologia do conhecimento* (Floriano de Souza Fernandes, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Bourdieu, P. (1977). *Outline of a theory of practice* (Richard Nice, Trad.). Cambridge: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9780511812507
- Bourdieu, P. (1985). The social space and the genesis of groups. *Social Science Information*, 24(2), 195-220. doi: 10.1177/053901885024002001
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. Richardson (Org.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (Richard Nice, Trad.). (pp. 241-258). Westport: Greenwood.
- Bourdieu, P. (1996). *The State nobility. Elite schools in the fields of power*.a (Lauretta C. Clough, Trad.). Cambridge: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2011). *A distinção: crítica social do julgamento*. (2ª. ed.). (Daniela Kern, Guilherme J. F. Fernandes, Trads.). Porto Alegre: Zouk.
- Buchmann, C. (2002). Measuring family background in international studies of education: conceptual issues and methodological challenges. In A. Porter, A. Gamoran (Orgs.), *Methodological advances in cross-national surveys of educational achievement* (pp. 150-197). Washington: National Academy Press.
- Coutinho, R. Z. (2011). *A carne é fraca: religião, religiosidade e iniciação sexual entre estudantes do ensino médio na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2008* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Consultado em 05 de setembro de 2017, em http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_f649f9570c585ef6389fcb4d41b75e52
- Estramiana, J. L. A., Pereira, C. R., Monter, M. R., & Zlobina, A. (2013). Valores sociais. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima, M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias*. (2ª. ed.) (pp. 309-353). Brasília: Technopolitik.
- Gouveia, V. V. (2013). *Teoria funcionalista dos valores humanos. Fundamentos, aplicações e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gouveia, V. V., Vione, K. C., Milfont, T. L., & Fischer, R. (2015). Patterns of value change during the life span: some evidence from a functional approach to values. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 41(9), 1276-1290. doi: 10.1177/0146167215594189
- Greenacre, M. (2007). *Correspondence analysis in practice*. (2ª. ed.) Boca Raton: Chapman & Hall / CRC. doi: 10.1201/9781420011234
- Hawkes, D. (2003). *Ideology*. (2ª. ed.) Nova Iorque: Routledge.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1989). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

- Kassambara, A., & Mundt, F. (2016). *factoextra: Extract and visualize the results of multivariate data analyses*. Consultado a 6 de maio, 2017, em <https://CRAN.R-project.org/package=factoextra>
- Lê, S., Josse, J., & Husson, F. (2008). FactoMineR: an R package for multivariate analysis. *Journal of Statistical Software*, 25(1), 1-18. doi: 10.18637/jss.v025.i01
- Le Roux, B., & Rouanet, H. (2004). *Geometric data analysis. From correspondence analysis to structured data analysis*. Dordrecht: Kluwer.
- Lins, S. L. B. (2013). *Consumo, contexto socioeconômico e compra por impulso em adolescentes brasileiros e portugueses*. Consultado a 10 de julho, 2017, em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/69041/2/30336.pdf>
- Marx, K. (1996). *O capital. Crítica da economia política. Vol. 1.* (Regis Barbosa & Flávio R. Kothe, Trad.). São Paulo: Nova Cultural.
- Maslow, A. K. (1954). *Motivation and personality*. Nova Iorque: Harper & Row.
- Moraes, R., Camino, C., Da Costa, J. B., Camino, L., & Cruz, L. (2007). Socialização parental e valores: um estudo com adolescentes. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 20(1), 167-177. doi: 10.1590/S0102-79722007000100021
- Pereira, C., Camino, L., & Da Costa, J. B. (2004). Análise fatorial confirmatória do Questionário de Valores Psicossociais – QVP24. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 9(3), 505-512. doi: 10.1590/S1413-294X2004000300013
- Pereira, C., Camino, L., & Da Costa, J. B. (2005). Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 18(1), 16-25. doi: 10.1590/S0102-79722005000100004
- Pereira, C., Lima, M. E., & Camino, L. (2001). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 14(1), 177-190. doi: 10.1590/S0102-79722001000100015
- R Core Team (2016). *R: A language and environment for statistical computing*. Consultado a 7 de maio, 2017, em <https://www.R-project.org/>
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. Em M. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, (vol. 25, pp. 1-65). San Diego, CA: Academic Press. doi: 10.1016/s0065-2601(08)60281-6
- Tay, L., & Diener, E. (2011). Needs and subjective well-being around the world. *Personality Processes and Individual Differences*, 101(2), 354-365. doi: 10.1037/a0023779
- Wacquant, L. (2007). Esclarecer o Habitus. *Educação & Linguagem*, 10(16), 63-71. doi: 10.15603/2176-1043/el.v10n16p63-71
- Wickham, H. (2009). *ggplot2: Elegant graphics for data analysis*. Nova Iorque: Springer-Verlag. doi: 10.1007/978-0-387-98141-3

Ser ou não ser praxado? A teoria da ação planeada como modelo para compreender a participação dos caloiros na praxe académica - pág. 69-91
DOI: https://doi.org/10.14195/1647-8606_61-2_4

Ser ou não ser praxado? A teoria da ação planeada como modelo para compreender a participação dos caloiros na praxe académica

Isabel Correia¹, Diogo Alves², Margarida Jarego³, Katherine Lopes⁴, Diana Rodrigues⁵, Lídia Abrantes⁶, Ania Boloca⁷, Bruno Carvalho⁸, Marta Diogo⁹, Catarina Grosso¹⁰, Marília Ferreira Massa¹¹, Rita Mateus¹², Rafaela Fonseca Pereira¹³, Sara Pina¹⁴, Guilherme Galhardo Pinheiro¹⁵, Regina Pinto¹⁶, Alexandre Rilho¹⁷ e Maria Beatriz Timóteo¹⁸

1 Isabel Correia a seguinte: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL), Lisboa, Portugal. Email: isabel.correia@iscte-iul.pt

2 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Diogo_Filipe_Caetano@iscte-iul.pt

3 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Margarida_Jarego@iscte-iul.pt

4 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Katherine_Lopes@iscte-iul.pt

5 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Diana_Marisa_Rodrigues@iscte-iul.pt

6 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Lidia_Abrantes@iscte-iul.pt

7 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Ania_Boloca@iscte-iul.pt

8 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Bruno_Alexandre@iscte-iul.pt

9 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Marta_Diogo@iscte-iul.pt

10 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Catarina_Araujo@iscte-iul.pt

11 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Marilia_Massa@iscte-iul.pt

12 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Rita_Mateus@iscte-iul.pt

13 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Rafaela_Pereira@iscte-iul.pt

14 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Sara_Teixeira_Pina@iscte-iul.pt

15 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Guilherme_Pinheiro@iscte-iul.pt

16 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Regina_Pinto@iscte-iul.pt

17 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Alexandre_Marcos_Rilho@iscte-iul.pt

18 Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal. Email: Beatriz_Timoteo@iscte-iul.pt

Artigo recebido a 19-06-2017 e aprovado a 05-03-2018.

To be hazed or not? The theory of planned behavior as a model to understand freshmen's participation in academic hazing

Abstract

The main goal of this study was to investigate the predictors of the freshmen's intentions to participate in academic hazing. With this goal, we used the theory of planned behavior (Ajzen, 1991) which allows an analysis of the relative weight of attitudes, subjective norm, and perceived behavioral control in the intentions to participate in academic hazing. The freshmen who participated in this study ($N = 353$) filled in a questionnaire. The results supported the theory of planned behavior predictive power, with the attitude and perceived behavioral control as significant predictors of the freshmen's intentions to participate in academic hazing. The subjective norm was not a significant predictor. The theoretical and social implications of these results are discussed.

Keywords: academic hazing; theory of planned behavior; attitude; subjective norm; perceived behavioral control

Resumo

Com este estudo pretendemos investigar quais são os preditores da intenção de participação dos caloiros na praxe académica. Para tal, recorreremos à teoria da ação planeada (Ajzen, 1991) que permite analisar o peso relativo das atitudes, da norma subjetiva, e do controlo comportamental percebido nas intenções de ser praxado.

Os participantes, estudantes universitários ($N = 353$) a frequentar o 1º ano de uma Licenciatura, preencheram um questionário. Os resultados confirmaram o valor preditivo da teoria, tendo sido a atitude e o controlo comportamental percebido preditores significativos da intenção dos caloiros em serem praxados. A norma subjetiva não se mostrou um preditor significativo. As implicações teóricas e sociais destes resultados são discutidas.

Palavras-chave: praxe académica; teoria da ação planeada; atitude; norma subjetiva; controlo comportamental percebido

INTRODUÇÃO

A praxe é qualquer atividade necessária, implicitamente ou explicitamente, para a iniciação ou permanência numa organização (Campo, Poulos, & Sipple,

2005). Estas atividades, muitas vezes, incluem comportamentos que rebaixam os praxados e constituem riscos com consequências físicas e/ou psicológicas mais ou menos graves. Mais especificamente, segundo Frias (2003),

A Praxe Académica, que em Portugal designa as tradições estudantis, refere-se, em primeiro lugar, às diversas humilhações, mais ou menos ritualizadas, que os estudantes mais antigos, os “doutores”, impõem aos mais novos, os caloiros. A limitação de uma tal noção à esfera da coacção e à relação “doutor”/caloiro é assinalada pelos três símbolos da Praxe: a moca, a tesoura e a colher de pau. A Praxe Académica refere-se igualmente, ou referia-se, a brincadeiras por vezes violentas, a comportamentos lúdicos e paródicos: troças, partidas, piadas, de que dão testemunho as Memórias dos antigos estudantes. (p. 82)

A partir dos anos 80 do século XX, e especialmente a partir da viragem do século XXI, a praxe académica em Portugal tem vindo a abranger um número de alunos cada vez maior de Norte a Sul do país, tanto em universidades públicas como privadas (Estanque, 2016). A praxe académica também é muito comum em universidades de outros países, como dos EUA (e. g., Campo et al., 2005) ou da Europa (e.g., Richardson, Wang, & Hall, 2012).

No entanto, este fenómeno não tem merecido um interesse equivalente por parte da investigação em psicologia. Nomeadamente, não foi ainda estudado de um modo sistemático em que medida variáveis importantes para predizer comportamentos intencionais como crenças, atitudes e normas (Teoria da Ação Planeada, Ajzen, 1991), predizem a participação na praxe académica.

Com este estudo pretendemos dar um contributo no sentido de colmatar esta lacuna, procurando identificar os preditores da intenção dos estudantes universitários do 1º ano (caloiros) serem ou não praxados. Recorreremos à Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991) como modelo teórico e, deste modo, um segundo objetivo da nossa pesquisa é verificar a capacidade da Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1991) para predizer a intenção da participação na praxe académica por parte dos caloiros.

ATITUDES FACE À PRAXE ACADÉMICA

Em Portugal, a primeira referência ao termo “praxe” surgiu no século XIX, mas as suas raízes remontam ao século XV na Universidade de Coimbra com a generalização do uso do traje académico para distinguir os estudantes universitários da restante sociedade civil. No entanto, só em 1916 é que surgiu o primeiro projeto de Código

de Praxe (conjunto de normas e valores pelos quais os estudantes se deviam reger) e só em 1957 foi editado o primeiro Código de Praxe (Estanque, 2016). Posteriormente, o Código de Praxe foi modificado várias vezes por estudantes e, em 1969, a praxe foi suspensa, tendo sido retomada apenas no final da década de 70 com regras mais restritas e com inúmeras proibições relativamente a atos de violência, humilhação pública e exclusão social (Conselho de Veteranos da Universidade de Coimbra, 2013). No entanto, essas recomendações não eliminaram essas práticas violentas.

De facto, episódios recentes em que jovens sofreram danos graves, ou mesmo a morte, durante rituais da praxe académica (e.g., Gomes, 2014), têm contribuído para aumentar a discussão pública (e.g., Martins, 2014) e a polarização de atitudes sobre este assunto (Lopes & Sebastião, 2017, para uma revisão). Assim, verificam-se, em simultâneo, atitudes fortemente favoráveis e atitudes fortemente desfavoráveis face à praxe académica (e.g., Tavares, 2008).

Para os que são favoráveis à praxe, esta constitui um património, uma tradição e um conjunto de práticas consideradas indispensáveis à integração dos novos estudantes nas universidades. Os defensores da praxe consideram que a praxe se desenrola num ambiente amigável e de confraternização, que visa promover a união dentro do curso e inculcar valores académicos (e.g., Tavares, 2008). Salientam como prós a aprendizagem de valores como o respeito, a tradição académica, a capacidade de trabalhar em grupo, o aumento de confiança em si e nos outros, persistência, integração, melhor relacionamento interpessoal, apoio pessoal e académico por parte dos estudantes mais velhos, bem como um sentimento de orgulho na instituição, entre outros (ver Lopes & Sebastião, 2017, para uma revisão).

Os que são desfavoráveis à praxe consideram que esta representa um conjunto de práticas associadas ao culto do conformismo e de atos gratuitos de exercício de poder e de dominação (e.g., Gomes & Ribeiro, 2002). Salientam ainda o medo da exclusão ou da marginalização na vida académica como um fator de coação fortíssimo sobre os jovens que chegam à universidade. Assim, para estes, a praxe representa todo um conjunto de práticas associadas à adesão acrítica a grupos que, ao invés de valorizarem as diferenças e, com isso, serem realmente integradores, consagram identidades normativas e conservadoras, nas quais a diferença ou insubmissão justificam a realização de práticas vexatórias (ver Lopes & Sebastião, 2017, para uma revisão).

Consensual entre praxistas e anti praxistas é a condenação de atos de violência, que os defensores da praxe designam de exageros e os seus opositores atribuem à própria natureza da praxe (Estanque, 2016).

O que a investigação ainda não procurou saber de um modo sistemático é em que medida as atitudes dos caloiros face à praxe académica e as pressões percebidas por parte de outras pessoas importantes para eles preveem a intenção dos caloiros serem ou não praxados.

A TEORIA DA AÇÃO PLANEADA

A teoria da ação planeada (Ajzen, 1985) considera que a intenção sobre o comportamento a adotar é determinada por 3 grandes fatores: a atitude face a um determinado comportamento, a norma subjetiva, e o controlo comportamental percebido (Figura 1).

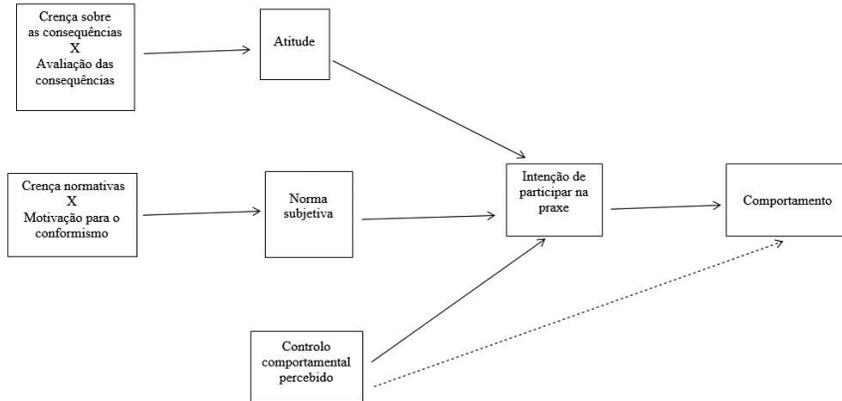


Figura 1. Modelo de ação planeada (adaptado de Ajzen & Madden, 1986).

Segundo Ajzen, a atitude é “uma predisposição para responder de forma favorável ou desfavorável a um objeto, pessoa, instituição ou acontecimento” (1991, p.4). Segundo a teoria da ação planeada, a atitude é determinada pelo somatório das crenças sobre as consequências do comportamento, pesado pela avaliação dessas consequências.

O segundo fator, designado por norma subjetiva, corresponde à percepção e/ou expectativas que o indivíduo tem sobre aqueles que são importantes para si e, por isso, influentes na decisão do comportamento a desempenhar. A norma subjetiva é o resultado do somatório das crenças normativas (expectativas sobre o comportamento que os outros salientes em relação a esse comportamento esperam que o indivíduo adote), pesada pelo valor destas crenças (motivação para seguir as outras pessoas que são importantes em relação a esse comportamento).

Estes dois primeiros fatores já estavam presentes na teoria da ação refletida (Fishbein & Ajzen, 1975), sendo que a Teoria da Ação Planeada (Ajzen, 1988) veio acrescentar ainda uma outra variável como determinante da intenção comportamental, o controlo comportamental percebido, ou seja, a facilidade percebida na realização desse mesmo comportamento.

Estes fatores são, então, preditores da intenção de desempenhar determinado comportamento (Eagly & Chaiken, 1993): quanto mais favorável a atitude e as nor-

mas sociais percebidas pelo indivíduo, e quanto maior a percepção de controlo percebido, maior a probabilidade de um comportamento ser realizado (Beck & Ajzen, 1991; Orbeil, Hodgkins, & Sheeran, 1997).

A importância relativa da atitude, da norma subjetiva e do controlo comportamental percebido, na predição da intenção, pode variar entre os indivíduos e entre as populações (Beck & Ajzen, 1991). De modo geral, quando não existem obstáculos ao controlo, o comportamento pode ser previsto pela intenção, uma vez que esta será suficiente para que o comportamento seja executado (Ajzen, 1991, 2011; Armitage & Conner, 2001).

Vários autores têm vindo, desde a formulação da teoria e até aos dias de hoje, a aplicar os modelos de ação refletida e planeada a um vasto leque de intenções e comportamentos: comportamentos sexuais de risco (Albarracín, Johnson, Fishbein, & Muellerleile, 2001; Godin & Kok, 1996), o uso do preservativo (Davis et al., 2016; Malcolm et al., 2013), comportamentos preventivos do cancro de pele (Figueiras, Alves, & Borracho, 2004), a discriminação sexual positiva no trabalho (Snyder & Swann, 1976), escolha de voto nas eleições presidenciais (Fishbein & Ajzen, 1981; Watters, 1989), escolha do método de alimentação do bebé pela mãe (Manstead, Proffitt, & Smart, 1983), consumo excessivo de álcool (Schlegel, d'Avernas, Zanna, DeCourville, & Manske, 1992), a intenção dos consumidores de mudar de canal (Madahi & Sukati, 2016), a participação em eventos profissionais de futebol (Eddosary, Ko, Sagas, & Kim, 2015), a compra local de comida (Shin, Hancer, & Song, 2016), o consumo do tabaco entre estudantes (Su et al., 2015), a adoção de comportamentos de risco durante a condução (Lee, Geiger-Brown, & Beck, 2016; Li, Shi, Liu, & Wang, 2016; Rowe et al., 2016), a intenção dos adolescentes se voluntariarem (Reuveni & Werner, 2015), a tomada de decisões éticas nas redes sociais (e.g., face ao *cyberbullying*) (Jafarkarimi, Saadatdoost, Sim, & Hee, 2016), comportamentos de risco *online* (Sasson & Mesch, 2016), a intenção de seguir marcas no Twitter (Chu, Chen, & Sung, 2016), a compra de viagens *online* (Amaro & Duarte, 2016), a adoção de comportamentos pró-ambiente (Botetzagias, Dima, & Malesios, 2015; Chung, 2016; Masud et al., 2016), a prática de exercício físico (Wigginton, Lee, Marshak, & Freier, 2016), a utilização de métodos de educação inclusivos (Yan & Sin, 2015), a prática de hábitos de alimentação saudável (Jun & Arendt, 2016), a intenção de mulheres grávidas de adotar comportamentos mais saudáveis (Whitaker, Wilcox, Liu, Blair, & Pate, 2016) e comportamentos a longo-prazo como o voluntariado (Marta, Manzi, Pozzi, & Vignoles, 2014).

A teoria da ação planeada tem vindo também a ser estudada em projetos de investigação focados em populações de estudantes universitários e em diversos temas, nomeadamente no âmbito da atividade física (Kwan, Bray, & Ginis, 2009), participação em programas de estudo internacionais como o ERASMUS (Schnusenberg, Jong, & Goel, 2012), performance académica (Ajzen & Madden, 1986; Davis, Ajzen, Saunders, & Williams, 2002; Kovac, Cameron, & Høigaard, 2016; Prentice, Caska,

& McLaughlin, 2009), participação em cursos de ética (Randall, 1994), presença nas aulas (Prislin & Kovrlja, 1992; White, O'Connor, & Hamilton, 2011), utilização de informação calórica num menu de restaurante (Stran, Knol, Severt, & Lawrence, 2016) e denúncia de um incidente ocorrido numa praxe académica (Richardson et al., 2012).

Estes estudos da aplicação da teoria da ação planeada têm como objetivo principal o aprofundamento do conhecimento sobre processos subjacentes ao comportamento, podendo aqui destacar-se duas vertentes: comportamentos que se pretendem prevenir (e.g., consumo de álcool, consumo de tabaco, adoção de comportamentos de risco) e comportamentos que se pretendem promover (e.g., comportamentos pró-ambiente, exercício físico, alimentação saudável).

Especificamente em relação à participação na praxe académica, tanto quanto é do nosso conhecimento, nunca foi testada de modo sistemática a capacidade preditora da teoria da ação planeada para predizer a intenção de se ser praxado. No entanto, em relação às atitudes, sabe-se que a participação na praxe está positivamente associada a crenças sobre consequências positivas dessa participação, tais como divertimento e coesão do grupo, e em relação à norma subjetiva sabe-se que a participação na praxe está positivamente associada à perceção de aprovação por parte dos amigos (Campo et al., 2005).

O presente estudo tem como objetivo geral verificar a adequação da teoria da ação planeada para predizer a intenção dos caloiros participarem na praxe académica (intenção de ser ou não praxado). Mais especificamente, pretende-se i) identificar o peso relativo das variáveis da teoria da ação planeada (atitude, norma subjetiva, controlo percebido) nessa intenção; ii) identificar as principais crenças sobre as consequências de ser praxado que são preditoras da atitude; iii) identificar as crenças normativas (os principais referentes) em relação a ser praxado que são preditoras da norma subjetiva.

De acordo com os pressupostos da teoria da ação planeada, hipotetizamos que a atitude, a norma subjetiva e o controlo comportamental percebido serão preditores significativos das intenções dos estudantes do 1º ano em serem praxados.

MÉTODO

Participantes

O presente estudo é constituído por uma amostra de 353 estudantes universitários (230 do sexo feminino e 123 do sexo masculino; idades: $M = 18.95$; $DP = 1.42$,

mínimo 18 e máximo 30 anos) a frequentar o 1º ano de uma Licenciatura num estabelecimento de ensino superior.

Como se pode ver na Tabela 1, 97.1% são de nacionalidade Portuguesa e os cursos de Licenciatura mais frequentados pelos participantes são Gestão (20.1%) e Psicologia (18.4%). A grande maioria (98.4%) são solteiros e são estudantes em exclusividade (91.7%).

No que diz respeito à área de residência antes de entrar na universidade, a maioria residia na Área Metropolitana de Lisboa (40.8%) e na zona Centro do país (36.8%). Da amostra, 94.6% viviam na casa dos pais antes de ingressar na Universidade e 62.3% continuam a morar com estes durante o período de aulas na faculdade.

Em relação à orientação política, a maioria (22.1%) são de esquerda ou de extrema-esquerda e 41.9% nunca participa em eventos religiosos.

Tabela 1
Caracterização Sociodemográfica dos Estudantes (N = 353)

Variáveis sociodemográficas	%
Sexo	
Feminino	65.2
Masculino	34.5
Não válidas	0.3
Estado Civil	
Solteiro	98.4
Casado	0.6
Não válidas	1
Nacionalidade	
Alemã	0.3
Angolana	0.3
Brasileira	0.8
Cabo-Verdiana	0.3
Guineense	0.3
Portuguesa	97.1
Inglesa	0.3
Santomense	0.6
Frequência de participação em eventos religiosos	
Várias vezes por semana	2

Uma vez por semana	8.8
Duas ou três vezes por mês	5.1
Uma vez por mês	4.2
Várias vezes por ano	11.3
Uma vez por ano	10.8
Com menos frequência ainda	15.9
Nunca	41.9
Orientação Política	
Extrema Direita	1.7
Direita	18.7
Centro	13.6
Esquerda	19.8
Extrema Esquerda	2.3
Sem orientação política	42.2
Não válidas	1.7
Área de Residência	
Norte	4.6
Centro	36.8
Sul	10.8
Área Metropolitana de Lisboa	40.8
Área Metropolitana do Porto	0.3
Açores ou Madeira	5.9
Estrangeiro	0.8
Residência em casa dos pais antes do ingresso na Universidade	
Sim	94.6
Não	5.1
Não válidas	0.3
Residência em casa dos pais depois do ingresso na Universidade	
Sim	62.3
Não	37.4
Não válidas	0.3
Situação perante o estudo	

Estudante em exclusividade	91.7
Trabalhador-estudante	8.3
Curso	
Antropologia	2.8
Arquitetura	1.1
Ciência Política	2.9
Finanças e Contabilidade	4.3
Economia	4.5
Engenharia Informática	6.6
Engenharia de Telecomunicações e Informática	0.8
Gestão de Marketing	5.2
Gestão	20.1
Gestão de Recursos Humanos	4.2
Gestão Industrial e Logística	3.7
História Moderna e Contemporânea	3.2
Informática e Gestão de Empresas	8.8
Psicologia	18.4
Serviço Social	4.8
Sociologia	7.3
Não válidas	1.3

Procedimento

Os participantes, alunos do 1º ano de uma universidade pública portuguesa, foram convidados, entre abril e maio de 2016, a participar num estudo sobre praxe, salientando-se que a sua participação era anónima e voluntária. O consentimento informado continha informação sobre o objetivo do estudo, informava o participante que este poderia desistir a qualquer momento do estudo, e garantia o anonimato do participante.

Instrumento

Para construir o questionário foram seguidas as recomendações dos seus autores (Ajzen, 2006). Foi feito um levantamento das vantagens e desvantagens da praxe e foram listadas pessoas e/ou grupos sociais que podem influenciar o comportamento dos caloi-

ros. Este levantamento foi feito junto de cerca de 25 alunos do 2º ano de Licenciatura de uma universidade pública portuguesa. Os participantes foram divididos em 2 grupos, cada um deles constituído por participantes e não participantes na praxe académica. Em cada um dos grupos, foi pedido aos alunos que fizessem uma listagem exaustiva de crenças sobre as consequências da praxe académica respondendo às questões “Quais pensa serem as vantagens de ser praxado?”, “Quais pensam serem as desvantagens de ser praxado?”, “Quando pensa em ser praxado, ocorre-lhe mais alguma coisa?”. Para a listagem de referentes pediu-se aos participantes que respondessem às questões “Que pessoas ou grupos de pessoas aprovariam que fosse praxado?”, “Que pessoas ou grupos de pessoas desaprovaram que fosse praxado? Existem outros grupos de pessoas que lhe venham à ideia quando pensa em ser praxado?” Todos os participantes nestas sessões concordaram com a formulação final de cada uma das crenças sobre as consequências, bem como com a listagem final dos referentes importantes.

As 22 consequências de participar na praxe académica identificadas foram: aumentar a integração social (conhecer novas pessoas, aumento da união entre colegas); aprender mais sobre a tradição académica; melhorar as competências pessoais (capacidade de comunicação, persistência, capacidade de trabalhar em grupo); aumentar o autoconhecimento (conhecer melhor os próprios pontos fortes e fracos, os próprios limites); a possibilidade de se divertir; o apadrinhar/amadrinhar alguém no 2º ano; o ter poder e autoridade no 2º ano; usar um traje com simbolismo no 2º ano; aumentar o sentimento de orgulho em ser estudante do seu curso na instituição; aprender novos valores (como por exemplo a importância da hierarquia, respeito, confiança); ser levado a agir contra a vontade; cansaço emocional e/ou físico; ter menos tempo livre; ser desrespeitado, humilhado e/ou inferiorizado; haver uma exposição pública; estar menos presente nas aulas; perder a identidade pessoal e/ou ser sujeito à uniformização do modo de pensar; ter de cumprir regras rígidas de comportamento; ter que sujar roupas; ter que comprar um traje caro no final do ano letivo; ter que usar um traje desconfortável no fim do ano letivo; ter vontade de ouvir e/ou ter um discurso inapropriado.

Foram listados 6 referentes para a participação dos caloiros na praxe: o pai, os amigos, os colegas, os órgãos de comunicação social (*media*), a mãe, e as pessoas que passam na rua e assistem por acaso à praxe.

O questionário foi alvo de um pré-teste junto de 7 alunos do 1º ano de Licenciatura para assegurar que não havia dúvidas na interpretação das questões.

Variáveis

Dado que a recolha de dados foi feita a meio do 2º semestre, de acordo com a definição de Ajzen e Fishbein (1980) de que um comportamento tem de ser definido

com uma ação, um alvo, um contexto, e um tempo, definiu-se o comportamento a prever como “Participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequenta”. Todas as questões do questionário foram construídas de acordo com as regras dos modelos de ação refletida (Ajzen & Fishbein, 1980) e planeada (Ajzen & Madden, 1986). De salientar que a praxe académica para os caloiros pode ser iniciada ou abandonada em qualquer altura do ano.

Intenção comportamental. Foi utilizado 1 item “Tenciono participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequenta?” numa escala de +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Atitudes face ao comportamento. Foi avaliada com uma questão, “Participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento é...”, para responder em duas escalas de resposta: de +3 (*muitíssimo bom*) e -3 (*muitíssimo mau*); e entre +3 (*benéfico*) e -3 (*prejudicial*) (Alfa de Cronbach = .89).

Crenças sobre as consequências. Para cada uma das 22 consequências do comportamento foi feita uma pergunta no questionário. Por exemplo, para a integração social foi perguntado: “Se eu participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento vou aumentar a minha integração social (conhecer novas pessoas, aumento da união entre colegas)”. Para todas, a escala de resposta foi de 7 pontos, entre +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Avaliação das consequências. Foi pedido aos participantes que avaliassem cada uma das 22 consequências através de questões, como por exemplo: “Aumentar a minha integração social (conhecer novas pessoas, aumento da união entre colegas) é...”, numa escala de entre +3 (*muitíssimo bom*) a -3 (*muitíssimo mau*).

Norma subjetiva. Foi avaliada através da questão “A maioria das pessoas que conheço pensa que eu devo participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento” numa escala de +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Crenças normativas. Para cada um dos 6 referentes, colocou-se uma questão, por exemplo em relação ao pai: “O meu pai pensa que eu devo participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento”, numa escala de +3 (*muitíssimo provável*) a -3 (*muitíssimo improvável*).

Motivação para o conformismo. Para cada um dos 6 referentes perguntou-se “De um modo geral, quanto é que quer fazer o que o seu pai acha que deve fazer?”, sendo a resposta dada numa escala 1 (*nada*) a 7 (*muitíssimo*).

Controlo comportamental percebido. A dificuldade percebida na realização desse mesmo comportamento foi avaliada através de 2 questões: “Se eu desejar, eu posso participar, ainda este semestre, como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento”, numa escala de resposta entre +3 (*muitíssimo provável*)

a -3 (*muitíssimo improvável*); e “É fácil para mim participar ainda este semestre como caloiro na praxe académica na instituição de ensino superior que frequento”, numa escala de resposta de +3 (*muitíssimo fácil*) a -3 (*muitíssimo difícil*) (Alfa de Cronbach = .86).

Questões sociodemográficas. No final do questionário perguntava-se o sexo do participante, a idade, a área de residência habitual, o estado civil, a nacionalidade, a área de residência antes de ingressar no ensino superior, se ainda vivia em casa dos pais antes e depois de ingressar no ensino superior, e se é trabalhador-estudante.

Perguntava-se ainda o grau de religiosidade através da questão “Sem contar com ocasiões especiais como casamentos, funerais e batizados..., com que frequência participa em serviços religiosos?” sendo que a escala de resposta era de 1 – *várias vezes por semana* a 8 – *Nunca*. Também se mediu a orientação política através da questão “Qual a sua orientação política?” que variava entre 1 – *Extrema Direita* e 5 – *Extrema Esquerda*, sendo 6 – *Sem orientação política*.

RESULTADOS

Estatísticas descritivas

A Tabela 2 mostra as correlações, média e desvio-padrão para as variáveis do modelo da Teoria da Ação Planeada. Em média, os participantes têm atitudes ligeiramente positivas em relação à participação na praxe académica ($M = 1.22$; $DP = 1.44$), considerando que lhes é relativamente fácil aceder às atividades da mesma ($M = 1.21$; $DP = 1.86$). Por outro lado, os participantes consideram como apenas um pouco provável que outras pessoas significativas para eles considerem que eles devem participar na praxe ($M = 0.84$; $DP = 1.48$), e apenas um pouco provável que tenham a intenção de participar na praxe no presente ano ($M = 0.80$; $DP = 2.34$).

Tabela 2
Correlações e estatísticas descritivas das variáveis

Variável	1	2	3	4	<i>M</i>	<i>DP</i>
1. Intenção		.82***	.35***	.63***	0.80	2.34
2. Atitude			.40***	.60***	1.22	1.44
3. Norma subjetiva				.36***	0.84	1.48
4. Controlo comportamental percebido					1.21	1.86

*** $p < .001$

Os resultados (Tabela 2) mostraram correlações positivas e significativas entre a intenção e cada uma das variáveis preditoras. Assim, a atitude ($r = .82, p < .001$) e o controlo comportamental percebido ($r = .63, p < .001$) apresentaram uma forte associação com a intenção. Em contrapartida, a norma subjetiva ($r = .35, p < .001$) mostrou uma associação moderada.

A norma subjetiva ($r = .40, p < .001$) mostrou uma associação moderada com a atitude, e o controlo comportamental percebido apresentou uma forte associação com esta ($r = .60, p < .001$). Por fim, verificou-se uma associação moderada entre a norma subjetiva e o controlo comportamental percebido ($r = .36, p < .001$).

Intenção de participar na praxe académica em função da atitude, norma subjetiva e controlo comportamental percebido

Considerando as medidas diretas de atitude e norma subjetiva, os resultados da análise de regressão múltipla, descritos na Tabela 3, mostram que a atitude e a norma subjetiva explicam um total de 66% da variância da intenção de participação na praxe académica¹⁹. O modelo é significativo ($F(2,348) = 344.23; p < .001$), com a atitude a ser preditora significativa da intenção de participar na praxe ($\beta = .80, p < .001$).

Quando, num segundo passo, se acrescentou o controlo comportamental percebido, os resultados evidenciaram que esta última variável contribuiu com mais 3% ($\beta = .22, p < .001$) para explicar a variância na predição da intenção de participar na praxe académica. Assim, todo o modelo, estando incluído o controlo comportamental percebido, explica 69% da variância na intenção de participar na praxe académica ($F(3,347) = 262.37; p < .001$).

Tabela 3
Análise de Regressão Múltipla: Predição da intenção a partir das atitudes, norma subjetiva e controlo comportamental percebido

Variável	Adj R^2	ΔR^2	b	SE	β
Passo 1	.66	.66			
Atitudes			1.31	.06	.80***
Norma Subjetiva			.05	.05	.03
Passo 2	.69	.03			
Atitudes			1.12	.06	.68***
Norma Subjetiva			.00	.05	.00
Controlo comportamental percebido			.28	.05	.22***

*** $p < .001$

19 Uma análise de regressão múltipla revelou que as variáveis sociodemográficas (sexo, idade, área de residência antes de ingressar no ensino superior, se ainda vive em casa dos pais, se é trabalhador-estudante, religiosidade, e orientação política) não foram significativas na predição da intenção comportamental. Consequentemente, optou-se por não as incluir na análise de regressão para testar o modelo da ação planeada.

Preditores da atitude

À semelhança de Kassem e Lee (2003), numa outra análise de regressão (Figura 1) verificámos que o produto das crenças sobre as consequências explica 66% da variância na atitude em relação a participar na praxe académica. Apesar de a maior parte das consequências medidas estarem positiva e significativamente associadas com a atitude, apenas oito variáveis mostraram ser predictoras significativas. Esses preditores foram o aumento de integração social ($\beta = .16, p < .01$), aprender mais sobre tradição académica ($\beta = .13, p < .01$), aumentar o orgulho em ser estudante daquele curso naquela instituição ($\beta = .12, p < .05$), a diversão associada à participação na praxe ($\beta = .25, p < .001$), a possibilidade de apadrinhar/amadrinhar no 2º ano da faculdade ($\beta = .09, p < .05$), a possibilidade de no 2º ano usar um traje com simbolismo ($\beta = .11, p < .05$), e ter menos tempo livre ($\beta = .16, p < .001$).

A consequência de ter poder e autoridade no 2º ano foi um predictor significativo e negativo da atitude face a ser praxado ($\beta = -.16, p < .001$).

Preditores da norma subjetiva

Também à semelhança de Kassem e Lee (2003), numa outra análise de regressão verificámos que o produto dos referentes explica 34% da variância na norma subjetiva referente a participar na praxe académica (Figura 2). Apesar da maior parte dos referentes considerados estarem positiva e significativamente associados com a norma subjetiva, apenas o referente mãe ($\beta = .15, p < .05$) e amigos ($\beta = .40, p < .001$), mostraram ser preditores significativos. No entanto, como já referimos, a norma subjetiva, apesar de correlacionada com a intenção, não mostrou ser um predictor significativo da mesma.

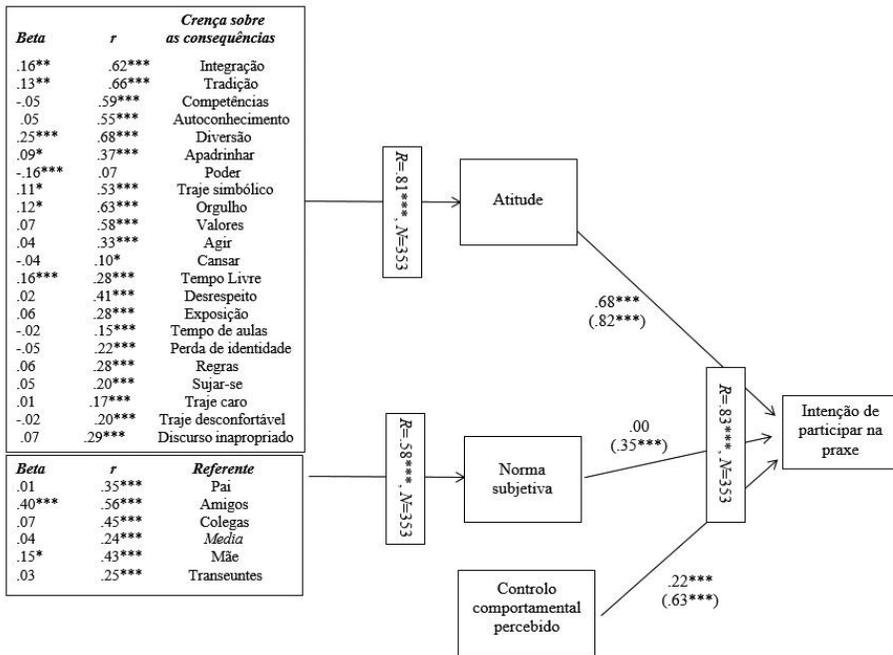


Figura 2. Diagrama para a predição da intenção de participar na praxe académica baseado na Teoria da Ação Planeada.

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo geral verificar a aplicabilidade da teoria da ação planeada para prever a intenção dos caloiros participarem na praxe académica (intenção de ser ou não ser praxado). Os resultados mostraram que as atitudes e o controlo comportamental percebido predizem positivamente a intenção de participar na praxe académica, explicando no seu conjunto 69% da variância. A norma subjetiva não se revelou um preditor significativo da intenção, embora positivamente e significativamente correlacionada com esta.

Apesar da norma subjetiva ser muitas vezes o preditor mais fraco da teoria da ação planeada (Ajzen, 1991), este resultado não deixa de ser surpreendente pelo facto deste comportamento ser um comportamento de grupo e com carácter público. A análise dos preditores da atitude poderá, contudo, contribuir para compreender este resultado, pois os preditores da atitude incluem aspetos ligados à integração social e ao reconhecimento do novo estatuto de estudante universitário, ou seja, às relações sociais e às expectativas de outros.

Assim, os preditores da atitude foram o aumento de integração social, aprender mais sobre tradição académica, aumentar o orgulho em ser estudante daquele curso naquela instituição, a diversão associada à participação na praxe, a possibilidade de apadrinhar/amadrinhar no 2º ano da faculdade e a possibilidade de no 2º ano usar um traje com simbolismo.

Estes fatores correspondem aos que foram identificados (Estanque, 2016) como as grandes funções da praxe académica: a integração dos caloiros na universidade (integração social, aumentar o orgulho em ser estudante daquele curso naquela instituição, a diversão associada à participação na praxe); e o reconhecimento público, pela comunidade académica e não académica, do seu novo estatuto de estudantes universitários (a possibilidade de apadrinhar/amadrinhar no 2º ano da faculdade, aprender mais sobre tradição académica, a possibilidade de no 2º ano usar um traje com simbolismo). Segundo Estanque (2016), isto acontece mesmo nas universidades mais recentes, com menos antiguidade, como é o caso desta em que foi conduzido este estudo, que tem cerca de 50 anos.

Dois outros preditores significativos parecem-nos de interpretação menos evidente. Em relação à possibilidade de ter poder e autoridade no 2º ano, esta prediz negativamente a intenção de participar na praxe. Isto poderá querer dizer que os estudantes quando estão no 1º ano não são praxados com o intuito de virem a ter poder sobre outros, ou poderá apenas dever-se a desejabilidade social.

Em relação à consequência “possibilidade de ter menos tempo livre”, predizer significativamente e positivamente a intenção de participar na praxe, poder-se-á talvez atribuir à percepção de que ocupar o tempo com atividades ligadas à universidade, em vez de ter tempo simplesmente “livre”, pode refletir uma vontade de integração no meio universitário.

Poder-se-á ainda questionar a razão pela qual aspetos ligados às consequências negativas da praxe (e.g., ser desrespeitado) não surgiram como preditores significativos da participação na mesma. Podemos avançar duas possibilidades de explicação. Uma primeira possível explicação poderá ser a possibilidade de que os caloiros não interpretam os acontecimentos da praxe como sendo um ataque pessoal (ser desrespeitado) ou até mesmo “real”, por saberem que são comportamentos normativos daquele contexto e, portanto, plenamente legítimos. Uma segunda explicação pode ser o facto de na praxe do estabelecimento de ensino superior em que o estudo foi realizado não existirem práticas humilhantes. Estudos futuros deverão tentar compreender este aspeto.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Este estudo tem várias limitações. A primeira refere-se ao momento do ano em que foi conduzido o estudo. De facto, apesar de a praxe durar todo o ano, os

dados foram recolhidos já no 2º semestre, em que os alunos ainda podem iniciar, continuar ou abandonar a praxe. Este facto tem, no entanto, como vantagem que os alunos responderam ao questionário já com um conhecimento (enquanto atores ou observadores) do que é ser praxado. Estudos futuros que avaliem a intenção do comportamento antes do início do mesmo poderão ter resultados diferentes.

A segunda limitação refere-se ao facto de ter usado medidas de autorrelato, com consequentes limitações ao nível da desejabilidade social.

A terceira limitação refere-se ao facto de se ter usado uma amostra de conveniência, logo não representativa dos caloiros do estabelecimento em que o estudo foi realizado, nem dos caloiros das Universidades em Portugal.

A quarta limitação deste estudo refere-se ao facto do estudo ser correlacional e, por isso, a sequência causal entre as variáveis ter de ser interpretada com cautela. Nesta análise seguimos a sequência proposta pelo modelo de ação planeada (Ajzen, 1991), mas poder-se-ia pensar, por exemplo, que a intenção é causa, e não consequência, quer da norma subjetiva, quer da atitude ou do controlo percebido.

Uma última limitação deste estudo decorre das principais limitações da teoria da ação planeada como, por exemplo, o facto de neste estudo a norma subjetiva ter sido conceptualizada em termos interpessoais em vez de em termos grupais (e.g., Terry & Hogg, 1996), ou não termos incluído como preditores da intenção comportamental as experiências emocionais esperadas (Manstead, 1996).

CONTRIBUTOS DO ESTUDO

Este estudo mostra pela primeira vez o poder preditivo do modelo de ação planeada para prever a intenção de ser praxado. Tanto quanto é do nosso conhecimento, é a primeira vez que este modelo é aplicado a este comportamento, tão prevalente nos estudantes universitários portugueses e que tanta polémica tem gerado.

Os resultados mostraram que duas das três componentes do modelo, a atitude e o controlo percebido, explicam a intenção de ser praxado, o que oferece importantes contributos para compreender o comportamento e implicações para o alterar.

Assim, se o que parecer motivar os jovens a serem praxados é principalmente a integração na vida académica e o reconhecimento pela comunidade, todas as medidas tomadas pelas universidades para aumentar a integração dos alunos logo desde o momento da entrada na universidade e para reforçar a demonstração pública do seu novo estatuto poderão reduzir a atratividade da praxe e, consequentemente, a adesão dos alunos à mesma. Em diversas Universidades, incluindo aquela em que se realizou este estudo, há já várias alternativas de receção e integração dos

novos alunos, como por exemplo, apresentações e visitas ao campus, sessões institucionais de recepção, iniciativas de convívio, voluntariado, visitas à cidade, atividades artísticas, e sistemas de tutorias (Lopes & Sebastião, 2017). No entanto, a maior parte destas atividades não ocorrem ainda durante outros períodos do ano e não incluem todos os alunos. Por outro lado, essas atividades, embora possam contribuir para uma integração dos alunos, são menos eficazes ao nível do reconhecimento público da marca do estudante universitário conferida, por exemplo, pelo traje académico. O conhecimento da importância desta função de reconhecimento público do estatuto do estudante universitário poderá ser um aspeto a considerar em futuras atividades de integração universitária alternativas à praxe.

Por outro lado, sendo o controlo percebido importante para a intenção, todas as medidas para facilitar ou dificultar a participação dos alunos na praxe, por exemplo, proibindo a praxe no campus universitário, podem afetar a intenção dos estudantes em participar na praxe.

É nosso desejo que este artigo, inovador ao nível da aplicação da teoria da ação planeada a este comportamento, possa estimular outros estudos que permitam melhor compreender o que leva tantos jovens em Portugal a participar na praxe académica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ajzen, I. (1985). From intentions to actions: A theory of planned behavior. In J. Kuhl & J. Beckman (Eds.), *Action control: From cognition to behavior* (pp. 11-39). Heidelberg: Springer.
- Ajzen, I. (1988). *Attitudes, personality, and behavior*. Milton Keynes, UK: Open University Press.
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50, 179-211. doi: 10.1016/0749-5978(91)90020-T
- Ajzen, I. (2006). Constructing a TPB questionnaire: Conceptual and methodological considerations. Retirado de <http://www.uni-bielefeld.de/ikg/zick/ajzen%20construction%20a%20tpb%20questionnaire.pdf>
- Ajzen, I. (2011). The theory of planned behaviour: Reactions and reflections. *Psychology and Health*, 9, 1113-1127. doi: 10.1080/08870446.2011.613995
- Ajzen, I., & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Ajzen, I., & Madden, T. J. (1986). Prediction of goal directed behavior: Attitudes, intentions, and perceived behavioral control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22, 453-474. doi: 10.1016/0022-1031(86)90045-4
- Albarracín, D., Johnson, B. T., Fishbein, M., & Muellerleile, P. A. (2001). Theories of reasoned action and planned behavior as models of condom use: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 127, 142-161. doi: 10.1037/0033-2909.127.1.142
- Amaro, S., & Duarte, P. (2016). Travelers' intention to purchase travel online: Integrating trust and risk to the theory of planned behavior. *Anatolia*, 27, 389-400. doi: 10.1080/13032917.2016.1191771

- Armitage, C. J., & Conner, M. (2001). Efficacy of the theory of planned behaviour: A meta-analytic review. *British Journal of Social Psychology*, 40, 471-499. doi: 10.1348/014466601164939
- Beck, L., & Ajzen, I. (1991). Predicting dishonest actions using the theory of planned behavior. *Journal of Research in Personality*, 25, 285-301. doi: 10.1016/0092-6566(91)90021-H
- Botetzagias, I., Dima, A-F., & Malesios, C. (2015). Extending the theory of planned behavior in the context of recycling: The role of moral norms and of demographic predictors. *Resources, Conservation and Recycling*, 95, 58-67. doi: 10.1016/j.resconrec.2014.12.004
- Campo, S., Poulos, G., & Sipple, J. W. (2005). Prevalence and profiling: Hazing among college students and points of intervention. *American Journal of Health Behavior*, 29, 137-149. doi: 10.5993/AJHB.29.2.5
- Chu, S., Chen, H., & Sung, Y. (2016). Following brands on Twitter: An extension of theory of planned behavior. *International Journal of Advertising*, 35, 421-437. doi: 10.1080/02650487.2015.1037708
- Chung, K. (2016). Exploring customers' post-dinning behavioral intentions toward green restaurants: An application of theory of planned behavior. *The International Journal of Organizational Innovation*, 9, 119-134.
- Conselho de Veteranos da Universidade de Coimbra. (2013). *Código da praxe, universidade de Coimbra*. Retirado de http://mcv.aac.uc.pt/files/Codigo_da_Praxe3ed.pdf
- Davis, K. C., et al. (2016). Men's condom use resistance: Alcohol effects on theory of planned behavior constructs. *Health Psychology*, 35, 178-186. doi: 10.1037/hea0000269
- Davis, L. E., Ajzen, I., Saunders, J., & Williams, T. (2002). The decision of African American students to complete high school: An application of the theory of planned behavior. *Journal of Educational Psychology*, 94, 810-819. doi: 10.1037//0022-0663.94.4.810
- Eagly, A. H., & Chaiken, S. (1993). *The psychology of attitudes*. Fort Worth, TX: Harcourt Brace: Jovanich College Publishers.
- Eddosary, M., Ko, Y. J., Sagas, M., & Kim, H. Y. (2015). Consumer's intention to attend soccer events: Application and extension of the theory of planned behavior. *Psychological Reports: Employment Psychology & Marketing*, 117(1), 89-102. doi: 10.2466/01.05.PR0.117c13z7
- Estanque, E. (2016). *Praxe e tradições académicas*. Lisboa. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Figueiras, M. J., Alves, N. C., & Barracho, C. (2004). Diferenças do valor preditivo da Teoria da Ação Planeada na intenção de adoptar comportamentos preventivos para o cancro de pele: O papel do optimismo e da percepção da doença em indivíduos saudáveis. *Análise Psicológica*, 3, 571-583.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behavior. An introduction to theory and research*. Reading, MA: Addison Wesley.
- Fishbein, M., & Ajzen, I. (1981). Attitudes and voting behavior: An application of the theory of reasoned action. In G. M. Stephenson & J. M. Davis (Eds.), *Progress in Applied Social Psychology* (vol. 1, pp. 253-313). London: Wiley.
- Frias, A. (2003). Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra. Lógicas das tradições e dinâmicas identitárias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 81-116.
- Godin, G., & Kok, G. (1996). The theory of planned: A review of its applications to health-related behaviors. *American Journal of Health Promotion*, 11, 87-98. doi: 10.4278/0890-1171-11.2.87
- Gomes, C. (2014). Jovens que morreram no Meco vistos a rastejar com pedras nos tornozelos. *Público*. Consultado em 07 de março de 2017, em <https://www.publico.pt/2014/01/24/sociedade/noticia/jovens-que-morreram-no-meco-vistos-a-rastejar-com-pedras-nos-tornozelos-1620966>
- Gomes, C. A., & Ribeiro, R. (2002). As praxes académicas na Universidade do Minho: Conclusões e implicações de um relatório institucional. In A. S. Pouzada, L. S. Almeida & R. Vasconcelos (Eds.), *Contextos e dinâmicas de vida académica*. Guimarães: Universidade do Minho.

- Jafarkarimi, H., Saadatdoost, R., Sim, A. T. H., & Hee, J. M. (2016). Behavioral intention in social networking sites ethical dilemmas: An extended model based on theory of planned behavior. *Computers in Human Behavior*, 62, 545-561. doi: 10.1016/j.chb.2016.04.024
- Jun, J., & Arendt, S. W. (2016). Understanding healthy eating behaviors at casual dining restaurants using the extended theory of planned behavior. *International Journal of Hospitality Management*, 53, 106-115. doi: 10.1016/j.ijhm.2015.12.002
- Kassem, N. O., & Lee, J. W. (2003). Understanding soft drink consumption among male adolescents using the theory of planned behavior. *Journal of Behavioral Medicine*, 27, 273-296. doi: 0160-7715/04/0600-0273/0
- Kovac, V. B., Cameron, D. L., & Høigaard, R. (2016). The extended theory of planned behaviour and college grades: The role of cognition and past behaviour in the prediction of students' academic intentions and achievements. *Educational Psychology*, 36, 792-811. doi: 10.1080/01443410.2014.923557
- Kwan, M. Y. W., Bray, S. R., & Ginis, K. A. M. (2009). Predicting physical activity of first-year university students: An application of the theory of planned behavior. *Journal of American College Health*, 58, 45-52. doi: 10.3200/JACH.58.1.45-55
- Lee, C. J., Geiger-Brown, J., & Beck, K. H. (2016). Intentions and willingness to drive while drowsy among university students: An application of an extended theory of planned behavior model. *Accident Analysis & Prevention*, 93, 113-123. doi: 10.1016/j.aap.2016.05.002
- Li, P., Shi, J., Liu, X., & Wang, H. (2016). The theory of planned behavior and competitive driving in China. *Procedia Engineering*, 137, 362-371. doi: 10.1016/j.proeng.2016.01.270
- Lopes, J. T., & Sebastião, J. (2017). *A praxe como fenómeno social*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ISCTE-IUL) e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Retirado de http://www.dges.gov.pt/sites/default/files/naipa/a_praxe_como_fenomeno_social.pdf
- Madahi, A., & Sukati, I. (2016). An empirical study of malaysian consumers' channel-switching intention: Using theory of planned behaviour. *Global Business Review*, 17, 489-523. doi: 10.1177/0972150916630447
- Malcolm, S., Huang, S., Cordova, D., Freitas, D., Arzon, M., Jimenez, G. L., ... Prado, G. (2013). Predicting condom use attitudes, norms, and control beliefs in hispanic problem behavior youth: The effects of family functioning and parent-adolescent communication about sex on condom use. *Health Education & Behavior*, 40, 384-391. doi: 10.1177/1090198112440010
- Manstead, A. S. R. (1996). Attitudes and behavior. In G.R. Semin & K. Fiedler (Eds.), *Applied Social Psychology* (pp. 3-29). London: Sage.
- Manstead, A. S. R., Proffitt, C., & Smart, J. L. (1983). Predicting and understanding mothers' infant-feeding intentions and behavior: Testing the theory of reasoned action. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 657-671. doi: 10.1177/1090198112440010
- Marta, E., Manzi, C., Pozzi, M., & Vignoles, V. L. (2014). Identity and the theory of planned behavior: Predicting maintenance of volunteering after three years. *The Journal of Social Psychology*, 154, 198-207. doi: 10.1080/00224545.2014.881769
- Martins, C. C. (2014). *Debates sobre a Praxe: Balanço dos Prós e Contras*. Consultado em 07 de março de 2017, em <http://www.esquerda.net/dossier/debates-sobre-praxe-balanço-dos-prós-e-contras/31309>
- Masud, M. M., Al-Amin, A. Q., Junsheng, H., Ahmed, F., Yahaya, S. R., Akhtar, R., & Banna, H. (2016). Climate change issue and theory of planned behaviour: Relationship by empirical evidence. *Journal of Cleaner Production*, 113, 613-623. doi: 10.1016/j.jclepro.2015.11.080
- Orbeil, S., Hodgkins, S., & Sheeran, P. (1997). Implementation intentions and the theory of planned behavior. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23, 945-954. doi: 10.1177/0146167297239004

- Prentice, G. R., Caska, B. A., & McLaughlin, C. G. (2009). Examining psychology undergraduates' statistics results using the theory of planned behavior and background factors. *The Irish Journal of Psychology, 30*, 161-170. doi: 10.1080/03033910.2009.10446307
- Prislin, R., & Kovrlija, N. (1992). Predicting behavior of high and low self-monitors: An application of the theory of planned behavior. *Psychological Reports, 70*, 1131-1138. doi: 10.2466/pr0.1992.70.3c.113
- Randall, D. M. (1994). Why students take elective business ethics courses: Applying the theory of planned behavior. *Journal of Business Ethics, 13*, 369-378. doi: 10.1007/BF00871764
- Reuveni, Y., & Werner, P. (2015). Factors associated with teenagers' willingness to volunteer with elderly persons: Application of the theory of planned behavior (TPB). *Educational Gerontology, 41*, 623-634. doi: 10.1080/03601277.2015.1029768
- Richardson, B. K., Wang, Z., & Hall, C. A. (2012). Blowing the whistle against Greek hazing: The theory of reasoned action as a framework for reporting intentions. *Communication Studies, 63*, 172-193. doi: 10.1080/10510974.2011.624396
- Rowe, R., Andrews, E., Harris, P. R., Armitage, C. J., McKenna, F. P., & Norman, P. (2016). Identifying beliefs underlying pre-drivers' intentions to take risks: An application of the theory of planned behaviour. *Accident Analysis & Prevention, 89*, 49-56. doi: 10.1016/j.aap.2015.12.024
- Sasson, H., & Mesch, G. (2016). Gender differences in the factors explaining risky behavior online. *Journal of Youth and Adolescence, 45*, 973-985. doi: 10.1007/s10964-016-0465-7
- Schlegel, R. P., d' Avernas, J. R., Zanna, M. P., DeCourville, N. H., & Manske, S. R. (1992). *Problem drinking: A problem for the theory of reasoned action?* Journal of Applied Social Psychology, 22, 358-385. doi: 10.1111/j.1559-1819.1992.tb0/545.x
- Schnusenberg, O., Jong, P., & Goel, L. (2012). Predicting study abroad intentions based on the theory of planned behavior. *Journal of Innovative Education, 10*, 337-361. doi: 10.1111/j.1540-4609.2012.00350.x
- Shin, Y. H., Hancer, M., & Song, J. G. (2016). Self-congruity and the theory of planned behavior in the prediction of local food purchase. *Journal of International Food & Agribusiness Marketing, 28*, 330-345. doi: 10.1080/08974438.2016.1145612
- Snyder, M., & Swann, W. B. (1976). When actions reflect attitudes: The politics of impression management. *Journal of Personality and Social Psychology, 34*, 1034-1042. doi:10.1037/0022-3514.34.5.1034
- Stran, K. A., Knol, L. L., Severt, K., & Lawrence, J. C. (2016). College students' intentions to use calorie information on a restaurant menu: Application of the theory of planned behavior. *American Journal of Health Education, 47*, 215-223. doi: 10.1080/19325037.2016.1179142
- Su, X., Li, L., Griffiths, S. M., Gao, Y., Lau, J. T., & Mo, P. K. (2015). Smoking behaviors and intentions among adolescents in rural China: The application of the theory of planned behavior and the role of social influence. *Addictive Behaviors, 48*, 44-51. doi: 10.1016/j.addbeh.2015.04.005
- Tavares, D. A. (2008). *O superior ofício de ser aluno. Manual de sobrevivência do caloiro*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Terry, D. J., & Hogg, M. A. (1996). Group norms and the attitude-behavior relationship: a role for group identification. *Personality and Social Psychology Bulletin, 22*, 776-793. doi: 10.1177/0146167296228002
- Watters, A. E. (1989). *Reasoned/intuitive action: An individual difference moderation of the attitude-behavior relationship in the 1988 U. S. presidential election*. (Tese de Mestrado não publicada). Department of Psychology, University of Massachusetts, Amherst.

- Whitaker, K. M., Wilcox, S., Liu, J., Blair, S. N., & Pate, R. R. (2016). Pregnant women's perceptions of weight gain, physical activity, and nutrition using theory of planned behavior constructs. *Journal of Behavioral Medicine, 39*, 41-54. doi: 10.1007/s10865-015-9672-z
- White, K. M., O'Connor, E. L., & Hamilton, K. (2011). In-group and role identity influences on the initiation and maintenance of student's voluntary attendance at peer study sessions for statistics. *British Journal of Educational Psychology, 81*, 325-343. doi: 10.1348/000709910X513258
- Wigginton, M., Lee, J., Marshak, H. H., & Freier, K. (2016). Modifying the theory of planned behavior to predict children's exercise behaviors. *International Journal of Health, Wellness & Society, 6*, 2. doi: 10.18848/2156-8960/CGP/v06i02/57-71
- Yan, Z., & Sin, K-f. (2015). Exploring the intentions and practices of principals regarding inclusive education: An application of the theory of planned behaviour. *Cambridge Journal of Education, 45*, 205-221. doi: 10.1080/0305764X.2014.934203

(Página deixada propositadamente em branco)

Impact of lifestyle habits on individual and relational adaptation and on the obstetric outcomes of adult women after birth¹

Daniela Centenaro Levandowski², Marco Pereira³,
Mariana Moura-Ramos⁴ e Maria Cristina Canavarro⁵

Abstract

This study aimed to examine and retrospectively compare the lifestyles of adult women before and during pregnancy; to describe individual and relational adaptation in the transition to motherhood and obstetric outcomes; and to examine the associations between lifestyle habits and these outcomes. The sample comprised 98 mothers, most of them married or cohabiting, nulliparous, with completed secondary or higher education. Most of them had planned their pregnancy. A questionnaire on sociodemographic information, the Emotional Assessment Scale, the Brief Symptom Inventory, and adjectival scales to assess marital and parental domains were employed. Results indicated a positive change in lifestyle adopted during pregnancy compared to the preceding period. The adoption of healthy lifestyle habits was significantly associated with lower psychological distress

1 This work was supported by the Latin American Scholarships Programme for Young Professors and Researchers from Latin American Universities (Coimbra Group Universities).

2 Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e em Psicologia e Saúde, Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Brasil. Bolsista Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Email: d.cl@terra.com.br

3 Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. Investigador FCT (IF/00402/2014). Email: marcopereira@fpce.uc.pt

4 Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. Apoiada por uma bolsa de Pós-doutoramento da FCT (SFRH/BPD/87514/2012). Email: marianamr@fpce.uc.pt

5 Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Portugal. Email: mccanavarro@fpce.uc.pt

and positive emotional reactivity. These findings highlight the importance of assessing different components of lifestyle and their association with diverse individual and relational indicators to gain a broader understanding of women's adaptation in the transition to motherhood.

Keywords: lifestyle habits; pregnancy; obstetric outcomes; psychological adaptation

Impacto do estilo de vida na adaptação individual e relacional e nos resultados obstétricos de mulheres adultas após o parto

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar e comparar retrospectivamente o estilo de vida (EV) de mulheres antes e durante a gravidez; descrever a adaptação individual e relacional na transição para a maternidade e os resultados obstétricos; e avaliar a associação entre hábitos de EV e estes indicadores. A amostra foi composta por 98 mães, a maioria casadas ou em união de facto, com ensino secundário ou superior, nulíparas e que planearam a gravidez. A bateria de avaliação incluiu um questionário sociodemográfico, a Escala de Avaliação das Emoções, o Inventário de Sintomas Psicopatológicos e escalas de adjetivos para avaliar os domínios conjugal e parental. Os resultados mostraram uma mudança positiva no EV durante a gravidez em comparação ao período precedente. Foi encontrada uma associação significativa entre a adoção de hábitos de vida saudáveis e menor sintomatologia psicopatológica e maior reatividade emocional positiva. Estes resultados salientam a importância da avaliação de diferentes componentes do EV e a sua associação com diversos indicadores individuais e relacionais para uma melhor compreensão da adaptação das mulheres na transição para a maternidade.

Palavras-chave: estilo de vida; gravidez; resultados obstétricos; adaptação psicológica

INTRODUCTION

Lifestyle is defined by the World Health Organization as “a way of living based on identifiable patterns of behaviours, which are determined by the interplay between an individual's personal characteristics, social interactions and socioeconomic and environmental *living conditions*” (WHO, 1998, p. 16). Based on this defini-

tion, lifestyle depends on individual aspects as well as on characteristics of family environment and social, cultural, historical and economic background. Because of this diversity of influencing factors, it is difficult to define a healthy lifestyle. According to the WHO, there is no ideal lifestyle that could be prescribed for all people because culture, socioeconomic conditions, age, physical abilities, home and professional environments make certain living conditions more attractive and appropriate for different individuals. However, in general, a healthy lifestyle involves the adoption of healthy behaviours, defined as “any activity undertaken by an individual, regardless of actual or perceived *health status*, for the purpose of promoting, protecting or maintaining *health*” (WHO, p. 8), whether such behaviour is objectively effective towards that end. Therefore, it is expected that people adopt a healthier lifestyle to achieve or maintain satisfactory health status, which improves their quality of life.

A growing body of research has identified behaviours related to unhealthy lifestyles that are relevant risk factors for the development and/or worsening of diverse clinical conditions, such as cancer (Riman et al., 2004), heart disease (Stelmach, Kaczmarczyk-Chalas, Bielecki, & Drygas, 2005), and infertility (Hammoud, Gibson, Peterson, Meikle, & Carrell, 2008; Ramlau-Hansen, Thulstrup, Bonde, Olsen, & Bech, 2008). In this context, pregnancy is an event in which the adoption of healthy lifestyle habits is of great importance. The impact of adopting an unhealthy lifestyle by pregnant women has been associated with a number of negative outcomes, such as occurrence of placental problems (Shankaran et al., 2007), haemorrhage (Abdel-Latif, Bajuk, Lui, Oei, & NSW, 2007) and gestational diabetes (Zhang, Solomon, Manson, & Hu, 2006). Such effects may be immediately perceived in the foetus as they may increase the likelihood of conditions such as chromosomal anomalies (Milosevic-Djordjevic et al., 2007), foetal abnormalities (van Gelder et al., 2009), low birth weight (e.g., Abdel-Latif et al., 2007; Chiriboga, Kuhn, & Wasserman, 2007; Gao, Paterson, Carter, & Percival, 2006; Jackson, Batiste, & Rendall-Mkosi, 2007), and prematurity (Dekker et al., 2012).

Lifestyle habits during pregnancy

Numerous aspects of lifestyle during pregnancy have been examined. Among these, some habits and behaviours have been emphasized, including smoking (Gao et al., 2006; Kaneita et al., 2007), alcohol abuse (Nulman et al., 2004), combined use of tobacco and alcohol (Jackson et al., 2007) and the misuse of drugs (Abdel-Latif et al., 2007; Chiriboga et al., 2007; Shankaran et al., 2004, Smith et al., 2008). Other habits, such as eating behaviours and habits (Davenport, Ruchat, Giroux, Sopper, &

Mottola, 2013; Forno, Young, Kumar, Simhan, & Celedón, 2014; Petrella et al., 2013), sleep quality (Hedman, Pohjasvaara, Tolonen, Suhonen-Malm, & Myllyla, 2002; Lee & Gay, 2004; Skouteris, Germano, Wertheim, Paxton, & Milgrom, 2008), and leisure-time physical activity (Davies et al., 2003; Domingues, Barros, & Matijasevich, 2008; Evenson, Siega-Riz, Savitz, Leiferman, & Thorp, 2002; Foxcroft et al., 2011; Hegaard et al., 2011; Leiferman & Evenson, 2003; Liu, Laditka, Mayer-Davis, & Pate, 2008; Mudd et al., 2015; Pereira et al., 2007; Saftlas, Sackett, Wang, Woolson, & Bracken, 2004) are relevant to consider when assessing lifestyle during pregnancy because all of these factors may affect women's quality of life and foetal health.

Smoking during pregnancy has been associated with an increased risk of ectopic pregnancy, spontaneous abortion, placenta previa, bleeding (Macedo & Precioso, 2004) and low birth weight considering woman's gestational age (Gao et al., 2006). This is particularly relevant given the number of women of reproductive age in Portugal who reported this habit (Cunha Filho, 2005). Only a small proportion of smokers can change this habit immediately after confirmation of pregnancy or during the entire period of pregnancy (Lu, Tong, & Oldenburg, 2001).

Studies focusing on alcohol and drug misuse have shown that children whose mothers have excessive alcohol consumption during pregnancy have a higher risk of low birth weight (O'Keeffe et al., 2015) and future behavioural problems (Nulman et al., 2004). Drugs use during pregnancy has been found to be associated with other adverse outcomes, such as bleeding prior to labour, prematurity (Abdel-Latif et al., 2007), small cephalic perimeter (Shankaran et al., 2004) and abnormalities of child's tone, posture and orientation scores at six months of age (Chiriboga et al., 2007).

Eating behaviours and habits of pregnant women have also been widely examined. Recent meta-analytic data showed an association between maternal obesity or weight gain during pregnancy and a higher risk of hypertension and childhood asthma in infancy (Forno et al., 2014). Pregnant women who participated in an intervention programme to change lifestyle habits, including changes in eating habits, reported a lower risk of hypertension and premature birth. In this context, we also emphasize the consumption of caffeine given the popularity of this habit in the Portuguese population. Studies have shown a link between higher caffeine consumption and impaired foetal growth (Bakker et al., 2010), increased risk of stillbirth (Wisborg, Kesmodel, Bech, Hedegaard, & Henriksen, 2002) and abortion, especially before 20 weeks of gestation (Bech, Nohr, Vaeth, Henriksen, & Olsen, 2005) and among women with prior foetal loss (Weng, Odouli, & Li, 2008). Associations between caffeine and chocolate consumption and an increased heart rate of foetus (Buscicchio, Piemontese, Gentilucci, Ferretti, & Tranquilli, 2012) and increased foetal activity (Conde, Teves, & Figueiredo,

2011) have also been reported. It is noteworthy, however, that in some studies, the effects of caffeine consumption have been analysed along with smoking and alcohol consumption (e.g., Conde et al., 2011). It is also notable that some studies have reported no associations between caffeine consumption and an increased risk of complications related to pregnancy duration and perinatal outcomes (e.g., Jarosz, Wierzejska, & Siuba, 2012).

Regarding sleep, although there is evidence of an increase in nocturnal sleep among pregnant women in first trimester, a decline in quality of sleep has been reported in the following trimesters, including fewer hours of sleep, especially due to recurrent awakenings and other physical discomfort (Hedman et al., 2002). An association has also been reported between sleep disturbances, duration and type of delivery (Lee & Gay, 2004), namely, a greater likelihood of caesarean deliveries, and between sleep quality and intensity of depressive symptoms (Skouteris et al., 2008). In this study, sleep quality was a significant predictor of more intense depressive symptoms throughout pregnancy, particularly in third trimester.

In the absence of contra-indications, authors argue for the need for pregnant women to remain physically active because of the beneficial effects of physical activity for both mother's and child's health (Davies et al., 2003). Physical activity initiated during pregnancy, even in case of prior inactivity, has been related to a reduced risk of developing gestational diabetes (Liu et al., 2008) and preeclampsia (Saftlas et al., 2004; Sorensen et al., 2003). Although some studies have found no significant associations between physical activity and preterm birth (Evenson et al., 2002; Leiferman & Evenson, 2003), a Brazilian cohort study found that leisure physical activities during pregnancy, especially in the third trimester, were associated with a lower risk of preterm birth (Domingues et al., 2008).

According to Marquez-Sterling, Perry, Kaplan, Halberstein and Signorile (2000), the practice of physical exercise increases the aerobic capacity of pregnant woman without compromising her health or her baby's health. It also increases women's satisfaction with their body and sense of well-being. This finding was verified in a study in which pregnant obese women who practiced exercises with greater caloric expenditure reported fewer symptoms of nausea, vomiting and back pain compared to those who practiced exercises with lower caloric expenditure (Foxcroft et al., 2011). A longitudinal study found a significant reduction in engagement in moderate or vigorous physical activity before pregnancy, during pregnancy (second trimester) and six months after delivery (Pereira et al., 2007). In contrast, obese pregnant women with a history of prior pregnancy loss tended to adopt a healthier lifestyle at the beginning of pregnancy and practiced physical exercise, mainly due to anxiety and concerns about avoiding a future loss (Foxcroft et al., 2011).

Lifestyle habits and psychological adaptation during pregnancy

As mentioned, numerous gestational and perinatal complications may result from the pregnant woman's lifestyle. Moreover, lifestyle can have an impact on psychological adaptation. However, studies that have examined the association between lifestyle and psychological aspects in pregnancy are limited and their findings are inconsistent. Previous studies have mostly focused on issues such as depression, anxiety and stress and their association with certain behaviours. For example, Da Costa, Brender and Larouche (1998) found a higher level of stress among pregnant women with medical complications during pregnancy and childbirth compared to those who did not have such complications.

Practice of physical exercise during pregnancy is significantly related to a lower incidence of depressed mood, stress and state anxiety, especially during the first and second trimesters (Da Costa, Rippen, Dritsa, & Ring, 2003). Similar findings have been reported by Pottinger, Trotman Edwards and Younger (2009), who found that lifestyle habits (exercising and not smoking) were associated with reduced depressive symptoms during pregnancy. Lewis and Kennedy (2011) also suggested that physical activity may have a beneficial effect on pregnant women's depressive symptoms, although the authors stressed that this association should be clarified. Similarly, data from Portugal showed that reduced leisure physical activity in the first trimester was associated with poor psychological well-being and high distress during mid-pregnancy in previously active women compared to those with little activity before pregnancy (Tendais, Figueiredo, Mota, & Conde, 2011). According to these authors, this decrement may be voluntary or forced by the emergence of physical discomforts associated with pregnancy, which may inhibit leisure physical activity. However, based on this finding, it is unclear whether women become less active due to decreased mental health or if the decrease in physical levels impairs their mental health.

Changes in lifestyle habits during pregnancy

During pregnancy and transition to motherhood, women address expectations related to the maternal role and the lifestyle they should assume (Kendall, Olson, & Frongillo, 2001). These expectations develop and are reinforced by the guidelines communicated by health professionals and conveyed in public health policies aimed at pregnant women. Pregnancy is therefore an appropriate time for lifestyle changes. For example, one study conducted in Sweden (Edvardsson

et al., 2011) found that parents reported undertaking more lifestyle changes during pregnancy compared to the previous period to ensure foetus' health. These changes were often maintained after birth because parents wished to promote a healthy environment for their child. This study also found high availability and acceptance among new parents of information on the effects of lifestyle on baby's health during pregnancy, although this association was not perceived in relation to parents' own health.

Similarly, Crozier et al. (2009) identified significant changes among pregnant women in the consumption of alcohol, tobacco and caffeinated beverages, with a reduction in consumption between pre-pregnancy and early gestational period. More recently, Coutinho et al. (2014) also identified important lifestyle changes due to pregnancy, namely, in eating habits (nutrition), daily activities, exposure to danger, sleep and rest patterns, social and family relationships, going out, self-care, work, clothing and footwear, travel, health monitoring and sexual activity and substance consumption.

The present study

It seems clear that lifestyle habits have an impact on pregnancy outcomes, whether they are related to the pregnant woman or to the child's health. However, there is still limited evidence that lifestyle habits are associated with women's psychological adaptation in transition to motherhood. Knowledge of the effect of lifestyle on diverse health outcomes, including mental health and well-being, is essential for the proper establishment of health policies (Barros, 2003). Considering that pregnancy is an important event in a woman's life that affects multiple domains of life, in this study we performed a comprehensive assessment of various dimensions associated with women's well-being, particularly their emotional and relational adjustment.

The aims of this study were as follows: (1) to describe and retrospectively compare the lifestyles of women before and during pregnancy; (2) to identify lifestyle changes during pregnancy in comparison to the period prior to pregnancy; (3) to characterize individual (psychological symptoms and emotional reactivity) and relational adaptation (marital and parental) to motherhood and obstetric outcomes (gestational age, neonate birth weight, and Apgar score); (4) to analyse the association between lifestyle prior to and during pregnancy as well as individual and relational adaptation and obstetric outcomes; and (5) to identify which lifestyle variables predict individual and relational adaptation and obstetric outcomes.

METHODS

Sample and procedures

The sample of this study comprised 98 mothers with a mean age of 29.14 years ($SD = 4.82$; range: 18-28). Most women were married or cohabited ($n = 94$; 95.9%) and had secondary ($n = 25$; 25.5%) or higher education ($n = 43$; 43.9%). Most participants were of medium ($n = 48$; 48%) or lower ($n = 41$; 41.8%) socioeconomic status (SES). The majority of women were employed ($n = 82$; 84.5%). With respect to pregnancy characteristics, most women were nulliparous ($n = 57$; 58.2%) and had planned their pregnancy ($n = 79$; 82.3%).

Regarding obstetric outcomes, mean gestational age at childbirth was 38.9 weeks ($SD = 1.37$; Median = 39 weeks). Mean newborn birth weight was 3,246.96 grams ($SD = 482.41$; range: 288-4,430), and mean Apgar scores at minutes 1, 5 and 10 were 8.76 ($SD = 0.77$), 9.94 ($SD = 0.36$) and 9.99 ($SD = 0.11$), respectively. At minutes 5 and 10, all Apgar scores were above 7. Most babies were male ($n = 53$; 55.8%).

Participants were recruited while they were on the ward after giving birth (two to five days after birth) in Maternity Hospital Daniel de Matos, Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC). Non-probabilistic and convenience methods for sample constitution was used. During the participants' recruitment, a full explanation of research objectives, participants' role and researchers' obligations was given in addition to an informed consent form. The study was approved by the Ethics Committee of CHUC.

Participants who met the following criteria were excluded from the study: preterm birth, HIV infection, diabetes, foetus medical problems, hypertension, premature rupture of membranes and intrauterine growth delay.

Measures

Brief Symptom Inventory (BSI; Derogatis, 1993; Portuguese version by Canavarro, 2007). The BSI is a 53-item self-reported questionnaire designed to assess psychopathological symptoms. Participants are asked to assess the degree of a symptom during the past week on a response scale ranging from 0 (Never) to 4 (Very often). The BSI measures nine symptom dimensions and three global indices. In this study, considering the theoretical relevance, only three dimensions (somatization, depression, and anxiety) were analysed. Cronbach's alpha values in this sample were .79, .87 and .83, respectively.

Emotional Assessment Scale (EAS; Carlson et al., 1989; Portuguese version by Moura-Ramos, 2006). The EAS is a 24-item scale developed to assess emotional reactivity. For each of the 24 items, participants mark on a visual analogue scale (VAS) ranging from 0 to 100 mm the intensity of each emotion (e.g., surprised, unhappy, fearful) at the current moment. The rating of each emotion is expressed as the distance in millimetres from the lower scale limit, anchored with “the least possible”. With exception of the happiness subscale, lower values indicate a more positive emotional reactivity. Portuguese version of EAS is sensitive to emotional reactivity variations in non-clinical populations and revealed seven factors related to seven basic emotions (anxiety, happiness, fear, guilt, anger, surprise and sadness), with internal consistency reliability ranging from .73 to .88. In the current sample, alpha values ranged from .54 (Guilt) to .82 (Anxiety).

Adjectival scales – Assessment of the marital and parental domains. These scales present a continuum of adjectives or judgements concerning a specific situation or dimension (Moura-Ramos, 2006) and were developed similarly to the VAS; however, additional intermediate descriptors were included. Respondents select the judgement or adjective that best describes their experience on a seven-point scale (range 1-7; a higher score indicates higher satisfaction/perception). The marital relationship adjectival scale was developed based on the 31st item of Dyadic Adjustment Scale (Spanier, 1976), which assesses marital satisfaction. Satisfaction with relationship with the baby, perception of maternal competence and perception of maternal fulfilment scales were developed by authors and presented mothers with the following questions: “How satisfied do you feel with the relationship with your baby?”, “How competent do you feel taking care of your child?” and “To what extent do you feel, at the current moment, fulfilled as a mother?”

Sociodemographic and obstetric information. Sociodemographic data included age, marital status, education, employment, SES, lifestyle before pregnancy and lifestyle adopted during pregnancy (food, alcohol, tobacco and coffee consumption, sleep pattern, physical activity and time for hobbies/leisure activities). Obstetrical sheet included obstetric antecedents (e.g., history of infertility, abortion in prior pregnancies, prior multiple pregnancies, prior preterm birth) and current pregnancy information (e.g., parity, gestational age, type of delivery, newborn gender, birth weight and Apgar scores).

Data analysis

Analyses were conducted with IBM Statistical Package for the Social Sciences (version 20.0). Descriptive statistics (frequencies, means and standard deviations) were first performed to explore sample’s characteristics as well as lifestyle variables.

McNemar test was used to compare the change of lifestyle behaviours (before and during the current pregnancy). Point biserial correlations were used to examine associations among lifestyle, individual and relational adaptation and obstetric outcomes. Predictors of individual and relational adaptation and obstetric outcomes were examined through hierarchical multiple regression (HMR) analysis with backward selection. Dependent variables were measures of individual and relational adaptation and obstetric outcomes. Predictor variables were lifestyle variables (before and during pregnancy). All reported regression coefficients are standardized coefficients.

To analyse the participants' lifestyle, two additional variables were computed based on the behaviour adopted by them. For questions about healthy eating behaviours, good quality of sleep, physical activity (exercise) and time available for hobbies, positive answers were coded 0 and negative responses were coded 1. For questions about coffee, tobacco or alcohol consumption, the coding of the answers was reversed (Yes = 1; No = 0). The total behaviours were added and yielded two variables: lifestyle before pregnancy and lifestyle adopted during pregnancy. Higher values correspond to a less healthy lifestyle (negative lifestyle).

RESULTS

Characterization of lifestyle and changes during pregnancy

Data on women's lifestyle are presented in Table 1. These data cover aspects such as eating behaviours (in terms of diversity of food), substance use (alcohol, coffee, tobacco, and drugs), sleep patterns, physical activity and hobbies and leisure activities. These parameters were considered in two distinct periods: usual behaviour before pregnancy and behaviour adopted during the current pregnancy.

Comparative analysis between lifestyle before pregnancy and lifestyle adopted during pregnancy revealed a significant difference with regard to average number of meals per day, $t(97) = -11.53, p < .001$. Regarding other lifestyle habits, significant differences were found in relation to a variety of diet/eating behaviours (McNemar test, $p < .001$), tobacco (McNemar test, $p < .05$) and coffee consumption (McNemar test, $p < .001$), and sleep pattern (McNemar test, $p < .001$). Overall, there was an increase in eating frequency and a decrease in other behaviours during pregnancy. Considering the global measure of lifestyle, the decrease in less healthy behaviours was significant, $t(97) = 2.80, p < .01$.

Table 1
Lifestyle Habits before Pregnancy and Adopted during Pregnancy (N = 98)

	Before pregnancy		During pregnancy	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Diverse diet (Yes)	77	78.6	93	94.9
Alcohol (Yes)	0	0.0	0	0.0
Coffee (Yes)	67	68.4	43	43.9
Tobacco (Yes)	15	15.3	8	8.2
Drugs (Yes)	1	1.0	1	1.0
Good sleep (Yes)	82	83.7	59	60.2
Physical exercise (Yes)	56	57.1	60	61.2
Time for hobbies (Yes)	81	82.7	82	83.7
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>
Average number of meals	4.01	0.99	5.35	1.06
Lifestyle (total; range: 0-4)	1.83	1.16	1.53	1.03

Description of individual and relational adaptation

Results of individual and relational adaptation are displayed in Table 2. BSI scores did not reveal particularly high values for psychopathological symptoms. Overall, the highest score was found for *Anxiety*. With respect to emotional reactivity, the seven emotions are presented in order of decreasing intensity. The prevailing emotion was *Happiness*. Scores for emotions *Anxiety* and *Surprise* were also notable. Regarding relational adaptation, results related to marital and parental domains were all high (over 5, and relationship with baby and maternal fulfilment was over 6). Considering that these scales' values ranged between 1 and 7, a markedly positive relational adaptation can be seen.

Table 2
Descriptive Statistics Concerning Psychopathological Symptoms, Emotional Reactivity and Relational Adaptation

	<i>n</i>	Minimum	Maximum	<i>M</i>	<i>SD</i>
<i>Psychopathological symptoms</i>					
Somatization	97	0	2.71	0.54	0.56
Depression	97	0	3.50	0.55	0.71
Anxiety	98	0	4.00	0.74	0.65
<i>Emotional reactivity</i>					
Happiness	95	15	100	75.72	19.72
Anxiety	95	0	82.00	33.14	21.54
Surprise	94	0	90.33	25.23	18.65

Fear	94	0	79.50	16.26	15.94
Guilt	95	2	53.20	15.01	10.43
Sadness	94	0	66.00	14.53	16.51
Anger	95	0	61.33	11.45	12.74
<i>Relational adaptation (marital and parental)</i>					
Marital relationship	92	1	7	5.34	1.19
Relationship with the baby	93	2	7	6.65	0.72
Maternal competence	93	2	7	5.74	0.99
Maternal fulfilment	93	4	7	6.34	0.74

Associations among lifestyle variables before and during pregnancy, individual and relational adaptation and obstetric outcomes

Correlations among lifestyle variables and individual and relational adaptation are presented in Table 3. Overall, healthier lifestyle habits (quality of sleep and time for hobbies) during pregnancy were significantly associated with lower negative emotional reactivity, such as *Anxiety*, *Guilt* and *Sadness*, and higher positive emotional reactivity (*Happiness*). Regarding psychopathological symptoms, a significant and positive correlation was found between coffee consumption (before and during pregnancy) and higher *Somatization* and *Anxiety*. In addition, a significant correlation between smoking during pregnancy and *Depression* was found.

Concerning relational adaptation, the only significant correlations that were found were between healthy eating behaviours prior to pregnancy and *Satisfaction with marital relationship* ($r = -.27, p < .05$) and between healthy eating behaviours during pregnancy and *Perception of maternal competence* ($r = -.23, p < .05$).

In relation to obstetric outcomes, a significant correlation was found between practice of physical exercise during pregnancy and higher gestational age ($r = -.23; p < .05$) and a higher Apgar score at fifth minute ($r = -.22; p < .05$).

Considering the composite measures of lifestyle, a significant association was found between negative lifestyle before pregnancy and *Anxiety* ($r = .24; p < .05$), *Guilt* ($r = .24; p < .05$) and *Sadness* ($r = .28; p < .01$). Significant correlations were found between a negative lifestyle during pregnancy and *Anxiety* ($r = .23; p < .05$), *Happiness* ($r = -.31; p < .01$), *Guilt* ($r = .29; p < .01$), *Anger* ($r = .22; p < .05$) and *Sadness* ($r = .31; p < .01$). Considering the same composite measures, a significant correlation was found between a negative lifestyle during pregnancy and *Satisfaction with marital relationship* ($r = -.21; p < .05$). None of the correlations with obstetric outcomes was statistically significant.

Table 3
Correlations between Lifestyle Variables (Before and Adopted during Pregnancy) and Individual and Relational Adaptation

	Lifestyle during pregnancy											
	Usual lifestyle					Lifestyle during pregnancy						
	FOOD	TOBAC	COFFEE	SLEEP	EXERC	HOBB	FOOD	TOBAC	COFFEE	SLEEP	EXERC	HOBB
<i>Emotional reactivity</i>												
Fear	.05	.11	-.05	.16	.11	.14	-.08	.20	.02	.05	.03	.20
Happiness	.01	-.09	-.11	-.20*	-.01	-.14	-.06	-.25*	-.02	-.19	-.27**	-.02
Anxiety	.05	.13	-.14	.38***	.03	.31**	-.02	.24*	-.11	.26*	-.01	.26*
Guilt	.07	.08	-.05	.34**	.03	.29**	-.02	.27**	.08	.25	.11	.25*
Anger	.08	-.08	.00	.13	.12	.25*	-.05	.09	.04	.07	.19	.17
Surprise	.02	.04	-.02	.14	.01	.16	-.12	.06	.06	.08	-.22*	.25*
Sadness	.14	.02	.07	.29**	.02	.29**	-.04	.28**	.00	.19	-.15	.19
<i>Psychopathological symptoms</i>												
Somatization	.26*	.03	-.31**	.16	-.15	-.00	-.05	.07	-.23*	.08	-.18	.17
Depression	.25*	.12	-.18	.19	-.10	.06	.11	.24*	-.18	.10	.04	.15
Anxiety	.24*	.03	-.27**	.11	-.04	-.01	-.02	.03	-.25*	.01	-.00	.11
<i>Relational adaptation (marital and parental)</i>												
Marital relationship	-.27*	.02	-.06	.03	.00	-.12	-.11	-.02	.00	-.12	-.16	-.12
Relationship with the baby	-.09	.04	.08	.08	-.04	.00	-.15	.05	.01	-.11	.13	.00
Maternal competence	-.17	.11	-.04	-.07	.02	-.07	-.23*	.08	.03	-.16	.13	.02
Maternal fulfilment	.07	.01	.20	-.07	.14	-.11	-.18	.07	.07	-.18	.04	-.16

Note. FOOD: Healthy eating behaviours (0 = Yes; 1 = No); TOBAC: Smoking (0 = No; 1 = Yes); COFFEE: Consumption of coffee (0 = No; 1 = Yes); SLEEP: Good quality of sleep (0 = Yes; 1 = No); EXERC: Physical exercise (0 = Yes; 1 = No); HOBB: Time available to hobbies (0 = Yes; 1 = No). * $p < .05$; ** $p < .01$; *** $p < .001$

Predictors of individual adaptation

To identify the lifestyle factors associated with individual and relational adaptation, several HMR analyses were conducted. Given the large number of regression analyses that were computed, only significant models are presented. In the regression models, only lifestyle variable factors that were significantly associated in the bivariate analyses were included.

Results regarding psychopathological symptoms are shown in Table 4. Higher *Somatization* was significantly predicted by unhealthy eating behaviours before pregnancy, non-consumption of coffee prior to pregnancy and good sleep before pregnancy. These predictors accounted for 22% of the total variance. Approximately 21% of the variance in *Depression* was predicted by unhealthy eating habits before pregnancy, non-consumption of coffee, worse quality of sleep before pregnancy and smoking during pregnancy. Higher *Anxiety* was predicted by unhealthy eating behaviours before pregnancy and non-consumption of coffee before pregnancy ($R^2 = .13$).

Table 4
Final Models of Predictors of Psychopathological Symptoms

	B	SE	β
<i>Somatization</i> , $F(4, 92) = 6.53, p < .001, R^2 = .22$			
Healthy eating behaviours before pregnancy	0.51	0.14	.38**
Consumption of coffee before pregnancy	-0.32	0.11	-.27**
Good quality of sleep before pregnancy	0.29	0.14	.20*
<i>Depression</i> , $F(4, 92) = 5.99, p < .001, R^2 = .21$			
Healthy eating behaviours before pregnancy	0.50	0.17	.29**
Consumption of coffee before pregnancy	-0.30	0.15	-.20*
Good quality of sleep before pregnancy	0.40	0.18	.21*
Smoking during pregnancy	0.65	0.24	.25*
<i>Anxiety</i> , $F(2, 95) = 7.08, p < .01, R^2 = .13$			
Healthy eating behaviours before pregnancy	0.37	0.15	.24*
Consumption of coffee before pregnancy	-0.37	0.13	-.27**

Note. Healthy eating behaviours (0 = Yes; 1 = No); Smoking (0 = No; 1 = Yes); Consumption of coffee (0 = No; 1 = Yes); Good quality of sleep (0 = Yes; 1 = No).

* $p < .05$; ** $p < .01$

Regarding emotional reactivity, six significant models were found (Table 5). Unhealthy eating behaviours before pregnancy, lower quality of sleep before pregnancy, no time available for hobbies before pregnancy, smoking during pregnancy and non-practice of exercise during pregnancy were significant predictors of more negative emotional reactivity after birth. The total explained variance ranged between 10% (*Surprise*) and 32% (*Sadness*).

Table 5
Final Models of Predictors of Emotional Reactivity

	B	SE	β
<i>Anxiety, F(4, 90) = 7.53, p < .001, R² = .25</i>			
Consumption of coffee before pregnancy	-8.07	4.36	-.18
Good quality of sleep before pregnancy	15.47	5.60	.27**
Time for hobbies before pregnancy	12.16	5.56	.21*
Smoking during pregnancy	19.01	7.23	.25*
<i>Happiness, F(4, 90) = 5.01, p < .01, R² = .18</i>			
Physical exercise before pregnancy	7.19	4.24	.18
Time for hobbies before pregnancy	-10.61	5.17	-.20*
Smoking during pregnancy	-16.79	6.80	-.24*
Physical exercise during pregnancy	-14.58	4.34	-.36**
<i>Guilt, F(5, 89) = 6.21, p < .001, R² = .26</i>			
Healthy eating behaviours before pregnancy	5.03	2.42	.20*
Good quality of sleep before pregnancy	8.43	2.74	.30**
Time for hobbies before pregnancy	6.33	2.73	.23*
Smoking during pregnancy	8.15	3.43	.22*
Physical exercise during pregnancy	3.91	2.04	.18
<i>Anger, F(3, 91) = 5.50, p < .01, R² = .15</i>			
Healthy eating behaviours before pregnancy	5.44	3.05	.18
Time for hobbies before pregnancy	11.06	3.36	.33**
Physical exercise during pregnancy	7.61	2.63	.29**
<i>Surprise, F(2, 91) = 4.96, p < .01, R² = .10</i>			
Time for hobbies during pregnancy	-7.49	3.80	-.20
Physical exercise during pregnancy	11.27	5.08	-.22*
<i>Sadness, F(6, 87) = 6.88, p < .001, R² = .32</i>			
Healthy eating behaviours before pregnancy	11.38	3.71	.29**
Smoking before pregnancy	-9.03	4.96	-.20
Good quality of sleep before pregnancy	10.83	4.21	.25*
Time for hobbies before pregnancy	12.07	4.18	.28**
Smoking during pregnancy	20.07	6.55	.34**
Physical exercise during pregnancy	8.28	3.14	.25*

Note. Healthy eating behaviours (0 = Yes; 1 = No); Smoking (0 = No; 1 = Yes); Good quality of sleep (0 = Yes; 1 = No); Physical exercise (0 = Yes; 1 = No); Time available for hobbies (0 = Yes; 1 = No).

* $p < .05$; ** $p < .01$

Predictors of relational adaptation

Regarding relational adaptation, healthy eating behaviours during pregnancy were significantly associated with higher satisfaction with marital relationship as well as with a higher perception of maternal competence and maternal fulfilment (cf. Table 6).

Table 6
Final Models of Predictors of Relational Adaptation

	<i>B</i>	<i>SE</i>	β
<i>Marital satisfaction</i> , $F(3, 85) = 5.23, p < .01, R^2 = .15$			
Healthy eating behaviours during pregnancy	-0.93	0.28	-.33**
Physical exercise during pregnancy	-0.63	0.25	
<i>Maternal competence</i> , $F(1, 91) = 4.90, p < .05, R^2 = .05$			
Healthy eating behaviours during pregnancy	-1.00	0.45	-.23*
<i>Maternal fulfilment</i> , $F(3, 89) = 3.38, p < .05, R^2 = .10$			
Consumption of coffee before pregnancy	0.32	0.16	.20*
Healthy eating behaviours during pregnancy	-0.67	0.33	-.21*

Note. Healthy eating behaviours (0 = Yes; 1 = No); Consumption of coffee (0 = No; 1 = Yes); Physical exercise (0 = Yes; 1 = No).

* $p < .05$; ** $p < .01$

Predictors of obstetric outcomes

Concerning obstetric outcomes, physical exercise during pregnancy significantly predicted higher gestational age ($\beta = -.23, p < .05$). The Apgar score at the fifth minute was significantly associated with non-practice of physical exercise before pregnancy ($\beta = .28, p < .05$) and practice of exercise during pregnancy ($\beta = -.34, p < .01$).

DISCUSSION

In this study, we retrospectively compared lifestyles of adult women before and during pregnancy to identify changes in lifestyle habits and their direction. In addition, this study aimed to assess individual and relational adaptation in transition to motherhood, obstetric outcomes and associations between lifestyle variables and these outcomes. Main findings indicated that a significant and positive change in lifestyle was adopted during pregnancy compared to preceding period. Furthermore, significant associations were found between the adoption of healthy lifestyle habits and lower psychological distress and higher positive emotional reactivity.

In comparison to usual behaviours, women in this study showed a significant and positive change in various aspects of their lifestyle habits during pregnancy, including a more varied diet, a larger number of meals and a reduction in coffee and tobacco consumption. These findings are consistent with prior evidence indicating a change in lifestyle during pregnancy, including adoption of healthier behaviours

(Crozier et al., 2009; Edvardsson et al., 2011). These findings suggest the role of pregnancy as an important stimulus for self-care, not only for emotional issues, such as bonding with the baby, the need to protect the baby and the importance of being responsible for the appropriate development of the child (Canavarro, 2001; Edvardsson et al., 2011), but also for medical prescriptions given during prenatal care (WHO, 2010). Socially widespread conceptions about lifestyle behaviours that should be adopted in pregnancy create expectations in pregnant woman with regard to their compliance (Kendall et al., 2001).

It is noteworthy that none of the participants reported an unhealthier lifestyle during pregnancy compared to their usual lifestyle. This finding seems to indicate that women were somehow sensitized to self-care, even if this is for the baby rather than for themselves. This result is consistent with a prior study that indicated that care for the baby is a mother's duty and takes priority over self-care (Silva, Nakano, Gomes, & Stefanello, 2009). It is also notable that some women continued to consume coffee and tobacco during pregnancy. Women may consider coffee consumption to be a harmless behaviour that is difficult to modify, particularly because this is a widespread habit among women in Portugal. However, it must be noted that adopting healthy lifestyle habits during pregnancy may cause suffering for some women, particularly those who are dependent on alcohol, tobacco or other substances. This phenomenon may have contributed to the observed association between non-consumption of coffee and higher levels of anxiety (as assessed by the BSI). Accordingly, it is possible that consumption of coffee may be a way for these women to cope with anxiety.

In this study, participants reported relatively low scores for psychopathological symptoms. Regarding emotional reactivity, emotions most commonly experienced were happiness, anxiety and surprise. Although anxiety (as assessed by EAS) was high, this was an expected (and normative) result given the time of data collection (two to five days after birth) and the challenges that women face at that time, especially those related to the baby and the need to (re)adapt to the maternal role and to the new routines (Ross & McLean, 2006). Higher scores on positive emotions may reflect the *honeymoon* period described by Wallace and Gotlib (1990), which is commonly experienced immediately after birth and may reflect the array of positive feelings associated with the birth of a child.

With regard to relational adaptation, positive satisfaction with marital relationship and relationship with baby, as well as greater fulfilment as a mother and perceived competence in maternal role were found. Similar to results reported by Wedel, Wall and Maftum (2008), satisfaction with the relationship with the baby, the baby's father and the family were identified among the participants. These findings reinforce previously reported findings among couples regarding the link

between marital adjustment and parenting, particularly those related to the importance of marital satisfaction and partner support during transition to parenthood (Lawrence, Cobb, Rothman, Rothman, & Bradbury, 2008; Twenge, Campbell, & Foster, 2003). This effect may be enhanced if we consider that most of pregnancies in our study were planned. In addition, these results may be due to the time of data collection, particularly the honeymoon period. During this time, women were not yet confronted with most difficulties inherent in the maternal role or marital readjustment that is common in this phase of life cycle. The fact that participants were still in maternity ward (where they may have felt supported by healthcare teams) may also explain these highly positive relational outcomes.

Adopting a healthier lifestyle tends to relieve feelings of fear and concerns about baby's health (Öhman, Grunewald, & Waldenström, 2003), relieves discomfort and increases the well-being of pregnant women (Da Costa et al., 2003) and ensures an enabling environment for foetal development (Conde et al., 2011). In line with this notion, in the correlational analyses, healthier lifestyle habits during pregnancy were associated with fewer psychological symptoms and positive emotional reactivity. In particular, specific lifestyle habits during pregnancy (e.g., healthy eating behaviours, practice of physical exercise, non-consumption of coffee and smoking) were significantly and negatively associated with lower levels of psychological symptoms (anxiety, somatization and depression) and more positive relational adaptation. Overall, lifestyle habits before pregnancy were less or non-significantly associated with indicators of individual and relational adaptation to motherhood and obstetric outcomes than with those adopted during pregnancy. Although this may not be considered a causal relationship, this finding reinforces the need for comprehensive prenatal care of pregnant women so they can make necessary changes in their lifestyle to address the specificities of this period and to achieve better physical and emotional outcomes after their child's birth.

When examining the different lifestyle habits that contribute to explaining study outcomes, some aspects of both the ordinary lifestyle and the pregnancy lifestyle are noteworthy. Although the usual lifestyle appears to be less relevant regarding study outcomes than the lifestyle adopted during pregnancy, when considering the prediction of study outcomes, different components of lifestyle before pregnancy (e.g., unhealthier eating habits, sleep patterns, non-consumption of coffee) compared to those adopted during pregnancy stood out as significant predictors of individual adaptation. Accordingly, it is possible that successful adaptation to pregnancy and transition to motherhood is being developed before pregnancy through a healthy lifestyle. Furthermore, it is plausible that women who usually adopt a healthy lifestyle may be those with less emotional distress and, therefore, those who are more prone to self-care. As there is some evidence that aspects related to the mood

of pregnant woman may interfere with health practices (Lindgren, 2001; McKee, Cunningham, Jankowski, & Zayas, 2001; Orr, Blazer, James, & Reiter, 2007), it would be important to analyse whether lifestyle habits are a predictor or precursor of psychological distress. In this study, the difficulty of identifying this association may be due to the retrospective assessment of lifestyle habits before pregnancy. Thus, participants' perceptions may not be entirely accurate. To overcome this limitation, prospective longitudinal studies would be particularly valuable.

Regarding the association between some lifestyle habits and individual adaptation, it is important to note the consumption of tobacco and coffee during pregnancy and its association with higher depression and somatization and with anxiety, respectively. To some extent, these are expected associations because it has been suggested that these behaviours may be a way of coping with emotional difficulties (Afonso & Pereira, 2013). It is possible that women with more emotional difficulties may have fewer opportunities to change these habits, which may be viewed as an important strategy for dealing with emotional distress. These findings are consistent with those reported by a recent study that found that the association between continuing smoking during pregnancy and depression was uniform across 15 European countries (Smedberg, Lupattelli, Mardby, Overland, & Nordeng, 2015). The association between coffee consumption and increased anxiety is in line with a recent review that reported an association between heavy coffee consumption and anxiety (Tenore et al., 2015).

The association found between unhealthy eating habits before pregnancy and satisfaction with marital relationship is consistent with the relationship between marital satisfaction and physical health that was identified in a recent longitudinal study with 20 years of follow-up (Miller, Hollist, Olsen, & Law, 2013). It is possible that women who perceive their marital relationship as more satisfying tend to adopt healthier eating habits, both for themselves and for their partners, not only for health care but also for reasons related to personal care and concerns about physical appearance. Conversely, the association between healthy eating habits during pregnancy and the perception of maternal competence may be due, to a degree, to these women's sense of responsibility. Because they are adopting healthy eating habits, this may mean that they are taking care of their own and their baby's health.

A notable finding in this study was the importance of physical activity for maternal individual and obstetric outcomes, which is in line with prior studies (e.g., Evenson et al., 2002; Foxcroft et al., 2011; Leiferman & Evenson, 2003). Our findings are consistent with those reported by Da Costa et al. (2003), which suggested an association between participation in recreational sporting activities and the psychological well-being of pregnant women. These findings are also in agreement with a literature review by Poudevigne and O'Connor (2006) that confirmed the link between physical activity by pregnant women and their mental health, specifi-

cally the presence or absence of mood disorders. Moreover, the practice of physical activity of low to moderate intensity, both before and during pregnancy, may have positive emotional and physiological effects and may contribute to physical health and ensure appropriate conditions for the proper conduct of pregnancy, intrauterine growth and the full baby development (Nascimento, Surita, & Cecatti, 2012).

The quality of sleep is reduced during pregnancy compared to preceding period. This is a common finding in this population and is even expected during this period, particularly because of typical physical changes of pregnancy (Hedman et al., 2002; Palagini et al., 2014). In this study, better quality of sleep before pregnancy predicted lower anxiety and depression as well as less negative emotional reactivity. This finding is partially consistent with prior evidence showing that sleep quality is a significant predictor of more intense symptoms of depression throughout pregnancy (Skouteris et al., 2008). Pregnant women who reported lower quantity and quality of sleep since the beginning of pregnancy reported higher perceived stress and a higher risk of developing depressive symptoms (Okun et al., 2013). In addition, our findings are consistent with those found in a populational Australian study that indicated that sleep problems are predictors of depression and anxiety in female population (Jackson, Sztendur, Diamond, Byles, & Bruck, 2014). Although the present study considered the subjective perception of sleep quality, research conducted with women in transition to motherhood indicated a stronger association between quality of sleep's subjective perception and mood problems compared with an objective measure of sleep (Coo, Milgrom, & Trinder, 2014).

This study is not without limitations. First, the lifestyle prior to pregnancy and the lifestyle adopted during this period were assessed retrospectively, which may have introduced some bias in participants' responses. Prospective studies would be more appropriate for a more accurate assessment of aspects examined in this study. Similarly, puerperal period has its own peculiarities in terms of individual and relational adaptation. Thus, longitudinal studies would enhance knowledge of the nuances of this adaptation process across the transition to motherhood. Similarly, given the relatively small sample size and because the study participants represent a specific population recruited by convenience, generalization of these findings is limited. For example, it is likely that conducting a study with women of low socioeconomic status or lower education or even with women in developing countries where antenatal coverage may be lower may reveal a different pattern of associations. It would also be interesting to replicate this study with women whose babies present less favourable health conditions or with women with severe emotional difficulties prior or during pregnancy to better understand the associations found in this study. Future studies could also employ specific measures to assess marital relationship and social support network. Finally, in this study,

several analyses were conducted, which may have increased the Type I error, by increasing the probability of finding significant results. However, as corrections methods available would decrease the power of the statistical tests, they were not used. This should be taken into account when interpreting these findings.

Despite these limitations, this study offers an important contribution to existing research. In particular, the assessment of different components of lifestyle and their association with diverse indicators of individual and relational adaptation as well as with obstetric outcomes is an important attempt to establish a broader understanding of women's adaptation in transition to motherhood. To date and to our knowledge, there are no studies of lifestyle that have covered such a large and diverse number of variables associated with this construct and have examined their association with emotional, relational and obstetric outcomes. This study highlights the importance of adopting a multidimensional approach to study adaptation during transition to parenthood as the often dominant assessment of psychopathological symptoms may obscure other important aspects of the emotional experience after childbirth. This study also reinforces the importance of discussing with pregnant women the relevance of adopting healthier lifestyle habits, not only on behalf of the baby's health but also because this may contribute to women's own well-being and adaptation during this demanding period of life.

In sum, this study shows that the adoption of healthy lifestyle habits during pregnancy is associated with better outcomes of emotional health, whereas women who report more emotional difficulties are less likely to adopt a healthy lifestyle during pregnancy, particularly with regard to smoking and non-practice of physical activity. These findings suggest the need for continuous and attentive monitoring of pregnant women with any type and level of addiction and those who may show more difficulty in changing customary behaviours during pregnancy that may lead to additional risks to the baby as well as to themselves. Because the attitudes of lack of care for oneself and for the baby may also indicate the presence of different levels of emotional difficulties, implementation of mental health-promoting interventions may be particularly valuable. Hence, it is important to study lifestyle from a psychosocial perspective to better understand the health behaviours adopted by women during pregnancy and to assist them, whenever necessary, in proper changes in lifestyle without judgements or based on socially transmitted preconceptions. In this context, intervention programmes aimed at changing lifestyle during or even before pregnancy are particularly relevant as a means of preparation through health information and knowledge (Elsinga et al., 2008). This strategy is important for improving obstetric outcomes by encouraging women to adopt healthy behaviours (including changes in lifestyle habits) as well as for early identification of risk factors for adverse pregnancy outcomes (Whitworth & Dowswell, 2009).

REFERENCES

- Abdel-Latif, M. E., Bajuk, B., Lui, K., Oei, J., & NSW on ACT Neonatal Intensive Care Units' Study (NICUS) Group. (2007). Short-term outcomes of infants of substance-using mothers admitted to neonatal intensive care units in New South Wales and the Australian Capital Territory. *Journal of Paediatrics and Child Health*, 43(3), 127-133. doi: 10.1111/j.1440-1754.2007.01031.x
- Afonso, F., & Pereira, M. G. (2013). Morbilidade, suporte do parceiro e representações do tabaco em fumantes e abstinentes. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 13(3), 1068-1088.
- Bakker, R., Steegers, E. A., Obradov, A., Raat, H., Hofman, A., & Jaddoe, V. W. (2010). Maternal caffeine intake from coffee and tea, fetal growth, and the risks of adverse birth outcomes: The Generation R Study. *The American Journal of Clinical Nutrition*, 91(6), 1691-1698. doi: 10.3945/ajcn.2009.28792
- Barros, P. P. (2003). Estilos de vida e estado de saúde: Uma estimativa da função de produção de saúde. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 3, 7-17.
- Bech, B. H., Nohr, E. A., Vaeth, M., Henriksen, T. B., & Olsen, J. (2005). Coffee and fetal death: A cohort study with prospective data. *American Journal of Epidemiology*, 162(10), 983-990. doi: 10.1093/aje/kwi317
- Buscicchio, G., Piemontese, M., Gentilucci, L., Ferretti, F., & Tranquilli, A. L. (2012). The effects of maternal caffeine and chocolate intake on fetal heart rate. *Journal of Maternal-Fetal and Neonatal Medicine*, 25(5), 528-530. doi: 10.3109/14767058.2011.636104
- Canavarro, M. C. (2001). Gravidez e maternidade: Representações e tarefas de desenvolvimento. In M. C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 323-359). Coimbra: Quarteto.
- Canavarro, M. C. (2007). Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI): Uma revisão crítica dos estudos realizados em Portugal. In M. R. Simões, C. Machado, M. Gonçalves & L. Almeida (Coord.), *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população Portuguesa*, (vol. III, pp. 305-331). Coimbra: Quarteto Editora.
- Carlson, C. R., Collins, F. L., Stewart, J. F., Porzelius, J., Nitz, J. A., & Lind, C. O. (1989). The assessment of emotional reactivity: A scale development and validation study. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 11(4), 313-325. doi: 10.1007/BF00961530
- Chiriboga, C. A., Kuhn, L., & Wasserman, G. A. (2007). Prenatal cocaine exposures and dose-related cocaine effects on infant tone and behavior. *Neurotoxicology and Teratology*, 29(3), 323-330. doi: 10.1016/j.ntt.2006.12.002
- Conde, A., Teves, C., & Figueiredo, B. (2011). Maternal coffee intake and associated risk factors: Effects on fetal growth and activity. *Acta Médica Portuguesa*, 24(2), 241-248.
- Coo, S., Milgrom, J., & Trinder, J. (2014). Mood and objective and subjective measures of sleep during late pregnancy and the postpartum period. *Behavioral Sleep Medicine*, 12(4), 317-330. doi: 10.1080/15402002.2013.801348
- Coutinho, E. C., Silva, C. B., Chaves, C. M. B., Nelas, P. A., Parreira, V. B., Amaral, M. O., & Duarte, J. C. (2014). Pregnancy and childbirth: What changes in the lifestyle of women who become mothers? *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 48(2), 17-24. doi: 10.1590/S0080-623420140000800004
- Crozier, S. R., Robinson, S. M., Borland, S. E., Godfrey, K. M., Cooper, C., Inskip, H. M., & SWS Study Group. (2009). Do women change their health behaviours in pregnancy? Findings from the Southampton Women's Survey. *Paediatric and Perinatal Epidemiology*, 23(5), 446-453. doi: 10.1111/j.1365-3016.2009.01036.x
- Cunha Filho, H. (2005). Necessidades de intervenção no consumo de álcool, tabaco e outras drogas em Portugal. *Intervenção em Saúde*, 23(2), 77-88.

- Da Costa, D., Brender, W., & Larouche, J. (1998). A prospective study of the impact of psychosocial and lifestyle variables on pregnancy complications. *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 19(1), 28-37. doi: 10.3109/01674829809044218
- Da Costa, D., Rippen, N., Dritsa, M., & Ring, A. (2003). Self-reported leisure-time physical activity during pregnancy and relationship to psychological well-being. *Journal of Psychosomatic Obstetrics & Gynecology*, 24(2), 111-119. doi: 10.3109/01674820309042808
- Davenport, M. H., Ruchat, S., Giroux, I., Sopper, M. M., & Mottola, M. F. (2013). Timing of excessive pregnancy-related weight gain and offspring adiposity at birth. *Obstetrics and Gynecology*, 122(2), 255-261. doi: 10.1097/AOG.0b013e31829a3b86
- Davies, G. A., Wolfe, L. A., Mottola, M. F., MacKinnon, C., Arseneault, M. Y., Bartellas, E., ... Trudeau F. (2003). Exercise in pregnancy and the postpartum period. *Journal of Obstetrics and Gynaecology Canada*, 25(6), 516-529. doi: 10.1016/S1701-2163(16)30313-9
- Dekker, G. A., Lee, S. Y., North, R. A., McCowan, L. M., Simpson, N. A. B., & Roberts, C. T. (2012). Risk factors for preterm birth in an international prospective cohort of nulliparous women. *PLoS ONE* 7(7), 39154. doi: 10.1371/journal.pone.0039154
- Derogatis, L. R. (1993). *BSI: Brief Symptom Inventory: Administration, scoring and procedures manual*. Minneapolis: Natural Computers System.
- Domingues, M. R., Barros, A. J., & Matijasevich, A. (2008). Leisure time physical activity during pregnancy and preterm birth in Brazil. *International Journal of Gynaecology and Obstetrics*, 103(1), 9-15. doi: 10.1016/j.ijgo.2008.05.029
- Edvardsson, K., Ivarsson, A., Eurenus, E., Garvare, R., Nyström, M. E., Small, R., & Mogren, I. (2011). Giving offspring a healthy start: Parents' experiences of health promotion and lifestyle change during pregnancy and early parenthood. *BMC Public Health*, 11, 936. doi: 10.1186/1471-2458-11-936
- Elsinga, J., Jong-Potjer, L. C., van der Pal-de Bruin, K. M., Cessie, S., Assendelft, W. J., & Buitendijk, S. E. (2008). The effect of preconception counselling on lifestyle and other behaviour before and during pregnancy. *Women's Health Issues*, 18 (Suppl. 6), S117-S125. doi: 10.1016/j.whi.2008.09.003
- Evenson, K. R., Siega-Riz, A. M., Savitz, D. A., Leiferman, J. A., & Thorp, J. M. Jr. (2002). Vigorous leisure activity and pregnancy outcomes. *Epidemiology*, 13(6), 653-659. doi: 10.1097/01.EDE.0000021463.45041.95
- Forno, E., Young, O. M., Kumar, R., Simhan, H., & Celedón, J. C. (2014). Maternal obesity in pregnancy, gestational weight gain, and risk of childhood asthma. *Pediatrics*, 134(2), 535-546. doi: 10.1542/peds.2014-0439
- Foxcroft, K. F., Rowlands, I. J., Byrne, N. M., McIntyre, H. D., Callaway, L. K., & The Bambino Group (2011). Exercise in obese pregnant women: The role of social factors, lifestyle, and pregnancy symptoms. *BMC Pregnancy and Childbirth*, 11. doi: 10.1186/1471-2393-11-4
- Gao, W., Paterson, J., Carter, S., & Percival, T. (2006). Risk factors for preterm and small-for-gestational-age babies: A cohort from the Pacific Islands Family Study. *Journal of Paediatrics and Child Health*, 42(12), 785-792. doi: 10.1111/j.1440-1754.2006.00978.x
- Hammoud, A. O., Gibson, M., Peterson, C. M., Meikle, A. W., & Carrell, D. T. (2008). Impact of male obesity on infertility: A critical review of the current literature. *Fertility and Sterility*, 90(4), 897-904. doi: 10.1016/j.fertnstert.2008.08.026
- Hedman, C., Pohjasvaara, T., Tolonen, U., Suhonen-Malm, A. S., & Myllyla, V. V. (2002). Effects of pregnancy on mothers' sleep. *Sleep Medicine*, 3(1), 37-42. doi: 10.1016/S1389-9457(01)00130-7
- Hegaard, H. K., Damm, P., Hedegarrd, M., Henriksen, T. B., Ottesen, B., Dykes, A., & Kjaergaard, H. (2011). Sports and leisure time physical activity during pregnancy in nulliparous women. *Maternal Child Health Journal*, 15(6), 806-813. doi: 10.1007/s10995-010-0647-y

- Jackson, D. J., Batiste, E., & Rendall-Mkosi, K. (2007). Effect of smoking and alcohol use during pregnancy on the occurrence of low birth weight in a farming region in South Africa. *Pediatric and Perinatal Epidemiology*, 21(5), 432-440. doi: 10.1111/j.1365-3016.2007.00847.x
- Jackson, M. L., Sztendur, E. M., Diamond, N. T., Byles, J. E., & Bruck, D. (2014). Sleep difficulties and the development of depression and anxiety: a longitudinal study of young Australian women. *Archives of Women's Mental Health*, 17(3), 189-198. doi: 10.1007/s00737-014-0417-8
- Jaroszk, M., Wierzejska, R., & Siuba, M. (2012). Maternal caffeine intake and its effect on pregnancy outcomes. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology*, 160(2), 156-160. doi: 10.1016/j.ejogrb.2011.11.021
- Kaneita, Y., Tomofumi, S., Takemura, S., Suzuki, K., Yokoyama, E., Miyake, T., ... Ohida, T. (2007). Prevalence of smoking and associated factors among pregnant women in Japan. *Preventive Medicine*, 45(1), 15-20. doi: 10.1016/j.ypmed.2007.04.009
- Kendall, A., Olson, C. M., & Frongillo, E. A. (2001). Evaluation of psychosocial measures for understanding weight-related behaviors in pregnant women. *Annals of Behavior Medicine*, 23, 50-58. doi: 10.1207/S15324796ABM2301_8
- Lawrence, E., Cobb, R. J., Rothman, A. D., Rothman, M. T., & Bradbury, T. N. (2008). Marital satisfaction across the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 22(1), 41-50. doi: 10.1037/0893-3200.22.1.41
- Lee, K. A., & Gay, C. L. (2004). Sleep in late pregnancy predicts length of labor and type of delivery. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 191(6), 2041-2046. doi: 10.1016/j.ajog.2004.05.086
- Leiferman, J. A., & Evenson, K. R. (2003). The effect of regular leisure physical activity on birth outcomes. *Maternal and Child Health Journal*, 7(1), 59-64. doi: 10.1023/A:1022545718786
- Lewis, B. A., & Kennedy, B. F. (2011). Effects of exercise on depression during pregnancy and postpartum: A review. *American Journal of Lifestyle Medicine*, 5(4), 370-378. doi: 10.1177/1559827610392891
- Lindgren, K. (2001). Relationships among maternal-fetal attachment, prenatal depression, and health practices in pregnancy. *Research in Nursing & Health*, 24(3), 203-217. doi: 10.1002/nur.1023
- Liu, J., Laditka, J. N., Mayer-Davis, E. J., & Pate, R. R. (2008). Does physical activity during pregnancy reduce the risk of gestational diabetes among previously inactive women? *Birth*, 35(3), 188-195. doi: 10.1111/j.1523-536X.2008.00239.x
- Lu, Y., Tong, S., & Oldenburg, B. (2001). Determinants of smoking and cessation during and after pregnancy. *Health Promotion International*, 16(4), 355-365. doi: 10.1093/heapro/16.4.355
- Macedo, M., & Precioso, J. (2004). Plano global de prevenção do tabagismo do Município de Braga. *Revista Portuguesa de Pneumologia*, 10(4), 269-285. doi: 10.1016/S0873-2159(15)30587-0
- Marquez-Sterling, S., Perry, A. C., Kaplan, T. A., Halberstein, R. A., & Signorile, J. F. (2000). Physical and psychological changes with vigorous exercise in sedentary primigravidae. *Medicine & Science in Sports & Exercise*, 32(1), 58-62.
- McKee, M. D., Cunningham, M., Jankowski, K. R., & Zayas, L. (2001). Health-related functional status in pregnancy: Relationship to depression and social support in a multi-ethnic population. *Obstetrics & Gynecology*, 97(6), 988-993.
- Miller, R. B., Hollist, C. S., Olsen, J., & Law, D. (2013). Marital quality and health over 20 years: A growth curve analysis. *Journal of Marriage and Family*, 75(3), 667-680. doi: 10.1111/jomf.12025
- Milosevic-Djordjevic, O., Grujicic, D., Arenjevic, S., Brkic, M., Ugrinovic, S., Markinkovic, D. (2007). Micronuclei in cord blood lymphocytes as a biomarker of transplacental exposure to environmental pollutants. *Tohoku Journal of Experimental Medicine*, 213(3), 231-239. doi: 10.1620/tjem.213.231

- Moura-Ramos, M. (2006). *Adaptação materna e paterna ao nascimento de um filho: Percursos e contextos de influência* (Unpublished master thesis). University of Coimbra, Coimbra.
- Mudd, L. M., Pivarnik, J. M., Pfeiffer, K. A., Paneth, N., Chung, H., & Holzman, C. (2015). Maternal physical activity during pregnancy, child leisure-time activity, and child weight status at 3 to 9 years. *Journal of Physical Activity & Health, 12*(4), 506-514. doi: 10.1123/jpah.2013-0173
- Nascimento, S. L., Surita, F. G., & Cecatti, J. G. (2012). Physical exercise during pregnancy: A systematic review. *Current Opinion in Obstetrics & Gynecology, 24*(6), 387-394. doi: 10.1097/GCO.0b013e328359f131
- Nulman, I., Rovet, J., Kennedy, D., Wasson, C., Gladstone, J., Fried, S., & Koren, G. (2004). Binge alcohol consumption by non-alcohol – dependent women during pregnancy affects child behaviour, but not general intellectual functioning: A prospective controlled study. *Archives of Women's Mental Health, 7*(3), 173-181. doi: 10.1007/s00737-004-0055-7
- O'Keeffe, L. M., Kearney, P. M., Greene, R. A., Zuccolo, L., Tilling, K., Lawlor, D. A., & Howe, L. D. (2015). Maternal alcohol use during pregnancy and offspring trajectories of height and weight: A prospective cohort study. *Drug and Alcohol Dependence, 153*, 323-329. doi: 10.1016/j.drugalcdep.2015.02.035
- Öhman, S. G., Grunewald, C., & Waldenström, U. (2003). Women's worries during pregnancy: Testing the Cambridge Worry Scale on 200 Swedish women. *Scandinavian Journal of Caring Sciences, 17*(2), 148-152. doi: 10.1046/j.1471-6712.2003.00095.x
- Okun, M. L., Kline, C. E., Roberts, J. M., Wettlaufer, B., Glover, K., & Hall, M. (2013). Prevalence of sleep deficiency in early gestation and its associations with stress and depressive symptoms. *Journal of Women's Health, 22*(12), 1028-1037. doi: 10.1089/jwh.2013.4331
- Orr, S. T., Blazer, D. G., James, S. A., & Reiter, J. P. (2007). Depressive symptoms and indicators of maternal health status during pregnancy. *Journal of Women's Health, 16*(4), 535-542. doi: 10.1089/jwh.2006.0116
- Palagini, L., Gemignani, A., Banti, S., Manconi, M., Mauri, M., & Riemann, D. (2014). Chronic sleep loss during pregnancy as a determinant of stress: Impact on pregnancy outcome. *Sleep Medicine, 15*(8), 853-859. doi: 10.1016/j.sleep.2014.02.013
- Pereira, M. A., Rifas-Shiman, S. L., Kleinman, K. P., Rich-Edwards, J. W., Peterson, K. E., & Gilman, M. W. (2007). Predictors of change in physical activity during and after pregnancy: Project Viva. *American Journal of Preventive Medicine, 32*(4), 312-319. doi: 10.1016/j.amepre.2006.12.017
- Petrella, E., Facchinetti, F., Bertarini, V., Pignatti, L., Neri, I., & Battistini, N. C. (2013). Occurrence of pregnancy complications in women with BMI >25 submitted to a healthy lifestyle and eating habits program. *American Journal of Obstetrics and Gynecology, 208*(S33-S34). doi: 10.1016/j.ajog.2012.10.229
- Pottinger, A. M., Trotman Edwards, H., & Younger, N. (2009). Detecting depression during pregnancy and associated lifestyle practices and concerns among women in a hospital-based obstetric clinic in Jamaica. *General Hospital Psychiatry, 31*(3), 254-261. doi: 10.1016/j.genhosppsy.2009.02.002
- Poudevigne, M. S., & O'Connor, P. J. (2006). A review of physical activity patterns in pregnant women and their relationship to psychological health. *Sports Medicine, 36*(1), 19-38. doi: 10.2165/00007256-200636010-00003
- Ramlau-Hansen, C. H., Thulstrup, A. M., Bonde, J. P., Olsen, J., & Bech, B. H. (2008). Semen quality according to prenatal coffee and present caffeine exposure: Two decades of follow-up of a pregnancy cohort. *Human Reproduction, 23*(12), 2799-2805. doi: 10.1093/humrep/den331
- Riman, T., Dickman, P. W., Nilsson, S., Nordlinder, H., Magnusson, C. M., & Persson, I. R. (2004). Some life-style factors and the risk of invasive epithelial ovarian cancer in Swedish women. *European Journal of Epidemiology, 19*(11), 1011-1019. doi: 10.1007/s10654-004-1633-8

- Ross, L. E., & McLean, L. M. (2006). Anxiety disorders during pregnancy and the postpartum period: A systematic review. *Journal of Clinical Psychiatry*, 67(8), 1285-1298.
- Saftlas, A. F., Sackett, N. L., Wang, W., Woolson, R., & Bracken, M. B. (2004). Work, leisure-time physical activity, and risk of preeclampsia and gestational hypertension. *American Journal of Epidemiology*, 160(8), 758-765. doi: 10.1093/aje/kwh277
- Shankaran, S., Das, A., Bauer, C. R., Bada, H. S., Lester, B., Wright, L. L., & Smeriglio, V. (2004). Association between patterns of maternal substance use and infant birth weight, length, and head circumference. *Pediatrics*, 114(2), 226-234. doi: 10.1542/peds.114.2.e226
- Shankaran, S., Lester, B. M., Das, A., Bauer, C. R., Bada, H. S., Lagasse, L., & Higgins, R. (2007). Impact of maternal substance use during pregnancy on childhood outcomes. *Seminars in Fetal and Neonatal Medicine*, 12(2), 143-150. doi: 10.1016/j.siny.2007.01.002
- Silva, L. A., Nakano, A. S., Gomes, F. A., & Stefanello, J. (2009). Significados atribuídos por puérperas adolescentes à maternidade: autocuidado e cuidado com o bebê. *Texto Contexto Enferm, Florianópolis*, 18(1), 48-56. doi: 10.1590/S0104-07072009000100006
- Skouteris, H., Germano, C., Wertheim, E. H., Paxton, S. J., & Milgrom, J. (2008). Sleep quality and depression during pregnancy: A prospective study. *Journal of Sleep Research*, 17(2), 217-220. doi: 10.1111/j.1365-2869.2008.00655.x
- Smedberg, J., Lupattelli, A., Mardby, A., Overland, S., & Nordeng, H. (2015). The relationship between maternal depression and smoking cessation during pregnancy - A cross-sectional study of pregnant women from 15 European countries. *Archives of Women's Mental Health*, 18(1), 73-84. doi: 10.1007/s00737-014-0470-3
- Smith, L. M., LaGasse, L. L., Derauf, C., Gran, P., Shah, R., Arria, A., ... Lester, B. M. (2008). Prenatal methamphetamine use and neonatal behaviour outcome. *Neurotoxicology and Teratology*, 30(1), 20-28. doi: 10.1016/j.ntt.2007.09.005
- Sorensen, T. K., Williams, M. A., Lee, I., Dashow, E. E., Thompson, M. L., & Luthy, D. A. (2003). Recreational physical activity during pregnancy and risk of preeclampsia. *Hypertension*, 41(6), 1273-1280. doi: 10.1161/01.HYP.0000072270.82815.91
- Spanier, G. B. (1976). Measuring dyadic adjustment: New scales for assessing the quality of marriage and similar dyads. *Journal of Marriage and Family*, 38(1), 15-28. doi: 10.2307/350547
- Stelmach, W., Kaczmarczyk-Chalas, K., Bielecki, W., & Drygas, W. (2005). How education, income, control over life and life style contribute to risk factors for cardiovascular disease among adults in a post-communist country. *Public Health*, 119(6), 498-508. doi: 10.1016/j.puhe.2004.09.006
- Tendais, I., Figueiredo, B., Mota, J., & Conde, A. (2011). Physical activity, health-related quality of life and depression during pregnancy. *Cadernos de Saúde Pública*, 27(2), 219-228. doi: 10.1590/S0102-311X2011000200003
- Tenore, G., Daglia, M., Orlando, V., Urso, E., Hassan Saadat, S., Novellino, E., ... Mohammad Nabavi, S. (2015). Coffee and depression: A short review of literature. *Current Pharmaceutical Design*, 21(34), 5034-5040. doi: 10.2174/1381612821666150825145112
- Twenge, J. M., Campbell, W. K., & Foster, C. A. (2003). Parenthood and marital satisfaction: A meta-analytic review. *Journal of Marriage and Family*, 65(3), 574-583. doi: 10.1111/j.1741-3737.2003.00574.x
- van Gelder, M. M., Reefhuis, J., Caton, A. R., Werler, M. M., Druschel, C. M., & Roeleveld, N. (2009). Maternal periconceptional illicit drug use and the risk of congenital malformations. *Epidemiology*, 20(1), 60-66. doi: 10.1097/EDE.0b013e31818e5930
- Wallace, P., & Gotlib, I. A. (1990). Marital adjustment during the transition to parenthood: Stability and predictors of change. *Journal of Marriage and the Family*, 52(1), 21-29. doi: 10.2307/352834

- Wedel, H. E., Wall, M. L., & Maftum, M. A. (2008). Sentimentos da mulher na transição gestação- -puerpério. *Nursing*, *11*(126), 501-506.
- Weng, X., Odouli, R., & Li, D. (2008). Maternal caffeine consumption during pregnancy and the risk of miscarriage: A prospective cohort study. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, *198*(3), 279.e1-279.e8. doi: 10.1016/j.ajog.2007.10.803
- Whitworth, M., & Dowswell, T. (2009). Routine pre-pregnancy health promotion for improving pregnancy outcomes. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, *4*, CD007536. doi: 10.1002/14651858.CD007536.pub2
- Wisborg, K., Kesmodel, U., Bech, B. H., Hedegaard, M., & Henriksen, T. B. (2002). Maternal consumption of coffee during pregnancy and stillbirth and infant death in first year of life: Prospective study. *BMJ*, *326*, 1-4. doi: 10.1136/bmj.326.7386.420
- World Health Organization (1998). *Health promotion glossary*. Geneva. Retrieved May 15th, 2016, from <http://www.who.int/healthpromotion/about/HPR%20Glossary%201998.pdf>
- World Health Organization (2010). *Trabajando con individuos, familias y comunidades para mejorar la salud materna y neonatal*. Retrieved May 15th, 2016, from http://whqlibdoc.who.int/hq/2010/WHO_MPS_09.06_spa.pdf
- Zhang, C., Solomon, C. G., Manson, J. E., & Hu, F. B. (2006). A prospective study of pregravid physical activity and sedentary behaviors in relation to the risk for gestational diabetes mellitus. *Archives of Internal Medicine*, *166*(5), 543-548. doi: 10.1001/archinte.166.5.543

(Página deixada propositadamente em branco)

Resumos – PsihD

Resumos da 1ª Mostra de Doutoramento em Psicologia – PsihD Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Coimbra Coimbra, Novembro de 2017

A PsihD – 1ª Mostra de Doutoramento em Psicologia decorreu a 6 de Novembro de 2017 e pretendeu ser um espaço de discussão científica e disseminação das investigações em desenvolvimento no âmbito do doutoramento em Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra – FPCEUC.

O evento integrou o conjunto de atividades que decorreram no âmbito das comemorações do 37º aniversário da FPCEUC e dos 40 anos de Psicologia na Universidade de Coimbra.

Os resumos apresentados neste número da Revista Psychologica refletem a diversidade de propostas científicas, quer das áreas temáticas, quer dos momentos do percurso de investigação.

COMISSÃO CIENTÍFICA – Coordenador do Doutoramento em Psicologia, Joaquim Pires Valentim e Comissão de Coordenação do Doutoramento em Psicologia, Maria Cristina Canavarro, Maria Paula Paixão, Maria Salomé Pinho, Teresa Rebelo e Bruno Cecílio de Sousa

COMISSÃO ORGANIZADORA – Ana Rita Martins, Catarina Calado, Diana Ribeiro da Silva, Dulce Pereira, Lénia Amaral, Magda Jordão, Maria João Martins, Roberta Frontini e Susana Pereira

Implementation of a project about dyadic dimensions in sexual behaviours and motivations for childbearing among serodiscordant couples living with HIV in Portugal

Alexandra Martins, Maria Cristina Canavarro e Marco Pereira

Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Heterosexual transmission continues to be the most common route of HIV infection in Portugal, and often occurs within stable relationships. Serodiscordant couples confronted with HIV may face significant challenges; however, few studies have been conducted on HIV in the context of close relationships, particularly focusing on interpersonal variables and adopting a dyadic approach. To strengthen this couple-based approach, research must consider the relationship dynamics that contribute to the involvement in high-risk sexual behaviours related to HIV, and the motivations for childbearing and reproductive decisions. This work aims to present the implementation of a research project that was designed to understand and assess the psychosocial consequences of HIV serodiscordancy among heterosexual couples over time, regarding its impact on the individual and dyadic adjustment, on sexual behaviours and choices, as well as on the individual and shared reproductive decisions, emphasizing the importance of considering dyadic effects. This research project assesses both members of the couple and uses a prospective longitudinal design. The data collection is being carried out online and in the main departments of infectious diseases of Portuguese hospitals, using an assessment protocol that includes a questionnaire about sociodemographic and clinical data and self-reported questionnaires on individual and interpersonal variables, psychosocial adjustment, and relationship outcomes. The expected results of this study aim to define recommendations that will provide the development and implementation of specific interventions to help couples making informed decisions about HIV prevention and future fertility, and to support them in coping with the infection and maintaining a healthy and mutual supportive relationship.

Keywords: HIV infection; serodiscordant couples; high-risk sexual behaviours; motivations for childbearing

A violência conjugal na transição para a maternidade: Compreensão e intervenção com base nos contributos da psicologia evolucionária

Ana Rita Morais Martins, Daniel Rijo e Maria Cristina Canavarro

Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

O crescente reconhecimento da Violência Conjugal (VC) enquanto crime público, as elevadas taxas de incidência e o comprovado impacto adverso na saúde da vítima, principalmente durante fases de maior vulnerabilidade do ciclo de vida, como a maternidade, tornam prioritária a investigação e intervenção com grávidas vítimas. Apesar dos avanços sociais e jurídico-legais na caracterização do fenómeno e da implementação de medidas de apoio judicial, social e emocional imediato às vítimas, não existem modelos psicológicos específicos explicativos do impacto da VC na adaptação à maternidade, nem programas de intervenção validados que ajudem as vítimas a desenvolver competências intrapsíquicas de promoção da sua própria proteção a curto e longo prazos. Na ausência de modelos específicos, a Teoria das Mentalidades Sociais, enquadrada nos princípios da Psicologia Evolucionária, oferece um quadro compreensivo da dinâmica conflituosa experienciada por estas grávidas relativamente a representações de mentalidades/papéis sociais e regulação do afeto: por um lado, parece estar sobre estimulado o sistema de defesa/ameaça associado à VC; por outro, a maternidade ativa o sistema de afiliação, facilitador na prestação de cuidados e no estabelecimento de uma vinculação segura. Em Portugal, os modelos de intervenção para situações de crise e de inspiração feminista para vítimas, bem como a reabilitação a médio/longo prazo com agressores, apesar de indubitável utilidade, revelam-se incompletos por negligenciarem variáveis intrapsíquicas da vítima que possam ter um contributo determinante na sua própria proteção. Efetivamente, a investigação e prática clínica apontam para uma elevada probabilidade de novos envolvimento em relações com violência, reforçando-se a necessidade de intervenções estruturadas e continuadas a longo prazo com vítimas. Deste modo, a presente investigação pretende: (a) testar modelos preditivos do impacto de diferentes fatores na (in)adaptação das vítimas ao longo da transição para a maternidade; e (b) desenvolver, implementar e avaliar um programa de intervenção psicológica com vista à promoção da regulação do afeto e da autoproteção das grávidas vítimas.

Palavras-chave: violência conjugal; maternidade; programas de intervenção psicológica; psicologia evolucionária

A utilização de baterias computadorizadas para estudo das diferenças individuais: Validade de construto e de critério da Bateria Neurocognitiva da Universidade da Pennsylvania numa amostra de controlo saudável

Carolina da Motta^{1,2}, Célia Barreto Carvalho^{1,2}, Paula Castilho¹ e Michele T. Pato³

¹*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores*

³*Suny Downstate Medical Center, New York, USA / Keck School of Medicine – University of South California, USA*

Este trabalho insere-se num projeto que pretende caracterizar os aspetos neurocognitivos e da cognição social em 3 grupos de participantes com diferentes graus de risco genético para a esquizofrenia. Para tal, é fundamental garantir uma abordagem metodológica robusta, recorrendo a instrumentos psicometricamente válidos e adequados para a população portuguesa. Este estudo analisa a validade de construto e de critério da Bateria Neurocognitiva da Universidade da Pennsylvania (PennCNB), uma bateria de testes para a avaliação de diversos domínios cognitivos relacionados com sistemas cerebrais específicos. Uma amostra de 154 participantes da população geral, 55 homens (36%) e 99 mulheres (64%), com idades entre os 17 e 61 anos ($M = 31.60$; $DP = 10.39$) realizaram as 19 tarefas constituintes da PennCNB. As correlações moderadas ou altas observadas entre as tarefas e o seu domínio respetivo, e mais baixas ou inexistentes nos restantes domínios, demonstram a validade de construto da bateria. A sensibilidade a diferenças de género em tarefas específicas replica alguns resultados tipicamente encontrados nas neurociências e oferece evidência da sua validade de critério. Em suma, os resultados obtidos nos estudos da versão portuguesa da PennCNB são muito semelhantes aos obtidos com a mesma população na versão original, indicando a sua fidelidade e encorajando o seu uso para estudos diversificados que requeiram uma avaliação eficaz, quer de domínios mais latos da neurocognição e da cognição social, quer de processos específicos inerentes aos mesmos.

Palavras-chave: esquizofrenia; endofenótipo; neurocognição; cognição social; avaliação

Treino de parentalidade *mindful* e compassiva para pais de bebês (TPMC-Baby): Desenvolvimento e estudo de fiabilidade e eficácia de uma intervenção de grupo

Daniela Ventura Fernandes^{1,2}, Helena Moreira¹ e Maria Cristina Canavarro^{1,2}

¹*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Unidade de Intervenção Psicológica da Maternidade Daniel de Matos, Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra*

O pós-parto constitui uma fase do ciclo de vida de maior vulnerabilidade, trazendo mudanças com impacto na vida do casal que, muitas vezes, sente dificuldades em lidar adequadamente com este período, de transição para a parentalidade. Essas dificuldades podem ter impacto negativo no estabelecimento de uma relação segura e positiva com o bebé, que poderá ter repercussões negativas no desenvolvimento da criança, saúde mental dos pais e conduzir, por exemplo, a baixa perceção de competência parental e ao desenvolvimento de sintomatologia ansiosa/depressiva. O desenvolvimento de intervenções psicológicas que ajudem os pais a ajustarem-se de forma adequada ao pós-parto e a desenvolverem competências parentais adaptativas revela-se, assim, necessário e essencial. No entanto, as intervenções existentes para este período focam-se essencialmente na mãe e na sua psicopatologia, não considerando a relação pais-bebé e não promovendo competências parentais que ajudem os pais a regular as suas emoções na relação com os filhos. O presente projeto pretende ultrapassar estas limitações ao desenvolver e testar a fiabilidade e eficácia do Treino de Parentalidade *Mindful* e Compassiva para Pais de Bebês (TPMC-Baby), uma intervenção focada na relação parental e na promoção de recursos psicológicos protetores bem conhecidos (*mindfulness* e autocompaixão), que podem ajudar os pais a adaptar-se melhor a esta fase, a estabelecer uma relação de vinculação segura com o bebé, e a desenvolver uma abordagem *mindful* e compassiva na parentalidade, que se estenderá para além do pós-parto.

Palavras-chave: período pós-parto; competências parentais; programa de intervenção cognitivo-comportamental

Psychopathic profiles in youth: A latent profile analysis with implications for conduct disorder diagnosis

Diana Ribeiro da Silva¹, Daniel Rijo¹ e Randall Salekin²

¹*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Department of Psychology, University of Alabama, USA*

Callous-Unemotional traits were included in DSM-5 as a specifier for Conduct Disorder (CD; “Limited Prosocial Emotions” specifier). However, considerable evidence suggests that the psychopathic syndrome, combining not only Callous-Unemotional, but also Grandiose-Manipulative and Impulsive-Irresponsible deviant traits, must be considered when diagnosing CD. This study aimed to explore the benefits of including all psychopathic traits as CD specifiers. A forensic sample of 394 male youth was used to perform a latent profile analysis (LPA) based on the three-factor model of the Youth Psychopathic Traits Inventory-Short. Results indicated the existence of three different psychopathic profiles: one profile with low scores of psychopathic traits (Low Psychopathic Profile; LPP), one profile with average scores of psychopathic traits (Average Psychopathic Profile; APP), and another profile with high scores of psychopathic traits (High Psychopathic Profile; HPP). Replication of the LPA in a community sample of 481 male youth and in the combined sample ($N = 874$) yield the same psychopathic profiles. The forensic sample was then used to understand how different psychopathic profiles were related to relevant outcome variables. Differences were found on: the probability of a CD diagnosis, the number of comorbid diagnosis, recidivism risk, and aggression ($HPP > APP > LPP$). Overall, these results highlight the importance of considering the full range of the psychopathic syndrome, whereas looking only at Callous-Unemotional traits could make clinicians and researchers undervalue other relevant traits, particularly when assessing and/or intervening with conduct disordered youth.

Keywords: conduct disorder; psychopathy; DSM-5; latent profile analysis

Dhabuno muthabwa: Representação social do género nos bastidores da política partidária moçambicana

Dulce Passades Pereira^{1,2} e Joaquim Pires Valentim¹

¹Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

²Universidade Pedagógica - Moçambique, Faculdade de Ciências de Educação e Psicologia

No contexto moçambicano, nas dinâmicas dos espaços privados e públicos, as capulanas ainda simbolizam as mulheres e as calças os homens. As representações sociais, os saberes locais, as práticas quotidianas e sobretudo os discursos (in)formais funcionam como um verdadeiro laboratório para analisar e indagar as questões de género, pois é nestes contextos que surgem expressões como *dhabuno muthabwa* que significa “agora estão a piorar”, ou ainda “hoje estão a piorar”. *Dhabuno muthabwa* é uma expressão que se tornou popular (particularmente) nos homens, no contexto das eleições autárquicas de 2013 e presidenciais de 2014, perante um cenário onde as mulheres apareciam como candidatas à presidência das câmaras municipais (fenómeno candidatas *versus* candidatos). A partir da teoria das representações sociais, as investigações a desenvolver neste doutoramento versarão sobre as dinâmicas de género nos silêncios e bastidores políticos em Moçambique num contexto de crise político-militar, por um lado, e de crise económico-financeira, por outro lado. A psicologia, assim como a psicologia social, ainda são campos científicos por lapidar em Moçambique, sobretudo quando se trata de cruzar este campo com os estudos de género, o que se torna ainda mais desafiante pela falta de indagação nesta direcção. A pesquisa de doutoramento em curso procura colmatar esta lacuna, centrando-se na análise psicossocial da participação política das mulheres nos eventos políticos de cidadania e democracia e reflecte sobre a situação das ‘donas’ das eleições no contexto pós-2014, tendo também em conta o recorrente discurso governamental de “inclusão”, ou melhor, de “governo inclusivo”. Os estudos empíricos realizar-se-ão através de entrevistas semi-estruturadas e de grupos focais de discussão com informantes-chave (mulheres e homens) dos partidos políticos FRELIMO, RENAMO e MDM, bem como de análise documental de material político daqueles três partidos, elaborado desde as eleições autárquicas de 2013 até às eleições legislativas de 2018, presidenciais e provinciais de 2019.

Palavras-chave: género; psicologia política; representações sociais; política moçambicana

Promoting maternal mental health: Applicability and effectiveness of an eHealth intervention for Portuguese postpartum women

Fabiana Monteiro, Ana Fonseca, Marco Pereira e Maria Cristina Canavarro
*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

Postpartum women who are not at an immediate risk of developing postpartum depression still face several challenges that may have a negative effect in their mental well-being, such as dealing with child care tasks, changes in marital and social relationships and transitioning back to work. One effective way of overcoming the practical barriers to help seeking and improve the utilization of psychological intervention among these women is delivering it through eHealth technologies (web-based interventions). E-mental health tools for mental health promotion (and consequently for disease prevention) can be delivered at a very low cost and have long-term positive outcomes beyond the reduction of psychopathological symptoms, while also contributing to an efficient use of health services. In this context, this project aims to assess the applicability and effectiveness of *Be a Mom* – a web-based intervention for the promotion of mental health of non-risk postpartum women. *Be a Mom* is based on cognitive-behavioral therapy principles, considers the specificities of the perinatal period, and is centered on the enhancement of psychological competences such as acceptance and self-compassion. These competences are known to improve maternal well-being and self-efficacy, as well as to increase positive interactions with the self, the baby and significant others. A randomized controlled trial will be conducted to assess the effectiveness of *Be a Mom* in low-risk women. Women will be randomly assigned to the web-based intervention or to the control condition. Post-intervention improvements and long-term effects on individual, marital and maternal outcomes will be considered, along with *Be a Mom*'s feasibility and usability, users' satisfaction, as well as its cost-effectiveness.

Keywords: mental health promotion; eHealth interventions; postpartum women; cognitive behavior therapy

Análise psicométrica da Escala Esperança no Trabalho: Um estudo com alunos do ensino secundário a frequentarem diferentes percursos educativos

Francisca Duarte, Maria Paula Paixão e José Tomás da Silva

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

O conceito de esperança tem sido estudado desde a Antiguidade e, ao longo dos tempos, foi alvo de interesse dos mais variados domínios do conhecimento. No campo da Psicologia tem sido objeto de análise em diversos contextos e, nas últimas décadas, têm-se multiplicado as investigações em torno deste conceito. A esperança, força basilar na promoção do funcionamento ótimo do indivíduo, quando aplicada ao domínio do trabalho constitui um constructo importante da Psicologia Vocacional, pois permite uma melhor compreensão da carreira do indivíduo, nomeadamente perante a exposição ao risco e à adversidade. Consequentemente, estudar a esperança de trabalho em estudantes a frequentar o ensino secundário (percursos de prosseguimento de estudos e de dupla certificação) clarifica o impacto deste constructo multidimensional (Agência, Trajetórias e Objetivos) sobre as atitudes e os comportamentos de planificação de carreira por parte dos estudantes em momentos normativos de transição, caso do ensino secundário para o mercado de trabalho e/ou para o ensino superior. O objetivo do presente estudo, inserido numa investigação de âmbito longitudinal que pretende averiguar a adaptabilidade de carreira e a organização da temporalidade subjetiva num momento crítico de transição, é o de analisar *a dimensionalidade e a confiabilidade da Escala Esperança de Trabalho (Work Hope Scale - WHS)* num grupo de estudantes a frequentar o 11º ano de escolaridade em escolas da zona centro de Portugal ($N = 490$). Utilizando diversos procedimentos de análise fatorial exploratória, identificámos diversos problemas na tentativa de replicação da estrutura original proposta pelas autoras desta escala. Obtivemos uma versão reduzida e unidimensional da WHS integrando predominantemente itens das subescalas Agência e Trajetórias, a qual evidencia bons índices de consistência interna.

Palavras-chave: esperança; ensino secundário; carreira; Escala Esperança de Trabalho

Preocupações financeiras em tempos de instabilidade macroeconómica: Um estudo com famílias com filhos adultos emergentes

Gabriela Fonseca^{1,2}, Carla Crespo¹ e Ana Paula Relvas^{1,2}

¹Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

²Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

A emergência de circunstâncias macroeconómicas desfavoráveis acarreta desafios psicossociais para indivíduos e famílias. Contudo, o impacto da mais recente crise económica encontra-se pouco explorado na literatura científica. Além disso, a investigação focada em períodos de crise anteriores é sobretudo norte-americana, centrando-se quase exclusivamente em famílias com filhos adolescentes. No contexto português atual, são impostos reptos particulares às famílias com filhos adultos emergentes (i.e., 18-29 anos), uma vez que o ambiente de instabilidade macroeconómica pode dificultar tarefas desenvolvimentais específicas desta fase, tais como a aquisição de independência financeira dos filhos e o seu *launching*. Este estudo pretende investigar as preocupações financeiras de famílias nesta etapa do seu ciclo de vida. Especificamente, pretende-se estudar as associações entre indicadores objetivos de adversidade económica na família (existência de dívidas, rendimento, e decréscimo nos rendimentos, mudanças negativas no trabalho), variáveis sociodemográficas e familiares (e.g., número de filhos e funcionamento familiar) e preocupações financeiras reportadas por adultos emergentes e pelas suas figuras parentais. A amostra deste estudo envolveu 508 indivíduos de 173 famílias portuguesas. Atendendo à estrutura agregada dos dados, procedeu-se a uma análise multinível. Os resultados demonstraram que 59% da variabilidade das preocupações financeiras era partilhada pelos elementos da família. Os indicadores objetivos de adversidade económica, mas não o nível socioeconómico, mostraram-se significativamente associados às preocupações financeiras. Níveis mais elevados de preocupações foram reportados por mulheres, figuras parentais, elementos de famílias monoparentais e indivíduos com piores perceções de funcionamento familiar. Foram ainda encontradas interações entre as variáveis em estudo, sendo que as dívidas e o rendimento apenas prediziam as preocupações das figuras parentais, e as mudanças negativas no trabalho não prediziam as preocupações de indivíduos com melhores perceções de funcionamento familiar. Em suma, este estudo permitiu uma primeira identificação de fatores individuais e familiares associados à experiência de *stress* económico em famílias portuguesas com filhos adultos emergentes.

Palavras-chave: adversidade económica; preocupações financeiras; famílias com filhos adultos emergentes; análise multinível

Representações sociais, preconceito implícito e explícito frente aos imigrantes brasileiros em Portugal: Um estudo com imigrantes e autóctones

Giovanna Barroca de Moura¹, Joaquim Pires Valentim¹ e Maria Natália Pereira Ramos²

¹*Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Universidade Aberta*

A presente pesquisa de doutoramento tem dois objetivos principais: 1) estudar as representações sociais sobre imigração, imigrante e brasileiros; 2) estudar o preconceito explícito e implícito face aos imigrantes brasileiros por parte de portugueses e de imigrantes brasileiros em Portugal. Para tanto, iremos utilizar os seguintes instrumentos com participantes portugueses e imigrantes brasileiros residentes na região de Lisboa: um questionário sociodemográfico; o Teste de Associação Livre de Palavras, a fim de captar a objetivação das representações sociais; o Teste de Associação Implícita, adaptado para imigrantes brasileiros, com a finalidade de avaliar o preconceito implícito face aos imigrantes brasileiros; uma escala de preconceito (explícito) face aos imigrantes brasileiros. Destaca-se que não encontramos nenhum estudo que investigasse o preconceito explícito e implícito face a imigrantes brasileiros em Portugal, apesar da importância de estudar este grupo tendo em conta a sua prevalência neste país. A importância deste projeto reside, em grande parte, no facto de contribuir para o estudo da objetivação e ancoragem das representações sobre a imigração, o imigrante e os brasileiros na sociedade portuguesa, bem como para a compreensão das relações entre formas implícitas e explícitas do preconceito.

Palavras-chave: representações sociais; preconceito; imigrantes brasileiros em Portugal

Interactions between ventral and dorsal streams: The case of hands and tools

Lénia Amaral e Jorge Almeida

Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

One of the most remarkable human abilities is that of recognizing complex objects in a fraction of a second. During visual object processing, many object properties (e.g., the blade of a knife) come online in an intricate web of object-related knowledge. Decoding these properties and successfully recognizing and interacting with a target object are supported by a set of segregated structures in the visual system. An example of the most prominent are the dorsal visual stream and the ventral visual stream. Here, we explored how tool and hand items interfere with each other under different experimental conditions that bias the processing towards the dorsal or ventral visual streams. We have conducted behavioral experiments where healthy participants ($n = 58$) and patients presenting lesions ($n = 3$) within the dorsal stream (apraxia) categorized pictures of tools or hands that were preceded by invisible prime pictures of hands or tools respectively. Results show that for healthy individuals invisibly presented hands interfered with the processing of tools and vice versa, whereas for apraxic patients the effect is only present when invisible tools precede the target hands. These preliminary data show that the processing of these two categories is truly related functionally (and neurally).

Keywords: visual-system; objects, manipulation; recognition

**Future spontaneous thoughts in older adults:
Developing a method to test them in the laboratory**

Magda Jordão¹, Rafaela Miranda¹, Maria Salomé Pinho¹ e Peggy L. St. Jacques²

¹Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

²School of Psychology, University of Sussex, Brighton, Reino Unido

In the past decade, the idea that memories and future simulations share constructive episodic processes has received increased attention. As a result, prolific research on the similarities and differences between remembering and imagining has been developing, based on neuroimaging, neuropsychological, and cognitive data. In the area of aging, however, several questions remain to be fully explored. One of those questions relates to retrieval conditions: are memories and simulations of the future affected by age in the same way under voluntary and involuntary retrieval? This question is particularly important when we consider emotion related age effects, namely, the age-related positivity effect (i.e., the older adults' preference for positive information). Would that effect extend to future simulations, particularly, in involuntary retrieval? Involuntary thoughts are common in our daily life, thus it is important to examine whether older adults spontaneously imagine a rosier future that could influence their decisions. In the present study, we aimed to develop a controlled laboratory method to test the age-related positivity effect in future simulations in order to more accurately report the number of spontaneous thoughts in older participants. The procedure consisted of a vigilance task with emotional cues and low cognitive load conditions, divided in two parts. Between them, 27 participants performed a self-related task aimed at priming spontaneous thought, future oriented in particular. We found that priming biased the temporal orientation of spontaneous thoughts towards the future. Present limitations and further adaptations to the task, aimed at improving the overall number of elicited spontaneous thoughts, are discussed.

Keywords: aging; spontaneous thoughts; priming; future simulation

Linking mother's difficulties in emotion regulation and children/adolescents' emotional eating: The mediating role of mindful parenting and children/adolescents' depressive symptoms

Maria João Gouveia^{1,2}, Maria Cristina Canavarro^{1,2} e Helena Moreira¹

¹Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

²Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra

Children and adolescents have been shown to have increased disturbed eating behaviors such as emotional eating. Emotional eating has been described as an emotional relief, frequently occurring in response to difficulties in dealing with negative emotions. Although the emotional regulation processes in children/adolescents may be influenced by their parents' emotional regulation processes and by the parenting relationship, little is known about parent's correlates and how parenting can be associated with emotional eating. Additionally, there are no studies on the relationship between mindful parenting and children/adolescent's emotional eating. The objective of this study is to explore whether mother's difficulties in emotion regulation (DER) could be associated with children/adolescent's emotional eating, through mindful parenting skills and children/adolescent's depressive symptoms. The sample consisted of 816 mother-child/adolescent dyads. Children and adolescents were between 8 and 18 years old and were recruited in public schools and in the nutrition outpatient services of two public hospitals. Mothers completed self-report measures of difficulties in emotion regulation (Difficulties in Emotion Regulation Scale) and mindful parenting (Interpersonal Mindfulness in Parenting Scale), and children/adolescents completed measures of depressive symptoms (Centre for Epidemiological Studies Depression Scale for Children) and emotional eating (Dutch Eating Behavior Questionnaire). A sequential mediation model was tested using PROCESS. Mother's DER was only indirectly associated with emotional eating. Specifically, higher levels of mother's DER were associated with less mindful parenting skills, which was associated with more depressive symptoms in children/adolescents, and in turn was associated with higher levels of emotional eating. Emotional regulation processes in the parent-child relationship should not be neglected when preventing and treating disordered eating behaviors. This study highlights the importance of mother's DER and mindful parenting on children/adolescents' depressive symptoms and emotional eating. Strategies that promote a functional emotional regulation of mothers and mindful parenting skills should be implemented when preventing and treating disordered eating behaviors in children/adolescents.

Keywords: difficulties in emotion regulation; mindful parenting; depressive symptoms; emotional eating

Recovery and emotional regulation in early psychosis: Understanding the processes and evaluating a compassion-based intervention

Maria João Martins^{1,2}, Célia Barreto Carvalho³, António Macedo^{2,4}, Ana Telma Pereira² e Paula Castilho¹

¹*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Instituto de Psicologia Médica da Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra*

³*Departamento de Educação, Universidade dos Açores*

⁴*Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra*

Research informing clinical practice in early psychosis has been suggesting implementing recovery-informed interventions. Therefore, interventions should promote richer and more positive self-experiences across several dimensions. Psychotherapeutic models and interventions have been shifting from a symptom-focused approach to a more person-based approach, highlighting the importance of constructs such as acceptance, compassion and mindfulness. This paradigm shift entails clinical and research implications not only regarding intervention targets, but also for assessment and research on psychological mechanisms. The present project aimed: (1) to contribute to the development and validation of adequate assessment tools through the development and validation of a clinical interview for psychotic disorders based on the recovery model; and the development and/or validation of self-report measures; (2) to extend the understanding on processes underlying the development and maintenance of psychotic symptoms and their impact; and (3) to develop, implement and evaluate a new compassion-based group intervention for people with early psychosis. In relation to aim (1) the Clinical Interview for Psychotic Disorders (CIPD) will be presented. Results from the experts' evaluation showed that CIPD questions were evaluated as pertinent and clear for the target population. Good preliminary results on interrater reliability were found. Adequate psychometric properties were also found for the Portuguese validation on the Voices Acceptance and Action Scale and two new questionnaires – the Willingness and Acceptance of Delusions Scale and the Anti-Psychotic Medication Adherence Scale. Regarding the psychological processes underlying psychotic symptoms (aim 2) results showed that fears of compassion mediated the relationship between psychotic symptoms and distress. With respect to aim (3) the Compassionate Approach to Schizophrenia and Schizoaffective Disorder (COMPASS) will be presented. COMPASS is a 12-session, group-format, compassion-based intervention aimed at helping people with psychosis develop compassionate relationships with the self and others. Preliminary results showed significant improvement in fears of compassion, self-criticism, social functioning and psychotic symptoms at post-intervention. In conclusion, the instruments and intervention presented are expected to have important clinical and research implications.

Keywords: psychopathological assessment; compassion; early psychosis; recovery

Desenvolvimento e estudo de eficácia de um programa de intervenção via telefone para doentes oncológicos da região autónoma dos Açores

Marina Sousa^{1,2}, Célia Barreto Carvalho^{1,2}, Helena Moreira¹ e Maria Cristina Canavarro¹

¹*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade dos Açores*

O aumento anual do número de novos casos de cancro na região autónoma dos Açores (RAA) e a contínua deslocação de doentes oncológicos para Portugal continental para tratamentos levantam não só preocupações de adaptação psicológica à doença, mas também de prestação de cuidados de suporte adequados. Importa, então, desenvolver intervenções capazes de fazer face às necessidades psicossociais e melhorar a adaptação psicológica dos doentes oncológicos da RAA. Este projeto visa 1) avaliar, retrospectivamente, as necessidades psicossociais e a adaptação psicológica de um grupo de 100 sobreviventes da RAA e, com base nesta avaliação, 2) desenvolver uma intervenção, via telefone, e avaliar a sua eficácia numa amostra de 60 doentes oncológicos, capaz de fazer face às necessidades psicossociais avaliadas e melhorar a adaptação psicológica destes doentes. Para se concretizar o objetivo 1, será implementado um protocolo de avaliação de cariz misto (instrumentos de autorresposta e entrevista estruturada). No que concerne ao objetivo 2, a eficácia da intervenção será avaliada através de um estudo clínico controlado aleatoriamente (*Randomized Controlled Trial*), sendo os participantes divididos aleatoriamente pelas condições experimentais (sujeito a intervenção) e controlo (sem intervenção). Os participantes serão avaliados em três momentos distintos: antes e após a intervenção e no *follow-up* (6 meses após o final da intervenção). Os dados recolhidos serão alvo de análise quantitativa e qualitativa. Os dados quantitativos serão analisados através de estudos correlacionais e de análise multivariada, enquanto os dados qualitativos analisar-se-ão através da análise de conteúdo. Os resultados decorrentes deste estudo podem contribuir para o avanço do conhecimento científico ao avaliar a adaptação psicológica dos sobreviventes da RAA e orientar a construção e a avaliação da eficácia de uma intervenção, via telefone, que pretende responder a uma das preocupações dos profissionais de saúde da RAA, nomeadamente a carência de intervenções de suporte capazes de atender às necessidades psicossociais dos doentes oncológicos açorianos.

Palavras-chave: doença oncológica; intervenção via telefone; necessidades psicossociais

Qualidade de vida familiar e deficiência intelectual: A perspectiva de pais, irmãos e dos próprios

Raquel Alveirinho Correia^{1,2} e Maria João Seabra Santos¹

¹Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

²Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Castelo Branco

A Qualidade de Vida Familiar (QdVF) tem interessado os investigadores, em particular na área da deficiência intelectual (DI), pois oferece uma visão positiva e compreensiva para avaliar as famílias de pessoas com DI. No entanto, o seu estudo tem apresentado limitações, nomeadamente por apenas se considerarem as perceções do cuidador principal/pais da pessoa com DI nesta avaliação. O presente projeto de investigação tem como objetivo conhecer a QdVF em famílias de pessoas com DI, através das perceções dos próprios, dos seus pais e dos seus irmãos. Numa primeira fase, de índole qualitativa, são exploradas as perceções acerca de QdVF de pessoas com DI através de grupos focais, as perceções de irmãos de pessoas com DI mediante entrevistas individuais e as perceções de pais de pessoas com DI utilizando entrevistas com foto-eliciação. Numa segunda fase, são usados métodos quantitativos para validar um instrumento de avaliação da QdVF, com base nos dados recolhidos na primeira fase. Os resultados preliminares mostram que, para os três grupos em estudo, o aspeto mais importante para uma boa QdVF são as relações familiares. Apesar deste aspeto em comum, surgem diferenças entre as perspetivas de pais, irmãos e pessoas com DI. Existem ainda algumas especificidades em diferentes etapas do ciclo de vida da família, nomeadamente em fases mais tardias, assumindo grande predominância as preocupações com o futuro. De sublinhar que estas preocupações são também referenciadas pelas próprias pessoas com DI. Assim, para conhecer aprofundadamente a QdVF em famílias de pessoas com DI é importante considerar as perspetivas dos diferentes elementos que a constituem, incluindo a própria pessoa com DI. Importa, ainda, identificar os domínios que a compõem e as variáveis que a influenciam, com o objetivo de criar condições para uma avaliação mais detalhada e posterior intervenção, no sentido de melhorar a QdVF nestas famílias.

Palavras-chave: família; deficiência intelectual; qualidade de vida familiar

**Paediatric overweight and obesity:
Individual and familial adaptation of parents, children and adolescents**

Roberta Frontini, Maria Cristina Canavarro e Helena Moreira

*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

Paediatric overweight/obesity is a serious public problem with increasing prevalence. It has physical and psychosocial complications impacting the entire family. It is thus important to understand the familial, parental and individual factors associated with the psychosocial adaptation of those children/adolescents. This project comprised four cross-sectional studies: The first included 264 parent-child dyads divided into 3 groups (healthy-weight, overweight and obesity); the second, 223 mother-child dyads divided into 2 groups (healthy-weight and obesity); the third, 297 mother-child dyads divided into 2 groups (healthy-weight and overweight/obesity); and the fourth study, 182 dyads of children/adolescents with overweight or obesity and their mothers. Individual adaptation variables were self-reported by children/adolescents (quality of life, psychopathological symptoms, body esteem and social life) and parents (quality of life, anxiety and depressive symptoms). Family cohesion, parenting stress (PS) and parenting styles were evaluated by parents. Children/adolescents' weight and height were assessed. Children/adolescents with overweight/obesity and their parents reported lower levels of quality of life (QoL) and higher levels of psychopathological symptoms than their healthy weight counterparts. Mothers of children/adolescents with overweight/obesity reported higher levels of PS, lower levels of family cohesion (FC), and used a more permissive parenting style than mothers of children/adolescents with healthy-weight. The association between parent's anxiety symptoms and the QoL of children/adolescents was mediated by the psychological problems of adolescents. Higher levels of PS were associated with poorer QoL in children/adolescents through the use of the permissive parenting style. The relationship between FC and weight was sequentially mediated by mothers' QoL and children's/adolescents' externalizing symptoms. The relationship between FC and internalizing symptoms was mediated by children's/adolescents' body esteem and social life. This thesis provided a better understanding of the adaptation of children/adolescents with overweight/obesity and their parents, highlighting the importance of multidisciplinary family interventions, emphasizing the connection between parent-child adaptation outcomes.

Keywords: adaptation; children/adolescents; family; obesity

Individual and interpersonal determinants and processes in the adjustment of bereaved parents

Sara Albuquerque¹, Isabel Narciso² e Marco Pereira¹

¹*Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa*

The death of a child impacts negatively several dimensions of parents' lives and parental adjustment encompasses coping with individual grief and relational processes. In this study we aimed to identify the determinants and processes (individual, shared and relational) underlying parents' individual and marital adjustment. In the first phase, a systematic review of empirical studies on the topic of marital adaptation of bereaved parents was conducted. The second phase involved a cross-sectional examination of adjustment processes and outcomes in a sample of bereaved parents, including both quantitative ($N = 197$) and qualitative ($N = 18$) data. The third phase focused on couple's interdependence ($N = 227$ bereaved couples assessed at 6, 13, and 20 months post-loss). Results from the systematic review of studies (phase I) indicated that a child's death can have cohesive as well as detrimental effects on the couple's relationship, depending on situational, dyad- and individual-level factors. In the empirical studies of the second phase, being a female, having lost a younger child, having higher levels of resilience, internalized continuing bonds and stress communication by the partner were associated with higher levels of posttraumatic growth. Also, significant indirect effects of parents' grief response on dyadic adjustment were found through several dyadic coping forms. In the qualitative studies, several perceptions of positive interpersonal coping and mutual influences between individual and marital adjustment were identified. Finally, effects in parents' meaning-made both of own and partners' individual coping were found (third phase). The results from the present project highlight the need to recognize 1) the specific effect of the death of a child on marital relationships, 2) the complex and bidirectional relationship between individual grief and the marital relationship, and 3) the potential protective effect of the interpersonal processes for parents individually and as couples.

Keywords: death of a child; couple relationship; dyadic coping; posttraumatic growth

Longitudinal relationships between dyadic and psychosocial adjustment across the transition to parenthood

Stephanie Alves, Ana Fonseca, Maria Cristina Canavarro e Marco Pereira

Centro de Investigação em Neuropsicologia e Intervenção Cognitivo-Comportamental da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Relationships between dyadic and individual adjustment across the transition to parenthood have been widely recognized in many countries. However, previous studies have been limited to the unique consideration of psychological distress (rather than positive dimensions of individual adjustment such as quality of life [QoL]), and few of them have explored the direction of effects longitudinally. This study examined the longitudinal associations between dyadic adjustment and psychological distress and QoL. Participants were 87 couples who completed self-reported questionnaires assessing dyadic adjustment (RDAS), psychological distress (HADS) and QoL (EUROHIS-QOL 8-item index) at three measurements times: during the second trimester of pregnancy (T0), at 6 weeks (T1) and 6/9 months (T2) postpartum. Cross-lagged effects of dyadic adjustment on psychological distress and QoL (and vice-versa) were estimated by structural equation modelling for men and women separately. Couple's scores on dyadic adjustment decreased over time, while couple's levels of depressive symptoms increased. No significant changes were obtained for anxiety and QoL. For women, none significant cross-lag path was found. For men, (a) higher dyadic adjustment at T0 predicted higher QoL at T1, (b) higher QoL at T0 predicted higher dyadic adjustment at T1, (c) higher dyadic adjustment at T1 predicted higher QoL at T2, and (d) higher levels of depressive and anxiety symptoms at T0 predicted lower dyadic adjustment at T1. Contrary to the strong evidence about the links between dyadic and individual adjustment in women, we only found significant associations for men. They may particularly benefit from positive interactions with their spouses, which may prevent them to experience increased burden (e.g., by engaging in shared activities). Conversely, when men experience more psychosocial difficulties, their interactions with spouses become less positive in the long-term. Interventions focusing on fostering the couple's relationship and minimizing psychosocial difficulties should consider these gender-specific relationships.

Keywords: dyadic adjustment; psychosocial adjustment; transition to parenthood; longitudinal study

Decent work, work motivation and psychological capital: Two empirical studies

Tânia Ferraro¹, Leonor Pais¹, Nuno Rebelo dos Santos² e João Manuel Moreira³

¹*Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra*

²*Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora*

³*Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa*

The Decent Work (DW) concept, proposed by the International Labour Organization, can be enriched by the contribution of a Work, Organizational and Personnel Psychology (WOPP) perspective. We present here two empirical studies carried out to analyze the relationships between DW, work motivation and psychological capital (PsyCap) among knowledge workers in Portugal and Brazil. In the study 1, the Decent Work Questionnaire, a previously validated measure of 7 dimensions of DW from a WOPP perspective, the Multidimensional Work Motivation Scale, and the Psychological Capital Questionnaire were administered to 2912 knowledge workers. Relations among concepts were analyzed through canonical correlations analysis and linear regression. Two significant canonical correlations variates were found. The first one indicated that Fulfilling-and-productive-work is associated positively with Intrinsic and Identified-work-motivation, and negatively with Amotivation. The second one associated negatively Social-protection with Extrinsic-material-work-motivation. Results from linear regression analysis support the idea that DW promotes PsyCap. In the study 2, the same instruments were administered to 3004 knowledge workers (the previous sample with $N = 2912$ was included). This second study aimed to investigate the DW as a predictor of work motivation exploring the role of PsyCap in mediating this relationship. The structural equation modeling (SEM) was performed. The results from SEM analyses support the hypothesized model, showing the predictor role of DW and full and partial mediation effects of PsyCap in different relationships between DW and work motivation variables. The results of the two studies suggest that DW is an important predictor of work motivation and psychological capital, and PsyCap is an important mediating variable in the promotion of autonomous work motivation. Limitations of the studies and practical implications for human resources management are presented.

Keywords: decent work questionnaire; knowledge workers; canonical correlations; structural equation modeling

(Página deixada propositadamente em branco)

Normas de Colaboração

1. A revista *Psychologica* aceita artigos do âmbito da Psicologia, incluindo trabalhos de natureza empírica, artigos breves, revisões teóricas e resenhas críticas;

2. Os trabalhos podem ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa e devem ser apresentados em formato *word*;

3. Os trabalhos não devem exceder as 7000 palavras (incluindo resumos, figuras, tabelas, gráficos, notas de rodapé e referências) e os artigos breves as 3000 palavras (incluindo resumos, figuras, tabelas, gráficos, notas de rodapé e referências). No caso das resenhas críticas a dimensão máxima é de 1000 palavras, não devendo incluir notas de rodapé. Estas resenhas devem identificar no cabeçalho: (1) o autor; (2) o ano da edição; (3) o título da obra; (4) a cidade de edição; (5) a editora. As traduções devem incluir, entre parênteses, o nome do tradutor a seguir ao título da obra usando a abreviatura Trad.;

4. A dimensão da folha deve ser A4 (21x29.7cm) com margens, superior, inferior e laterais de 2.54 cm, o espaçamento entre linhas deve ser duplo, o tipo de letra utilizado deve ser Times New Roman a 12 pt. O alinhamento do texto deve ser feito à esquerda, com avanço de 1.27 cm na primeira linha de cada parágrafo;

5. Os trabalhos devem incluir um resumo e um *abstract* (exceto as resenhas críticas), reportando a mesma informação de acordo com os seguintes campos: objetivos, método, resultados e conclusões. O resumo e o *abstract* **não** devem exceder as 200 palavras cada. No caso dos artigos breves os resumos não devem exceder as 100 palavras;

6. A página inicial do trabalho deve conter a seguinte informação: um título breve (com 3 a 5 palavras) redigido na língua do artigo (português ou inglês); um título em português e inglês; um resumo e um *abstract*; e entre 3 a 5 palavras-chave em português e inglês;

7. Os autores devem acrescentar ao trabalho um documento autónomo onde conste o título do artigo em português e inglês e os seguintes elementos de identificação dos autores: (1) nome; (2) afiliação profissional; (3) número ORCID; (4) e-mail; (5) endereço do autor para correspondência. Os artigos breves devem ser identificados pela designação Artigo Breve, introduzida no topo deste documento;

8. As tabelas, figuras ou gráficos devem respeitar, no seu conteúdo e forma, as regras de formatação da *American Psychological Association* (APA, 2010, 6ª Ed.)

e devem ser apresentados no local aproximado onde devem constar no texto do artigo. No entanto, por questões de paginação, o local definido pelos autores pode ser alterado;

9. As imagens ou fotografias devem ser entregues em digitalizações de 100% a 300% dpi's de resolução;

10. Nas referências numéricas os autores devem usar o ponto como separador decimal e todas as referências matemáticas, incluindo a respectiva simbologia, devem ser feitas de acordo com as normas da APA (2010, 6ª Ed.);

11. Os vocábulos estrangeiros devem ser apresentados em itálico e não entre aspas, exceto nas citações de textos;

12. Todas as referências e citações, apresentadas no decorrer do texto, devem ser apresentadas na secção “Referências”, obedecendo às Normas de Publicação da APA (2010, 6ª Ed.);

13. Na bibliografia final, as referências devem incluir o doi (no final da referência), sempre que este exista. O doi apresentado deve começar por “10” e conter o prefixo e o sufixo separados por uma barra (/). O prefixo é um número de quatro ou mais dígitos e o sufixo é o que identifica o objeto digital (associado a determinada editora). Exemplo de uma referência doi: 10.1037/a0037344. Os autores são aconselhados a rever todas as referências antes de submeterem o manuscrito;

14. O manuscrito não deve incluir informação que identifique os autores.

Política Editorial

1. A Revista Psychologica apenas aceita trabalhos originais e que não estejam submetidos para avaliação em qualquer outra publicação.

2. Todos os trabalhos submetidos são revistos de acordo com o seguinte:

2.1 O Conselho Editorial realiza uma primeira avaliação da qualidade dos manuscritos e da sua adequação à revista considerando:

- O enquadramento do trabalho no âmbito científico da revista;
- A correção formal de acordo com as normas antes definidas;
- A qualidade científica geral do trabalho;

2.2 Os autores dos artigos não aceites pelo Conselho Editorial serão informados por email desta decisão.

2.3 Os artigos aceites pelo Conselho Editorial são sujeitos a um segundo processo de avaliação por pares de acordo com o seguinte:

- A avaliação por pares inclui um mínimo de dois e um máximo de três revisores;
- Os revisores, externos à revista e ao Conselho Editorial da Revista, são escolhidos por convite de acordo com o seu mérito científico na área temática do trabalho;

- A revisão dos trabalhos por estes revisores é cega em relação à **sua identidade, à identidade dos autores e à** dos outros revisores.

2.4 A avaliação dos artigos é feita de acordo com uma grelha fornecida aos revisores onde se incluem, entre outros, os seguintes campos:

- Adequação do título, dos resumos, das palavras-chave e da bibliografia;
- Adequação e correção da redação;
- Adequação do enquadramento teórico;
- Adequação da(s) questão(ões) de investigação;
- Adequação metodológica geral e específica do trabalho;
- Adequação da análise e discussão dos resultados obtidos;
- Adequação das conclusões;
- Aspectos éticos e deontológicos.

2.5 A decisão dos revisores pode ser uma das seguintes:

- *Aceitação*: Se o artigo estiver apto para publicação no seu estado atual.

- *Aceitação com revisões menores*: Se o artigo ficará apto para publicação mediante revisões menores.

- *Revisão*: Se o artigo ficar apto para publicação após ser corrigido de acordo com as revisões sugeridas.

- *Rejeição*: Se for improvável que o artigo possa ser revisto de forma a ficar apto para publicação.

Disposições Gerais

1. A submissão dos trabalhos deve ser feita por *e-mail* para o endereço: psychologica@fpce.uc.pt

2. Os artigos publicados são da responsabilidade dos respetivos autores;

3. Os originais aceites para publicação passam a ser propriedade editorial da Revista;

4. Qualquer reprodução integral ou parcial dos mesmos apenas pode ser efetuada após autorização escrita do Conselho Editorial;

5. Os artigos publicados podem ser colocados em repositórios institucionais, na sua versão publicada/pdf;

6. A *Psychologica* oferece um exemplar do respetivo volume ao 1.º autor de cada artigo;

7. Os artigos publicados ficam disponíveis *online* em acesso livre, através do endereço <http://iduc.uc.pt/index.php/psychologica/issue/archive>

Contacto para informações: psychologica@fpce.uc.pt

